



MÁRIO AUGUSTO
DA SILVA SANTOS

CASA E BALCÃO:
OS CAIXEIROS DE SALVADOR
(1890-1930)

**CASA E BALCÃO:
OS CAIXEIROS DE SALVADOR
(1890-1930)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR
NAOMAR DE ALMEIDA FILHO

VICE-REITOR
FRANCISCO JOSÉ GOMES MESQUITA

**EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA**

DIRETORA
FLÁVIA GOULART MOTA GARCIA ROSA

CONSELHO EDITORIAL
ÂNGELO SZANIECKI PERRET SERPA
CAUBY ALVES DA COSTA
CHARBEL NINÕ EL-HANI
DANTE EUSTACHIO LUCCHESI RAMACCIOTTI
JOSÉ TEIXEIRA CAVALCANTE FILHO
MARIA DO CARMO SOARES FREITAS

SUPLENTES
ALBERTO BRUM NOVAES
ANTÔNIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS
ARMINDO JORGE DE CARVALHO BLÃO
EVELINA DE CARVALHO SÁ HOISEL
CLEISE FURTADO MENDES
MARIA VIDAL DE NEGREIROS CAMARGO

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n
Campus de Ondina
40170-290 Salvador-BA
Tel: (71) 3283-6160/6164
edufba@ufba.br
www.edufba.ufba.br

MÁRIO AUGUSTO DA SILVA SANTOS

CASA E BALCÃO:
OS CAIXEIROS DE SALVADOR
(1890-1930)

EDUFBA
Salvador-BA
2009

© 2009 EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL

PROJETO GRÁFICO
GERALDO JESUÍNO

EDITORAÇÃO E CAPA (ARTE FINAL)
JOSIAS ALMEIDA JR.

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
QUADRO A ÓLEO INTITULADO O 13 DE NOVEMBRO DE 1889

NORMALIZAÇÃO
ADRIANA CAXIADO

COORDENAÇÃO EDITORIAL
FLAVIA GARCIA ROSA

Santos, Mário Augusto da Silva.
Casa e balcão : os caixeiros de Salvador (1890-1930) / Mário Augusto da Silva Santos. -
Salvador : EDUFBA, 2009.
136p.

ISBN 978-85-232-0618-5

1. Comércio - Salvador (BA) - História - 1890-1930. 2. Balconistas - Aspectos sociais -
História. 3. Balconistas - Aspectos políticos - História. 4. Relações trabalhistas - Salvador
(BA) - História. I. Título.

CDD - 381098142

Editora filiada à:


ASOCIACION DE EDITORIALES
UNIVERSITARIAS DE AMERICA
LATINA Y EL CARIBE


Associação Brasileira das
Editoras Universitárias


Câmara Bahiana do Livro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: UCHÃO BAIANO

7

INTRODUÇÃO

9

CAPÍTULO I: O COMÉRCIO EM SALVADOR

15

CAPÍTULO II: A PROFISSÃO DE CAIXEIRO

25

CAPÍTULO III: COMERCIANTES E CAIXEIROS

59

CAPÍTULO IV: OS CAIXEIROS NA POLÍTICA

87

CAPÍTULO V: CATEGORIA SOCIAL

115

REFERÊNCIAS

131

FONTES MANUSCRITAS, IMPRESSAS E ORAIS

135

APRESENTAÇÃO

UCHÃO BAIANO

Tudo tem o seu momento ou oportunidade; assim acontece com a publicação deste livro *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890"1930)* de Mário Augusto da Silva Santos, na *Coleção Nordeste*, das editoras universitárias do nordeste e uma edição da Edufba.

Mário Augusto, com a investigação e a escrita deste trabalho, revelou-se, mais uma vez, com a sua descrição exemplar, capaz de buscar um tema inexplorado e carregado de questões históricas no âmbito da sociedade, da economia, das relações de trabalho e da política baiana no final do século XIX e início do XX.

O leitor irá observar que o autor ao definir o escopo de sua pesquisa deparou-se com a carência de interesse dos estudiosos “[...] porque o caixeiro não tem ocupado muito espaço na historiografia brasileira”.

Ao enfrentar um tema que desafiava e interrogava o autor, com a pesquisa de fontes, desenvolve a sua linha na “caracterização” da atividade caixeiral, o “relacionamento” entre os patrões e empregados,

e o lugar histórico dos caixeiros e patrões, com suas agremiações societárias e seus “comportamentos” na política da Primeira República.

Este livro nos oferece ou dá um vislumbre, principalmente aos historiadores baianos do século XIX, do que seria possível empreender — claro que com muito trabalho e abnegação — para ampliar o leque de análises sobre outras profissões então existentes e emergentes.

Quem frequentou o comércio baiano, ainda na década de cinquenta, pode encontrar no livro de Mário Augusto a figura tipo de caixeiro ou uchão que atendia à freguesia na Rua Chile, Praça Municipal e na Sé, filhos da terra, portugueses, espanhóis e árabes, que serviam as madames e aos boemios, pois ainda há de se pensar como o autor: “Os caixeiros constituíam um grupo corporativamente numeroso em decorrência da supremacia do comércio sobre outras atividades”.

Agora vamos interromper nossa leitura para dizer um pouco sobre o colega Mário Augusto da Silva Santos, com um breve esboço sobre suas atividades: 1) graduação em Jornalismo, História, Letras Clássicas e Língua Estrangeira Moderna, Mestrado em História Social (UFBA) e Doutorado em História Social (USP); 2) professor em História Econômica, Social e Urbana; 3) ex-docente do Departamento de História da UFBA (1970-1993) e hoje docente do Departamento de Letras Germânicas da UFBA, ambos por concurso; 4) tem livros publicados: *Associação Comercial da Bahia na Primeira República, um grupo de pressão*; *Comércio português na Bahia*; *A República do Povo, sobrevivência e tensão*.

E assim o leitor tem um livro perspicaz e muito bem escrito, para aprender e conhecer um pouco o seu autor.

1º de setembro de 2009

Fernando da Rocha Peres

Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia

INTRODUÇÃO

NA Primeira República, Salvador continuava como o centro urbano mais importante da Bahia, escoadouro de sua produção agrícola. Uma conjuntura favorável aos preços de artigos primários de exportação estimulou as atividades mercantis da cidade que, ao longo daquele período, manter-se-ia zona portuária por excelência. De tal circunstância, decorreriam os estímulos à multiplicidade dos empreendimentos comerciais, que agiam como elemento vital no conjunto das atividades urbanas.

O desenvolvimento industrial, ao contrário, apresentava-se negativo. Além de comparativamente baixa a capitalização deste setor, os investimentos nele realizados dependiam estreitamente das rendas oriundas do comércio, o que, de resto, também ocorria nas esferas bancária e securitária. Os ingressos realizados no Tesouro do Estado derivavam na sua maioria dos lucros proporcionados pelo comércio internacional.

Estamos, portanto, diante de uma economia essencialmente agro-mercantil, na qual se assentava uma sociedade de traços tradicionalistas.

A primeira indagação é sobre as posições ocupadas na Salvador da Primeira República pelas pessoas vinculadas às atividades que se constituíam em pólo de sua economia.

Os donos das casas comerciais tinham comportamentos que revelavam status social e força política condizentes com a sua posição econômica.

Mas qual o papel de seus empregados, os então chamados caixeiros? Como se comportavam em face de vários aspectos da vida da cidade?

A tradição oral conservou, por longo tempo, a figura idealizada do jovem empregado de armazém, loja ou escritório que, por árduo esforço, conseguia galgar o posto de negociante. Era a imagem otimista e exemplar do *self-made-man*.

Também frequentemente evocado é o caixeiro bem apurado nos festejos cívicos ou bem vestido e jovial nos saraus em família e no Mês de Maria.

E, sem dúvida, a mais persistente lembrança era a que o fazia herdeiro da casa onde trabalhava, candidato fatal a sócio e genro do patrão.

Esses são alguns dos estereótipos que valores e interesses de setores dominantes se esforçavam em construir e que o tempo não conseguiria de todo apagar de certas representações mentais.

Entretanto, qual seria a sua dimensão? Qual o caixeiro genuíno?

Aquele, visto no Rio de Janeiro por Ernesto Senna,

[...] elegante e tão inteligente de hoje, trocando idéias literárias e até políticas, resplendente de custosos vestuários deslumbrando a freguesia com abrilhantados anéis, alfinetes e botões de peito, calçando finas botinas de pelica e verniz e usando gravatas lustrosas e policrômicas?(1)

Ou o que labutava do amanhecer ao anoitecer e dormia sobre caixões de cebola?

Ou, ainda, aquele que, às vezes, dormia faminto?(2)

O caixeiro também pode aparecer como indicação de descenso social como sugere o comentário de Hildegardes Vianna:

“[...] Era feio, tão feio como um homem formado ir trabalhar no comércio [...]” (3)

Não estão prontas as respostas porque o caixeiro não tem ocupado muito espaço na historiografia brasileira.

Até a abertura dos Portos, em 1808, as atividades mercantis, nos poucos centros urbanos, eram restritas, quase por completo, às operações de despacho de artigos agrícolas para a Metrópole portuguesa e recebimento periódico de gêneros do Reino. Mas, a partir do ato de D. João, deve ter-se multiplicado muitas vezes o número de trabalhadores de um comércio que tendeu a crescer no século XIX. Escassas e vagas, porém, são as indicações a respeito.

Amaro Quintas, interpretando o panorama econômico-social de Pernambuco, às vésperas da Revolução Praieira, atribui ao monopólio português do comércio, nos níveis de capital e mão-de-obra, grande parte do descontentamento de uma parte da população que via fechado o único setor do mercado de trabalho em expansão.

Entre as fontes citadas pelo autor, está o artigo do jornalista Inácio Bento de Loiola, em seu órgão “nacionalista e jacobino”

[...] Não, menos de seis mil casas do Comércio a retalho se acham em Pernambuco, e todas elas de estrangeiros: assim – lojistas, quitandeiros, taberneiros, armazeneiros, trapicheiros, açucareiros, padeiros, casas de roupa feita, de calçados, funileiros, tanoeiros e tudo é estrangeiro. Cada uma dessas casas tem 3 a 4 caixeiros, todos portugueses; calcularemos porém a dois e teremos doze mil caixeiros, com seis mil patrões, dezoito mil portugueses que nos excluem do comércio. (4)

Tal era a importância dessa ocupação para o mercado de trabalho que dois deputados à Assembléia Geral do Império chegaram a elaborar um projeto de lei que obrigava a admissão de empregados brasileiros nas casas comerciais (5).

Gilberto Freyre dedica aos caixeiros algumas páginas de duas de suas conhecidas obras:

Em *Sobrados e Mucambos*, estudo do “Patriarcado urbano”, apresentam-se as informações no sentido de demonstrar a submissão dos caixeiros portugueses aos comerciantes da mesma nacionalidade, vendo o autor, nos sobrados citadinos, o reflexo dos costumes patriarcais dos engenhos. Em *Ordem e Progresso*, abordagem panorâmica da transição Império – República, associam-se os caixeiros ao “sentido conservador” da Ordem e os estudantes acadêmicos ao “espírito por vezes anárquico” do Progresso. (6)

Para a Bahia da mesma época não existem sínteses, salvo se tornarmos como tal o artigo do português José Francisco da Silva Lima que, sob o pseudônimo de Senex, publicou na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* reminiscências de suas experiências na cidade, mais de meio século depois. (7)

Dos caixeiros, informa-nos sobre a aparência, vestuário, usos costumes e relacionamento com os patrões, confirmando a submissão apontada por Gilberto Freyre.

O valor informativo da fonte é apreciável, principalmente por sua exclusividade. Limita-se, porém, às adjacências do ano de 1842 e, por isso, não nos permite discernir as possíveis transformações sofridas pelo grupo profissional ao longo do século.

Quanto à Primeira República, desconhecemos fontes análogas.

Assim, fomos levados a realizar pesquisas em fontes primárias e secundárias diversas para responder àquelas indagações iniciais e a outras que surgiam no decorrer da própria investigação, presidida esta pelo objetivo de definir a posição dos caixeiros na sociedade de Salvador da Primeira República.

Para atingir a meta proposta, realizamos a seguinte abordagem:

Caracterização dos empregados no comércio da Bahia como grupo ocupacional, estudando-lhe a composição e as condições em que atuavam

Relacionamento padrões-empregados, como recurso de avaliar o grau de maior ou menor autonomia dos segundos em relação aos primeiros e suas conseqüentes atitudes em face da realidade do tempo.

Análise das possibilidades histórico-sociais do grupo a partir de uma perspectiva de classe social, isto é, a tentativa de enquadrá-lo dentro de uma problemática significativa: o conteúdo do seu comportamento diante das forças conservadoras e renovadoras da época.

O andamento das pesquisas evidenciaria alguns desses aspectos. Outros permaneceriam obscuros, sobretudo, pelo silêncio ou inexistência de fontes. Por isto, certas respostas serão dadas como hipóteses, confirmadas, talvez, em futuras abordagens ou a partir de descobertas de novas fontes.

Devo evocar aqui a figura inesquecível do Professor José Calazans Brandão da Silva, que me deu o estímulo inicial para as pesquisas que resultaram neste trabalho.

Meus agradecimentos à historiadora Kátia M. de Queirós Mattoso e à socióloga Célia Maria Leal Braga, com as quais troquei idéias e das quais recebi sugestões valiosas.

Maria do Carmo Costa, Maria das Candeias e Míriam Galvão Gonçalves foram auxiliares eficientes e generosas na tarefa de coleta de dados em fontes primárias do Forum Rui Barbosa, do Arquivo Municipal de Salvador e do Arquivo Público do Estado da Bahia.

Quero ainda agradecer ao Professor Fernando da Rocha Peres pelo seu interesse na publicação deste estudo.

M. A. S. S.

NOTAS

1. SENNA, Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910. p. 8.
2. Experiência pessoal de A. C. C., um dos nossos informantes orais.
3. VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: Itapuã, 1973. p. 4.
4. QUINTAS, Amaro. A revolução praieira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira; Brasil Monárquico*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v. 2. p. 230.
5. *Ibid.*, p. 233.
6. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968, FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1962.
7. LIMA, José Francisco da Silva. Há Bahia de há 66 anos, reminiscências de um contemporâneo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 15, n. 34, 1908/1909. José Francisco da Silva Lima era conhecido sob o pseudônimo de Senex.

CAPÍTULO I: O COMÉRCIO EM SALVADOR

A IMPLANTAÇÃO do regime republicano correspondeu, na Bahia, a uma fase de dificuldades generalizadas na sua economia, que, entretanto, logo cederiam lugar a esperanças de revitalização, a partir da recuperação dos preços dos artigos de exportação e da crescente importância do cacau no comércio mundial.

A produção cacaeira seria responsável pelo grande aumento do comércio exterior na Bahia, não só em volume como em vendas, pelo lugar privilegiado que o artigo do sul baiano ocuparia nas transações internacionais.

Outros artigos tropicais como açúcar, algodão e fumo teriam papel de destaque na pauta das exportações e, embora, sob dura concorrência de outras fontes produtoras, durante quase toda a Primeira República, fora objeto da maioria das grandes transações internacionais do porto de Salvador.

Já a produção agrícola de subsistência, deu continuidade ao marasmo e à insuficiência crônica, herança de épocas anteriores, que tornavam o abastecimento de gêneros de primeira necessidade a centros urbanos relativamente populosos como Salvador um problema a

solicitar do Poder frequentes soluções a curto prazo, tendendo todas a assumir o caráter de meros paliativos.

O motivo tradicional de se relegar a plano inferior os cuidados com os artigos de consumo interno, isto é o forte atrativo pela agricultura de exportação, não desapareceu, mas, ao contrário, persistiu, apenas substituindo-se o centro das atenções por outro, que na Primeira República seria, por excelência, o cacau.

Como fator condicionante das dificuldades do abastecimento, a esse aspecto estrutural da economia, acrescenta-se a conjuntura de alta de preços que atingiu, não só os produtos de exportação como também os de consumo local.

A carne verde e a farinha de mandioca são exemplos eloquentes: o preço de ambas entrou em fase de alta a partir de 1895, atingindo a carne o ponto máximo em 1919, e a farinha, em 1918, retomando esta o movimento ascendente até 1926, aproximadamente.

A carne de sertão ou charque, tão importante quanto os anteriores nos hábitos de consumo da população local, ilustra a dependência da capital da Bahia em face dos fornecimentos externos. Vinha o artigo do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai. Sua importação deve ter contribuído consideravelmente para criar ou aumentar fortunas das casas comerciais que se dedicavam à atividade, tais como Magalhães & Cia, Carvalho & Filhos e outras.

O trigo era outro artigo importado da Argentina, cujo valor variava conforme o nível de preços e de quantidades fixados pelo mercado fornecedor. Em 1917, por exemplo, às perturbações comuns a um período de guerra, juntaram-se as más colheitas naquele país, o que determinaria uma política restritiva à saída do cereal.

Para explicar todas as deficiências do setor de abastecimento, numerosos seriam os fatores a evocar: baixa capitalização de toda a agricultura, particularmente acentuada na de subsistência; baixo nível tecnológico; papel subsidiário que ocupava diante da agricultura de exportação, manifesto no seu descaso por parte dos que se dedicavam simultaneamente aos dois setores, e no desvio da mão-de-obra para a

grande agricultura. Ainda havia duas outras perspectivas diante do problema: a dos consumidores e a dos distribuidores.

O consumidor, premido pela alta, geralmente, responsabilizava a especulação, o açambarcamento, os monopólios e a inércia dos poderes públicos em combatê-los. Em jornais da época são frequentes as referências a esta forma de encarar a questão que, embora não fosse de todo errônea, não basta para explicá-la.

Os comerciantes importadores e grossistas tendiam a justificar os preços a partir das dificuldades de transportes internos e internacionais ou como resultado de uma política tributária, considerada por eles desastrosa. Nos Relatórios das Diretorias da Associação Comercial da Bahia, de 1890 a 1930, avolumam-se os protestos contra as diversas taxas de tarifas alfandegárias, tidas pelos interessados e prejudicados como encargos demasiadamente pesados, sobretudo os impostos inter-estaduais que, fixados de uma unidade da Federação para outras, traziam, como resultados, embaraços e ônus ao trânsito de mercadorias, provocando, às vezes, medidas análogas em represália.

Ainda a considerar existe a posição dos retalhistas, para os quais, muitas vezes, tentavam os grossistas desviar a cólera dos consumidores.

O fato é que, na Salvador das primeiras décadas republicanas, não faltariam manifestações de rua contra a carestia de vida, o que sintomatiza graves problemas do setor de subsistência. (1)

A indústria não conheceu avanços. Aqui, a tendência dominante foi para a estagnação.

Um complexo de fatores deve ter atuado, então, para retardar o desenvolvimento industrial da Bahia, fatores cujo grau de influência requer outros estudos.

Entretanto, algumas características podem ser apontadas para a indústria baiana naquele período: produção de bens de consumo; insuficiente volume de produção; produção em nível predominantemente artesanal; baixa absorção de mão de obra; insignificante capitalização; dependência do setor comercial.

Na classificação das casas de negócio, para fins de cobranças do Imposto de Indústria e Profissões, predominam, sob a denominação de “industrial”, estabelecimentos produtores de artigos alimentícios, tecidos, confecções, vinagre, vela e sabão. (2)

Quanto à mão-de-obra aí empregada, sabemos pelo Censo de 1920, que dos 283.422 habitantes de Salvador, 44.115 têm por profissão “indústrias”, representando, por tanto, 15,15% do total. A cifra perde, entretanto, seu significado, se atentarmos para o fato de que, assim como as demais fontes de informação da época, o citado recenseamento nomeia “indústria” estabelecimentos de feição artesanal.

Além de representar uma pequena parcela populacional, os empregados industriais de Salvador não estavam concentrados. Em 1923, das 564 fábricas localizadas na Capital, 489 empregavam, no máximo, 6 operários; 43, mais de 6; 32, mais de 120 (3). Em 1930, do total de fábricas da Bahia (sujeitas ao imposto do consumo federal), em número de 2.204, somente 61 empregavam mais de 12 operários. Ressalte-se a existência, então, de 1.325 estabelecimentos designados de “fabricante gratuito”, nos quais não havia trabalho assalariado. (4)

A baixa capitalização da indústria baiana e sua dependência do setor mercantil se expressavam no fato de que muitas delas viviam dos capitais que, ocasionalmente, se desviavam do comércio.

A produção industrial baiana no primeiro período republicano muito pouco contribuía para satisfazer as necessidades do consumo local, o que, para a região, determinava grande dependência dos fornecimentos externos, fossem de países estrangeiros, fossem de outros Estados brasileiros. (5)

O polo dinâmico de Salvador na República Velha era o comércio.

Dava a cidade prosseguimento à sua “vocalização mercantil”, condicionada pelo peso da agricultura de exportação. Também aquela mesma fraqueza industrial e a constante abertura para o recebimento de mercadorias de fora estimulavam o giro comercial. Em consequên-

cia, o comércio grossista tendeu a crescer e a se tornar o mais lucrativo empreendimento.

Desta atividade é que se originavam, por excelência, as rendas do Município e do Estado e que formavam a maior contribuição da Bahia ao Tesouro da União, mediante uma diversidade de impostos (indústrias e profissões, lucros comerciais, de consumo, de exportação, interestaduais etc.).

Em função do chamado alto comércio (importação, exportação e grossista) e, muitas vezes, em atendimento às suas solicitações e exigências, é que se modernizaria a cidade, adquirindo nova fisionomia, através dos vários empreendimentos dos sucessivos governos republicanos: Obras do Porto, Aberturas da Avenida Jequitaia, alargamento, calçamento e iluminação de ruas do Bairro Comercial, entre outros. As várias tentativas de melhorar o sistema de transportes dentro do Estado estiveram quase todas vinculadas aos interesses daquele setor em ativar a circulação de mercadorias. Igualmente, nos transportes urbanos, foi grande a influência da Associação Comercial, através do estudo das suas deficiências e das suas sugestões para solucioná-las. (6)

Os lucros adquiridos no alto comércio fariam com que algumas áreas urbanas se tornassem as preferidas para a construção das residências mais ricas e requintadas da cidade. É o caso da Graça, Vitória, Barra e Barra Avenida. De “arrabaldes”, no início da República, gradualmente, se transformariam em bairros tipicamente residenciais. Assim, comerciantes portugueses e baianos foram abandonando os distritos centrais -principalmente o de Nossa Senhora Conceição da Praia - em favor dos lugares que, desde algum tempo atrás, já tinham a preferência de ingleses e outros europeus como zona habitacional. Na Vitória e na Graça, por exemplo, foram edificadas, em meados da Primeira República, os palacetes dos Comendadores Francisco José Rodrigues Pedreira e Bernardo Martins Catarino, ambos portugueses e duas das maiores fortunas da cidade. (7)

Não só o grossista, mas também o comércio a varejo cresceu continuamente na capital da Bahia ao longo dos primeiros quarenta

anos republicanos, influenciando, de certa forma, a fisionomia urbana e assumindo uma distribuição que vigeria ainda anos a fora.

O alto comércio concentrava-se na Cidade Baixa, atingindo os distritos da Conceição da Praia e do Pilar. Aí estavam sediados os exportadores e importadores com suas agências e escritórios, suas lojas, armazéns e depósitos. Na Conceição, na rua Conselheiro Saraiva, além desses estabelecimentos, funcionavam muitos consultórios médicos e bancas de advogado, os maiores bancos e agências securitárias; no Largo das Princesas eram os escritórios dos despachantes aduaneiros. No Pilar encontravam-se, principalmente, trapiches e depósitos de mercadorias.

O comércio varejista espalhava-se pelos doze distritos urbanos (Conceição da Praia, Pilar, Sé, São Pedro, Santana, Rua do Paço, Vitória, Santo Antônio, Mares, Penha, Brotas e Nazaré). As lojas de fazendas, calçados, modas e similares incidiam, sobretudo, na Sé (principalmente na Rua Chile, onde, também, se achava a maioria dos consultórios médicos e escritórios de advogados) e em São Pedro. Por todos os pontos da cidade, multiplicavam-se os estabelecimentos de gêneros alimentícios, sendo que, nas freguesias da Vitória, Brotas e Santo Antônio, predominavam os menores, como armazéns, tabernas, padarias e quitandas. No Retiro, bairro da freguesia de Santo Antônio, concentrava-se o comércio em grosso de carne verde, cujos matadouros abasteciam os açougues de toda a cidade. (8)

Consideremos, agora, a importância do comércio, não mais pelos capitais que atraía e pelas rendas que proporcionava. Examinaremos o que significava a atividade como mercado de trabalho:

O quadro abaixo nos indica expressiva presença do comércio entre os estabelecimentos de negócios da cidade:

Anos	Comércio	Indústria	Seguros	Bancos
1890	1484
1895	1218	91
1900	1439	260	22	07
1905	1538	250	11	08
1910	1681	323	13	10
1915	1760	425	...	11
1920	1623	578	17	12
1925	1688	477	28	09
1930	1748	446

Quadro 1 - Estabelecimentos de negócios em Salvador.

Fontes: Arrolamento das casas de negócio. Anos de 1890, 1894, 1896, 1900, 1905, 1910, 1915, 1920, 1295, 1930. Manuscrito. Disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia, REIS, Antônio Alexandre Borges dos. *Almanaque administrativo, indicador, noticioso, comercial e literário do Estado da Bahia*. Salvador: Reis & Comp. 1900, 1905, 1910, 1915, 1920, Diretoria de Serviço de Estatística de Salvador. *Anuário de 1924 e 1925*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926, v. 2.

Se ainda levarmos em conta que, no total das indústrias, estão incluídas oficinas artesanais e que as outras são, na maioria, de “fabrico doméstico”, verificaremos ter sido insignificante sua capacidade de absorver mão de obra.

Assim, em momento algum da Primeira República, o comércio de Salvador deixou de ser mercado de trabalho por excelência, aquele que tinha maior capacidade de responder positivamente à procura de uma certa faixa da população ativa e que, empregada, ia constituir-se no grupo ocupacional dos caixeiros.

NOTAS

1. Sobre questões referentes ao setor de subsistência e reações populares ver: Mário Augusto da Santos (2001).
2. ARROLAMENTO das casas de negócio, 1890-1930. Manuscrito. Fonte disponível no Arquivo público do Estado da Bahia.
3. SALVADOR. Diretoria de Serviços de Estatística. *Anuário estatístico de 1924 e 1925*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926. v. 2 p. 68.

4. BARBOSA, Mário Ferreira. *Aspectos Econômicos e Financeiros do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931. p. 16.
5. Até mesmo a produção de tecidos que, ao lado da açucareira, formava o ramo mais capitalizado da indústria baiana, sofria concorrência desvantajosa dos tecidos importados de outros Estados brasileiros: “Parece-nos, em relação aos tecidos - de fazenda já fora de uso - fica estagnada, enquanto procura a Bahia nos mercados nacionais os artigos de maior consumo dessa natureza”. (BARBOSA, 1931, p.15).
6. Por exemplo, em 1927, a Associação Comercial da Bahia, a Intendência Municipal e a Cia. Linha Circular formaram uma comissão para estudar o problema do transporte entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa. Daí resultou a idéia de se montarem novos elevadores e reconstruir um dos planos inclinados. (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA, 1927).
7. Os distritos da Vitória, Brotas e Santo Antônio eram os maiores em extensão territorial e as menos urbanizadas. Isto é indicado pelos seguintes dados: menor concentração populacional, menor número de edificações, maiores áreas verdes e maior precariedade de comunicações e transportes com o centro econômico-administrativo. Daí serem justamente, suas roças, sítios e chácaras os locais preferidos para estações de veraneio e piqueniques pela população que habitava os distritos centrais (Sé, São Pedro, Santana, Rua do Paço, Pilar e Conceição da Praia). Esse costume descrito pelo romancista Xavier Marques e localizado em fins do século XIX, ainda continuaria, provavelmente em meados da Primeira República (MARQUES, 1922). Lugares como Brotas, Cabula, Rio Vermelho, Matatu, Pau Miudo, Gantois e São Lázaro, no começo do século XX, eram chácaras “de transportes precários ou de nenhum” (VIANNA, 1950, p. 14). Ainda em 1920 eram classificadas como “arrabaldes” zonas integrantes de distritos urbanos como Itapagipe, Barra, Rio Vermelho e Brotas, equiparáveis às suburbanas Plataforma, Itapuã e São Tomé de Paripe. “Possui a capital do Estado lindos arrabaldes, salientando-se os de Itapagipe, Barra, Rio Vermelho, Plataforma, Brotas, Itapuã, Pituba e São Tomé de Paripe”. (REIS, 1919).
8. Todos os dados referentes à distribuição dos estabelecimentos de negócios, foram obtidos no Arquivo Público do Estado da Bahia. Arrolamento das casas de negócio, anos de 1890, 1894, 1896, 1900, 1905, 1910, 1915, 1920, 1925, 1930.



Rua Nova do Comércio, atual rua Conselheiro Dantas, Cidade Baixa.

FORTE: FERREZ, Gilberto. *Bahia*: velhas fotografias 1858/1900. Apresentação Katia Queirós Mattoso. Rio de Janeiro: Kosmos; [Salvador]: Banco da Bahia Investimentos, 1999. 199p.

CAPÍTULO II: A PROFISSÃO DE CAIXEIRO

A PALAVRA **caixeiro** designa a categoria profissional ligada às atividades comerciais, no nível de empregado.

O termo veio caindo, gradativamente, em desuso, sendo, hoje em dia, substituído por expressões equivalentes: “vendedor” ou “balconista” para o profissional que lida diretamente com os clientes em operações de venda; para o grupo em geral, nas suas diversas funções, “empregados do comércio”, ou, de preferência, “comerciários”, a partir da Legislação da Previdência Social que, pelo Decreto 24.273, de 1934, criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

Até 1930, porém, o vocábulo **caixeiro** era de uso corrente, tanto na linguagem cotidiana quanto em documentos oficiais, tais como os Registros de Casamento Civil. Às vezes, em seu lugar, lê-se “empregados no comércio” ou “auxiliares do comércio”.

Em escritos do primeiro decênio do século XVIII já encontramos o emprego do termo “caixeiro”. Tinha, então duplo significado:

Era o trabalhador de engenho encarregado de embalar o açúcar depois do purgado, isto é, de mantê-los em *caixas*, repar-

ti-lo entre o senhor e os lavradores, deduzindo-lhe o dízimo e o quinto, tudo escriturado devidamente.

Também designava o empregado de comerciantes da cidade, o qual recebia o açúcar vindo dos engenhos em *caixas* e que o enviava aos trapiches. (1)

Embora se trate de atividades distintas no processo de comercialização do açúcar, exercendo o primeiro **caixeiro** uma função mais “rural”, e o segundo, mais “urbana”, ambos eram trabalhadores livres, remunerados, que labutavam com as caixas de açúcar.

No fecho daquele século o cronista Luis dos Santos Vilhena utilizava a palavra **caixeiro** para indicar profissão de comércio, exercida por homens livres e brancos.

Passagens das *Cartas Soteropolitanas* nos sugerem esta caracterização populacional:

Outros há que tendo seus pais vindo, não há muitos anos para o Brasil, para serem caixeiros, quando tivessem capacidade para o ser, porque a fortuna lhes foi própria, e juntaram grandes cabedais, cuidam seus filhos, que o Imperador da China é indigno de ser seu criado [...] que devendo empregar os seus caixeiros nas suas lojas e cobranças, os tem vendendo farinha nas tulhas, ou celeiro público e outros pelos campos comprando-a aos lavradores [...];

Os brancos naturais do país hão de ser soldados, negociantes, escrivães, ou tribunais, ou juízes da Justiça, ou Fazenda, e alguma outra ocupação pública, que não possa ser da repartição dos negros, como cirurgiões, boticários, pilotos, mestres, ou capitães de embarcações, caixeiros de trapiches etc. (2)

A Constituição de 1824, Capítulo VI, Art. 92, Parágrafo 3º, refere-se aos “primeiros caixeiros das casas de comércio”, excluindo-os assim como os “guarda-livros”, do grupo dos “criados de servir” não admitidos como votantes das assembléias paroquiais”. (3)

Assim, na segunda década do século XIX, já era o vocábulo consagrado em texto oficial, embora, posteriormente, o Código Comercial de 1850 prefira a expressão sinônima – “auxiliares de comércio.” (4) Já significava o que ainda hoje se entende como tal, embora de feição mais abrangente porque, às vezes, “comércio” indicava o conjunto de atividades mercantis urbanas (comércio propriamente dito, negócios bancários, securitários e companhias para diversos fins). (5)

Neste trabalho, utilizaremos a expressão **caixeiro** como sinônimo de empregados de casas comerciais, no sentido restrito, mais recente, e deixamos de lado os que trabalhavam nos outros setores, não só pela sua insignificância numérica no período aqui enfocado, como, também, por se fazer necessária uma delimitação do universo da pesquisa.

Como se definiriam os caixeiros da Bahia enquanto grupo ocupacional? Em que condições exerciam suas atividades?

Para responder a essas indagações estudamos neste capítulo os seguintes aspectos da vida dos caixeiros de Salvador durante a Primeira República: composição numérica; qualificação profissional; jornada de trabalho; remuneração; legislação do trabalho.

PROFISSÃO NUMEROSA

No capítulo precedente referimo-nos à significação do comércio como mercado de trabalho em todo o primeiro período republicano. Pelo número comparativamente elevado dos estabelecimentos mercantis, podemos supor que a mão de obra aí empregada seria quantitativamente superior à de outros setores.

Todavia, um cálculo numérico exato, ou mesmo aproximado, das pessoas que se empregavam nesta atividade é grandemente

problemático, uma vez que a respeito não há fontes seriadas e fidedignas:

Os Recenseamentos de 1872, 1890, 1900 e 1920 representam uma estatística já elaborada e de que nos poderíamos valer, não fora a precariedade e nebulosidade dos critérios de classificação profissional, sem falar na fidelidade das informações. (6)

Eliminados os *Recenseamentos* por carência e imprecisão de seus dados, restam-nos os registros dos *Arrolamentos das Casas de Negócio* que nos informam anual e seriadamente sobre o número de estabelecimentos comerciais existentes na cidade. Para o que nos interessa, no momento, seu valor é duvidoso porque não indicam o número de empregados para cada estabelecimento. Além disso, eram vários os gêneros das casas comerciais – barracas, quitandas, tabernas, tulhas, armazéns, armarinhos, lojas, depósitos, escritórios, etc. O número das pessoas nelas ocupadas oscilava entre 1 (o próprio dono, no caso de barracas e quitandas, por exemplo) e, aproximadamente, 40 (no caso das firmas exportadoras ou importadoras que deveriam ter, quase todas, lojas ou armazém, escritórios e depósitos). Por exemplo, Eduardo Fernandes & Cia, importadora e distribuidora grossista de ferragens, manteve os seguintes números de empregados.

ANO	EMPREGADOS
1890	11
1895	17
1910	21
1915	23
1920	25
1925	31
1930	34

Quadro 2 – Totais anuais de empregados da Firma Eduardo Fernandes & Cia
Fonte: Eduardo Fernandes & Cia. *Diários*, 1890-1930.

Por isto, não poderíamos fazer uma afirmativa sobre os totais anuais dos caixeiros, mesmo que só quiséssemos utilizar como ponto de partida o número de 15.780 que o Recenseamento de 1920 atribui às pessoas que vivem do comércio (patrões e empregados) porque a média de empregados por casa deve ter sofrido alterações ao longo do período, a exemplo do que ocorreu com a firma acima citada. Desta forma não nos é dado reconstruir uma série numérica sob pena de incorrerem em erro grosseiro acerca de toda uma realidade.

O fato é que a atividade comercial ocupava grande parcela da população, comparativamente a outros setores conforme já indicamos no capítulo I.

“MOÇOS DO COMÉRCIO”

A inexistência de registros cadastrais dos caixeiros dificulta o estudo da composição etária do grupo.

Para tanto não dispomos senão de referências esparsas em fontes escritas secundárias e em depoimentos orais. Uma e outras, sem fornecer dados exaustivos, indicam algo que supomos ter sido uma das características dos caixeiros da Bahia na Primeira República: a predominância, entre eles, de adolescentes, entre os 12 e os 18 anos, aproximadamente.

Nos tempos do Império, às vezes, ou quase sempre, uma das qualificações exigidas para o ingresso nas casas de comércio era a idade, que deveria variar dos 11 aos 14 anos. (7)

Até meados da Primeira República, a situação deve ter-se mantido, talvez ligeiramente alterada: os novos empregados recrutavam-se entre adolescentes de 12 a 15 anos.

Frequentemente, em jornais desse período, tomam-se, como sinônimos da palavra **caixeiro**, as expressões: **moços do comércio**,

rapazes do comércio, mocidade do comércio e mocidade caixeiral. A juventude do grupo era atributo que se destacava.

Em sete testemunhos orais, encontramos o início da profissão entre 11 e 14 anos e, embora este reduzido número de informantes não se constitua em amostra significativa do universo global da pesquisa, tomamos seus depoimentos à guisa de experiências particulares que, hipoteticamente, poderíamos, generalizando, estender a uma certa faixa da população da cidade.

Supomos, assim, que, em muitas famílias, ao atingirem os filhos do sexo masculino a idade dos 11 aos 14 anos, deveriam contribuir suplementarmente para o orçamento doméstico. Também ao jovem adolescente que não era dado sonhar com o anel de doutor, bacharel ou engenheiro, ou, nem ao menos, cirurgião-dentista ou farmacêutico, não restaria muito a escolher diante do mercado de trabalho: era colocado numa casa comercial.

Nem sempre o começo do trabalho implicaria em uma expectativa de remuneração imediata. Raramente se estipularia o pagamento antes de um tempo de experiência inicial. Via de regra, o caixeiro recém-admitido atuava como uma espécie de aprendiz não remunerado, recebendo, às vezes, um pagamento simbólico.

No depoimento oral de B. L. G. S., encontra-se que seu irmão J. A. G. foi posto a trabalhar pelos pais aos 11 anos a fim de “tomar gosto”. Parece-nos clara a situação: concluído o curso primário e não havendo possibilidade financeira de manter o filho nos estudos, o pai preferia preencher-lhe o que poderia ser uma longa fase de ócio até atingir a idade mínima para o ingresso no funcionalismo público. Colocava-o na única atividade que, além das fábricas e oficinas artesanais, admitiria auxiliares de tão tenra idade.

O emprego de meninos mal entrados na puberdade deveria ser prática generalizada em todo o comércio do país, já avançada a Primeira República. Sugere-o o projeto de lei do deputado federal Nicainor do Nascimento, datado de 1911, que proibia o trabalho de menores de 10 anos em casas comerciais, permitindo-o porém dos 10 aos 15,

“quando soubessem ler e escrever”. Também dispunha que os estabelecimentos com mais de trinta menores analfabetos teriam de manter escolas para o ensino de noções elementares de escrita e cálculo (8). A Bahia, particularmente, não diferia do geral.

Em outubro de 1911, a Fiscalização Geral do Município de Salvador publicou edital que executava a postura 50A concernente ao trabalho no comércio:

“[...] Fica proibido doravante aceitar-se em qualquer casa comercial, seja de que natureza for, menores de 14 anos de idade, nacionais ou estrangeiros, sob as penas da lei”. (9)

Oito dias depois, entretanto, o Intendente Municipal, discutindo publicamente o mérito da norma, diria:

Acho o limite de idade muito elevado. Com muito menos de 14 anos, há nas fábricas e nas casas comerciais muito quem, sem prejuízo para a higiene do corpo e do espírito, sem os perigos da moléstia ou do analfabetismo, ganhe já para as suas necessidades, senão para as da família.

O trabalho é uma escola; afastar dele as crianças é correremos o risco de atirá-las aos desastrosos efeitos da vagabundagem, escola também, mas onde só se aprende a prática de vício, que é porta aberta para o crime. (10)

Deixando de lado a sinceridade das convicções pessoais do Intendente, vemos nas entrelinhas do seu comentário uma realidade. O desemprego forçado de um contingente de mão-de-obra abundante e barata poderia ter descontentado os patrões que talvez tivessem influenciado na atitude do prefeito. (11)

Por outro lado, há o ponto de vista dos próprios caixeiros que seriam lançados ao desemprego por um ato, em princípio, protetor, mas que, em termos imediatos, não os beneficiava. A respeito, o *Diário de Notícias* publicou a seguinte nota:

Horas de Trabalho

Os menores de 14 anos, golpeados nos seus direitos de trabalhar onde quiserem, pela postura 50A, reúnem hoje, às 8 horas da noite, no lugar indicado, para tratarem da anulação da aludida postura que os impede de ganhar o pão de cada dia. (12)

Observemos que esta notícia fora publicada no dia 17 e a mudança de atitude do Intendente apareceu nove dias depois. Objetivamente, não nos interessa, agora, discutir os motivos de revogação da cláusula da Postura Municipal nem quanto ou como foi sensível o Poder a esta ou aquela reação. Basta não perdermos de vista que o fato expressa a importância do trabalho de menores de 14 anos no comércio da cidade.

Aqui, ainda merecem atenção especial os caixeiros portugueses. Muito cedo eles se iniciavam no labor do balcão, via de regra, trazidos de Portugal pelos compatriotas aqui estabelecidos. A prática, que foi rotineira no Império, deve ter continuado frequente nos primeiros tempos republicanos.

O uso de admitir caixeiros menores de 14 anos foi inicialmente português, ainda na Colônia. Ampliou-se o costume no século XIX por força do crescimento mercantil. Por interesse dos próprios lusos em dar emprego a patrícios a quem mais tarde pudessem confiar seus negócios e, também, pela carência nos centros urbanos, de mão de obra livre e isenta de preconceitos contra as tarefas humildes das lojas e armazéns, intensificar-se-iam, então, as entradas de meninos portugueses.

Prevaleceria o costume português de empregar meninos impúberes até o fim do Império, o qual se estenderia daí em diante aos filhos da terra, à medida que o grande e pequeno comércio foram passando, gradualmente, às mãos de brasileiros. Não por mera imitação, é óbvio, mas pela disponibilidade daquele tipo de mão-de-obra.

Assim, em meados da Primeira República, permanecia o comércio de Salvador, como um mercado de trabalho para menores de catorze anos. Para as duas décadas finais do período, não há referências, seja em notícias de jornais ou em Relatórios das Diretorias das associações caixerais. Contudo, imaginamos que a prática deve ter prosseguido até às primeiras providências da legislação trabalhista dos anos trinta, algumas das quais viriam regular o trabalho de mulheres e menores, de modo geral.

E a verificação de uma forte presença de adolescentes no seio do grupo profissional dos caixeiros é, até certo ponto, significativa para compreendermos certos mecanismos de mando e obediência nas relações entre patrões e empregados do comércio de Salvador no período em apreço. (v. capítulo III)

A HIERARQUIA DA CASA

Ao ingressar em um estabelecimento comercial, o empregado encontrava uma organização hierárquica: os caixeiros; o primeiro caixeiro; o patrão.

Caixeiros eram todos os empregados. Executavam as mais variadas tarefas: varriam a loja ou armazém e, às vezes, o passeio da frente; arrumavam e guardavam as mercadorias diariamente; vendiam ao balcão; nos armazéns de secos e molhados a tudo isto se acrescentava a obrigação de “baldear” gêneros, misturando à manteiga, ao vinho etc. de melhor qualidade porções de tipo inferior, estratégia muito comum entre os negociantes da Baixa dos Sapateiros (13). Desempenhavam, geralmente os mais novos, funções de cobradores e mensageiros; em, estabelecimentos médios e menores, faziam balancetes e balanços diários, semanais, mensais e, ainda, a escrituração, a depender de sua instrução e destreza para os cálculos matemáticos. As

maiores firmas tinham um escritório onde operava o Guarda-Livros que, em caráter especializado, fazia a contabilidade.

Além disso ainda eram destinados ao caixeiro trabalhos externos, como o de entregar diária, semanal ou mensalmente gêneros alimentícios nas casas dos clientes. Até mesmo artigos do vestuário poderiam ser levados até às residências. Hildegardes Vianna, em algumas de suas crônicas, relembra essas práticas:

Algumas casas comerciais de alto gabarito dispunham de um caixeiro para acompanhar a *tábua*, orientando o gosto e as preferências das freguesas. Era um trabalho ingrato, exigindo muito tato boas maneiras para contornar alguma situação embaraçosa [...] O caixeiro, com poucas palavras e atitudes comedidas, aplainava todos os problemas criados pelos artigos da *tábua*: fazendas, roupas prontas, calçados, chapéus, enfeites e até jóias. (14)

Em seu depoimento, K. W. indica a seguinte classificação dos caixeiros, conforme as funções desempenhadas e tempo de serviço: aprendiz de caixeiro; caixeiro de balcão; caixeiro de escrita ou ajudante de Guarda-Livros; Guarda-Livros.

Tal distribuição, que sugere algo como uma especialização, só existiria nas grandes firmas do alto comércio cujas operações eram mais extensas e complexas.

O comum seria o acúmulo de funções desde as de faxineiro até as contábeis, a julgar por algumas indicações. Por exemplo, Guarda-Livros especializados eram poucos, segundo o mesmo K. W. As experiências profissionais no comércio a varejo (armazém de secos e molhados e lojas) incluem a execução simultânea de todas as tarefas e, dentre estas, as de contabilidade e escrituração (15). É mínimo o número de Guarda-Livros nos totais anuais de casamentos de caixeiros, amostra que se pode tomar como significativa uma vez que, dentro da categoria, a melhor remunerada de todo o grupo ocupacional em apreço, haveria maiores possibilidades financeiras de se realizarem casamentos (16).

Primeiro Caixaieiro era aquele que, já tendo passado pelos escalões anteriores, galgara ou estava prestes a atingir o posto sonhado de sócio-interessado da firma. Para tanto, ia o caixaieiro retirando, semanal ou mensalmente, quantias mínimas para as suas despesas pessoais, confiando o restante à guarda do patrão. Esta poupança poderia crescer gradativamente até atingir o montante considerado suficiente pelo chefe da casa para integralizar o capital social.

Isso dependeria, evidentemente, do interesse e da boa vontade do comerciante. Se tinha herdeiro, comumente, fá-lo-ia seu sócio e futuro sucessor na chefia dos negócios. Assim, a procura de sócios interessados dentro da casa comercial e fora da família do patrão, seria mais frequente entre os comerciantes que não tivessem filhos ou, havendo-os, que não estivessem disponíveis para as lides mercantis.

Outro meio de chegar o caixaieiro a sócio interessado era obter o capital necessário por meio de empréstimo ao patrão. Esta alternativa ocorreria mais dificilmente e, apenas, via de regra, quando o caixaieiro já era um genro em perspectiva.

Enfim, o primeiro caixaieiro era, dentro do estabelecimento, um empregado da mais alta confiança, que funcionava como um gerente de pessoal, não abandonando, porém, as habituais tarefas de venda.

O Patrão estava no topo, sempre vigilante, tudo dirigindo e controlando. Sua palavra era a lei: desde a admissão, níveis e formas de pagamento, até a demissão dos empregados, uma vez que, durante a Primeira República mal havia começado a esboçar-se uma legislação do trabalho. Às vezes, ausentava-se em viagens e confiava aos primeiros caixaieiros, como seus imediatos, a direção da casa.

Dentro dessa organização hierarquizada, nota-se uma relativa mobilidade, principalmente do nível de aprendiz para o de caixaieiro propriamente dito: demonstrando capacidade de trabalho e algumas habilidades, em pouco tempo, meses ou semanas, poderia ser promovido a empregado remunerado. Deste para o outro grau, entretanto, o do primeiro caixaieiro, havia como que um afunilamento acentuadíssimo, uma vez que já se tratava de um processo de capitalização individual.

As expectativas de ascensão dentro de cada estabelecimento comercial apresentam-se como matéria sugestiva para análise das formas e conteúdos das relações entre empregados e patrões. (V. Capítulo III).

A ESCOLA DO BALCÃO

Para obter o ingresso em uma casa comercial o aspirante a caixeiro não precisaria ser muito mais do que meramente alfabetizado e capaz de realizar as quatro operações aritméticas fundamentais. Às vezes, nem tanto, a julgar pelo cuidado com os empregados analfabetos. (17)

Não dispomos de dados precisos sobre os níveis de instrução neste grupo ocupacional. Entretanto, certas indicações nos sugerem alguns comentários.

Nos Registros de Casamento Civil, verificamos ser mínima, quase inexistente, a percentagem de analfabetos, em toda a extensão da Primeira República. Tal amostra não é, porém, significativa, uma vez que era reduzido o número de casamentos. (18)

Além disso, o conhecimento do número de alfabetizados e analfabetos, não nos esclarece sobre os níveis de instrução. Assim, aceitando, em termos hipotéticos, que fosse insignificante a percentagem dos caixeiros analfabetos no conjunto da atividade comercial, devemos a partir daí examinar as variações que existiriam entre os diferentes setores.

Certamente, no ramo retalhista de secos e molhados, as habilidades não iriam além dos cálculos elementares. Um ou outro empregado que se destacasse por uma maior vivacidade era, imediatamente, encarregado de auxiliar nos balanços periódicos.

No ramo lojista, além desses conhecimentos mínimos, outros ainda poderiam ser importantes, como os de Escrituração Mercantil.

Nas maiores firmas do alto comércio havia maior exigência de aprimoramento dos caixeiros, não só quando a uma especialização contábil na figura do Guarda-Livros, mas, também, no domínio de idiomas estrangeiros (Inglês, Francês e Alemão, principalmente) e que poderia fazer com que o auxiliar se tornasse encarregado da correspondência com praças do exterior.

O mais importante, porém, era a prática do balcão e do escritório e não conhecimentos adquiridos pelos meios educacionais sistemáticos de uma escola convencional.

Gilberto Freire comenta a importância do aprendizado comercial em firmas estrangeiras no tempo do Império:

Não nos devem passar despercebidos os anúncios em que firmas inglesas oferecem lugares de auxiliares ou caixeiros a rapazinhos brasileiros em casas de comércio que tinham alguma cousa de escolas.

[...] Segundo Alberto de Faria, essa casa de comércio foi para o futuro do Barão de Mauá uma verdadeira escola... Dessa escola inglesa recebeu ele tudo – o trato do comércio, as largas tendências do seu industrialismo, o gênio das empresas, os largos voos dos seus sonhos de grandeza, a lisura da sua palavra, o culto do crédito e essa nobreza de processos com que nos últimos quartos do século XIX o comércio fez das Ilhas Britânicas o maior dos Impérios. (19)

Claudio Ganns também reconhece grandes méritos à firma na formação profissional de seu bisavô, caixeiro e, depois, homem de empresa – O Visconde de Mauá:

É à sombra da experiência e do método inglês de Carruthers que Mauá cresce e prospera. Essa nova escola – se a outra

fora acanhada aula primária de iniciação mercantil – equivalia agora a perfeito curso de preparação secundária e superior. (20)

Na Bahia de fins de século XIX, papel análogo teria desempenhado a casa Westphalen Bach & Krohn. “Era uma verdadeira escola” e ter-lhe servido equivalia, no currículo profissional de caixeiro, a uma importante recomendação. (21)

Um ex-caixeiro do Rio de Janeiro, em 1902, preconizava como um dos fatores essenciais ao sucesso profissional da categoria uma instrução cuidada:

Que estudará o caixeiro? Estudará o modo de escrever perfeitamente a língua do país em que exerce atividade, e que entre nós é a portuguesa. Estudará o bastante para falar corretamente as línguas francesa, inglesa, alemã e qualquer outra dos países comerciais, com que possa vir a ter relações. Estudará a Matemática Elementar, a Geografia e Histórias gerais, a Geografia e Histórias do Comércio e a Escrituração Mercantil.

Depois, sendo socialmente bem educado e individualmente polido, a prática o fará doutor na arte de comerciar. (22)

Isso seria uma sofisticação fora do alcance da maioria e que se faria necessária apenas aos empregados do alto comércio, que lidavam com operações de escritório. Entretanto, seria, em princípio, algo como um investimento do qual o caixeiro, mesmo encarregado das tarefas mais simples, poderia retirar proveito futuro em promoções ou aumento de remuneração.

Na Bahia da Primeira República, porque tais perspectivas fossem para cada um em particular mais ou menos remotas, ou porque, nas experiências concretas, valessem mesmo a prática de balcão e o arbítrio dos patrões, o fato é que o aprimoramento intelectual ou profissional parece não ter atraído os “moços do comércio”.

A procura dos cursos patrocinados pela Associação dos Empregados no Comércio, de 1907 a 1929, não justificava a sua manutenção. Melancólico é o panorama traçado pelas referências dos Relatórios da entidade: em 1907, criadas as aulas de Português e Escrituração Mercantil, foram suspensas as primeiras, em novembro do ano seguinte, por falta de matrículas. De 1909 a 1912, voltaram a funcionar, mas o Relatório desse último ano sugeria que, dada a frequência insignificante, aqueles cursos e mais o de Inglês fossem substituídos por aulas primárias para os filhos dos sócios. A situação perdurou até 1916, ano em que a Associação conseguiu, mediante convênio, que os seus filiados fossem estudar na Escola Comercial, o que se realizou até 1919. Voltaram as aulas a funcionar no edifício daquele órgão, mas, até 1929, era diminuta a proporção dos matriculados, e menor ainda a frequência (23). Para o biênio 1919/1920, a Diretoria nos informa os seguintes dados, por si mesmos eloquentes:

Aulas	Matrícula	Frequência
Escrituração Mercantil	70	8
Português	88	10
Francês	68	8
Inglês	69	13

Quadro 3 – Frequência aos Cursos da Associação dos Empregados no Comércio
 Fonte: ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA – *Relatório da Diretoria*, 1919- 1920.

A própria Escola Comercial, fundada em 07 de fevereiro de 1905, parece não ter formado muitos “Bacharéis em Comércio”. (24)

Paralelamente à falta de estímulos de ordem imediata na carreira, agiam, para desencorajar uma maior procura de aperfeiçoamento, as duras condições de trabalho a que estavam submetidos os caixeiros. As jornadas longas e fatigantes eram comumente realizadas de pé e não lhes davam tempo para nada mais a não ser o curto repouso e alguns raros lazeres.

Raros caixeiros poderiam oferecer qualificações como as anunciadas em um jornal de Salvador:

Ao Comércio

Oferece-se para qualquer escritório ou casa comercial em moço de boa conduta, apresentando as melhores referências, prático em qualquer ramo de negócio, habilitado nas línguas portuguesa, francesa, contabilidade, boa caligrafia e com alguma prática de datilografia; quem precisar dirija carta à rua Visconde de Itaparica, Nº 21, 2º andar, com as iniciais J. R. M. (25)

Daí, podemos concluir que os caixeiros de Salvador, na Primeira República, se constituíam em mão-de-obra não qualificada, recrutada numa faixa da população ativa que, via de regra, mal concluía, quando muito, o curso elementar. A formação profissional iniciava-se e completava-se no balcão.

DE SOL A SOL

Muito cedo na manhã, começava a faina diária dos caixeiros. Não houve, durante muito tempo, um horário-padrão de abertura e encerramento das casas comerciais. Este era fixado por cada um dos patrões em particular.

Em depoimentos orais, encontramos tal diversidade:

J. A. G., na última década do século XIX, chegava às seis horas ao local de trabalho e o deixava às dezoito, dispondo de intervalo de uma hora para almoçar. K. W., à mesma época e um pouco posteriormente, tinha de estar às seis e cinquenta diante do estabelecimento. A. C. C., nos primeiros anos do século XX, mourejava das sete da manhã às

onze da noite, porque, embora o expediente externo se encerrasse às dezenove horas, cabiam-lhe tarefas internas de limpeza e arrumação. R. P. M., a partir de 1914, conheceu estes horários: no setor varejista, que era o seu, de segunda a sexta-feira, das sete às vinte; aos sábados, até as vinte e uma horas e, aos domingos, de portas fechadas, trabalhava-se em balancetes, mostruários e faxinas. No Bairro Comercial, domínio dos escritórios do alto comércio, das sete e trinta às dezoito horas, de segunda a sábado. J. J. R. C., em armazém de secos e molhados da Baixa dos Sapateiros, no fim da primeira década do século XX, dormia no local de trabalho e acordava pela madrugada, muito antes das seis horas, quando se abria o estabelecimento, e, encerrado o expediente, labutava até quase meia-noite. (26)

No ano de 1906, a Associação dos Empregados no Comércio da Bahia protestava junto ao Conselho Municipal contra os proprietários de casas comerciais que não obedeciam a horários regulares, abrindo-as até nos domingos e dias santificados, principalmente os estabelecimentos da Baixa dos Sapateiros. Curioso é que os empregados não se opunham a trabalhar fora do horário habitual se, para tanto, os comerciantes tivessem obtido licença da Intendência Municipal. (27)

Em 1910, a mesma entidade pediu ao Conselho Municipal que regulamentasse as horas de trabalho no comércio, alegando que os caixeiros davam de 12 a 14 horas diárias. Os conselheiros Guilherme Conceição Foeppe e Manoel Gonçalves Drummond, no ano seguinte, apresentaram um projeto que, em parte modificado, seria transformado em uma Postura. Sobre esta nos informa o *Diário de Notícias*:

Já se acha publicado o edital da fiscalização geral do município, pondo em execução a postura N. 50A que regula o fechamento das casas comerciais e que entrou em vigor no dia 11 do corrente.

Pela postura em vigor, toda a casa comercial da parte baixa da cidade, denominada “comércio”, só poderá funcionar das 7 horas da manhã às 7 da noite; as demais e as da cidade alta,

das 7 horas da manhã às 8 da noite, com uma hora de descanso para as refeições, exceto aos domingos e feriados nacionais, em que conservar-se-ão fechadas.

As vendas, padarias, pastelarias, tulhas, açougues e quitandas poderão funcionar das 6 horas da manhã até as 8 da noite, isto nos dias úteis e somente até as 2 horas da tarde aos domingos.

Os hotéis, restaurantes e bilhares poderão funcionar das 7 horas da manhã até 1 hora da madrugada, devendo ser revezados os empregados.

Os que forem encontrados com as casas comerciais abertas, fora das horas estabelecidas na lei em vigor, pagarão a multa de 30\$000 ou quatro dias de prisão e o dobro nas reincidências.

Convém notar que o pagamento voluntário ou executivo da multa não permite ao negociante ter abertas as portas de suas casas comerciais, além das horas pré-fixadas no regulamento.

Caso continue a casa aberta, será imposta nova multa com reincidência, sendo obrigada a fechar.

Fica proibido doravante aceitar-se em qualquer casa comercial, seja de que natureza for, menores de 14 anos de idade, nacionais ou estrangeiros, sob as penas da lei.

O trabalho, à noite, nas fábricas e usinas, é livre, havendo, porém, assento naquelas onde trabalharem mulheres.

Os vendedores ambulantes (mascates) só poderão exercer o seu negócio das 7 da manhã às 6 da tarde, não podendo mercadejar domingos e dias de feriado nacional

As farmácias funcionarão das 6 horas da manhã às 9 da noite, nos dias úteis e até meio dia, nos dias de domingos, devendo ficar de plantão, pelo menos, uma farmácia por semana, em cada Distrito, como também são obrigadas a abrir para aviar fórmulas de urgência sempre pelo preço comum.

As lojas e oficinas de cabeleireiro fecharão às 8 horas e lhes é permitido nos dias de sábado funcionarem até meia noite,

permanecendo, porém, fechadas, durante todo o dia de domingo, sob pena de 20\$000 de multa ou 3 dias de prisão e o dobro nas reincidências.

Os agentes da fiscalização municipal terão 30% das multas que conseguirem realizar. (28)

A Postura não trazia grande melhoria para os caixeiros, uma vez que a carga horária mínima seria de onze horas, chegando até às catorze nos estabelecimentos de gêneros alimentícios. Libertava-os, porém, do trabalho dominical e retirava a matéria do arbítrio dos patrões, impedindo-lhes a opção pela multa, que seria, fatalmente, o recurso dos mais gananciosos.

A medida provocou imediatos protestos de negociantes que, no posto policial do Comércio, reclamavam contra as “irregularidades da lei” (29). Os farmacêuticos, reunidos em assembléia, declararam-se feridos nos seus direitos, considerando ter o ato municipal transgredido o artigo 72, parágrafo 24, da Constituição Federal, que assegurava “o livre exercício de qualquer profissão, moral, intelectual ou industrial” (30). De igual teor foi o pronunciamento do Diretor de Serviço Sanitário do Estado.

A Associação União dos Varejistas promoveu reuniões para debater o problema, entregando a solução jurídica a Clóvis Beviláqua, Lente Catedrático da Faculdade de Direito de Recife. Seu parecer foi de que a matéria escapava à alçada do município, pois pertencia exclusivamente ao Legislativo Federal. Por isso, considerava a deliberação inconstitucional. (31)

A questão ainda provocou alguns debates, mas, desde o fim do mês de outubro, o próprio Intendente já se mostrava disposto a recuar, criticando o que lhe pareciam impropriedades e exageros da postura. Terminou pedindo uma revisão.

A jornada de trabalho do comércio de Salvador continuaria entre 12 e 14 horas até 1919 (32). Esse ano de imediato pós-guerra foi marcado por uma efervescência social generalizada em grande parte

do mundo, e, em certa medida, no Brasil, a qual se manifestava em greves e constantes reivindicações.

A Associação dos Empregados no Comércio da Bahia e o Clube Caixeiral aderiram ao memorial preparado por várias entidades similares do país e enviado à Comissão da Câmara dos Deputados, que, então, estudava um projeto sobre legislação do trabalho, conforme as bases estabelecidas na Conferência Mundial da Paz. Uma das medidas preconizadas seria a das oito horas diárias (33).

Daí, nada de proveitoso resultaria para os caixeiros. Até o fim da República Velha, os de Salvador lutariam pela redução e observância dos horários de trabalho.

No ano de 1920, cento e cinco sócios da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia conseguiram do Conselho Municipal o fechamento do comércio às 18 horas, excetuando-se armazéns, pastelarias, farmácias e padarias (34).

Em 1925 a Associação Comercial da Bahia fez a seguinte proposta sobre o horário de funcionamento do comércio:

- a) abertura do Comércio às 7 ½ horas;
- b) concessão de 1 ½ horas para o almoço, sendo facultativo o fechamento de suas portas durante aquele intervalo;
- c) o fechamento às 18 horas, sendo às 19 horas às vésperas dos dias inúteis;
- d) quando concorrerem dois dias inúteis, sendo um dia santificado ou feriado, precedendo ou sucedendo a um domingo, o comércio se conservará aberto no dia feriado ou santificado que proceder ou suceder ao domingo, até às 12 horas. (35)

Foram aceitas as sugestões. A partir daquele ano, portanto, seria mais ameno o regime de trabalho dos caixeiros, de 9 a 10 horas diárias. Isso, se, na prática, fossem as jornadas respeitadas pelos comerciantes. Tal não sucederia, porém. Em primeiro lugar, mantinha-se a discriminação entre o comércio da Cidade Alta e o da Cidade Baixa; entre o grossista e o retalhista; entre o de gêneros alimentícios e de

outros gêneros. Além disso, muitos protestos ainda se faziam ouvir contra irregularidades.

Em 1927, Cosme de Farias clamava contra o sistema de “escravatura branca”, que obrigava caixeiros e “garçons” de pastelarias e hotéis a trabalharem 18 horas por dia (36).

No ano seguinte, os caixeiros da Cidade Alta pleiteavam o encerramento de suas atividades às dezoito horas, argumentando que, prolongando-se o fim do expediente, lhes seria difícil estudar e repousar o suficiente, contra a alegação dos comerciantes de que, justamente a partir das dezoito horas, é que se tornava mais intenso o movimento dos clientes. Ainda reclamavam os empregados contra a obrigatoriedade de permanecerem de portas fechadas para arrumar a casa (37).

Em fevereiro do mesmo ano, requereram os interessados ao Conselho Municipal a implantação da jornada de dez horas indistintamente para todos os ramos de negócio: “bancos, casas bancárias, escritórios, casas de câmbio, indústrias”, com intervalos de uma hora e meia para o almoço (38).

Em julho de 1929, uma lei municipal estabeleceu nove horas diárias para os empregados de comércio, indiscriminadamente, limitadas entre as 8 a as 18 horas. Já se aproximava da jornada de oito horas que só seria estabelecida em 1933 (39).

Outra difícil conquista dos caixeiros foi a das férias.

Até 1920 nada havia neste sentido no Brasil, de modo geral. Criara-se em 1919, na Câmara Federal, a Comissão de Legislação Social, que iniciou estudos sobre as condições dos trabalhadores de várias categorias. Embora, aí, já entrassem as férias como tema de debates e sugestões, só teriam amparo legal em 1925, na vigência do Conselho Nacional do Trabalho, sob a forma de quinze dias de repouso anual remunerado, para empregados, de estabelecimentos industriais, comerciais, bancários e jornalísticos.

Os comerciantes de Salvador olharam a novidade com desconfiança. Em novembro de 1924, a Associação Comercial da Bahia recebeu da Associação dos Empregados no Comércio o pedido de

[...] anteceder às letras e aos artigos da lei, em perspectiva, num gesto largo e significativo, provar mais uma vez que em matéria de liberdade ela não espera nunca pelos dispositivos da lei e, assim, pelo autorizado órgão que V. Exa. preside, levantar-se uma ação conjunta em prol das férias anuais, dizendo cada comerciante, por sua casa, a sua solidariedade. (40)

A Associação Comercial taxou de precipitada a atitude dos empregados, declarando-a descabida:

[...] qualquer resolução que se antecipe à sua execução, e isso porque, se as resoluções tomadas fossem consideradas melhores, seriam respeitadas, mas o mesmo não sucederia, se as cláusulas da lei, caso venha a tornar-se efetiva, fossem consideradas mais liberais. (41)

Após ter sido sancionada a lei pelo Presidente da República em dezembro de 1925, os patrões ainda encontravam meios de não conceder o repouso anual dos seus auxiliares, valendo-se de não estar o ato ainda regulamentado. Finalmente, a expirar em 30 de abril de 1927, foi o prazo dado pelo Regulamento Federal para se organizar o registro dos empregados, que, em seguida passariam a gozar do direito de férias. (42) Isso, em princípio, deveria possibilitar o controle do cumprimento da norma. Na prática, entretanto, as coisas se passavam de modo diverso. Mais uma vez, Cosme de Farias protestaria:

Continua profundamente burlada neste Estado a lei de férias aos trabalhadores em fábricas, oficinas, casas comerciais etc. Tenho por várias vezes tratado aqui desse importante assunto e hoje volto a carga. Será positivar o caso que tem sido estupidamente abandonado pelo “Centro Operário da Bahia” neste momento preocupado apenas em fazer tristes curvaturas ao Sr. Goes Calmon.

Mantendo, pois, esta atitude, peço para o fato em apreço a generosa atenção ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, esperando que S. Ex. tome sérias providências para que o referido abuso encontre um dique.
Basta de menosprezo aos direitos dos humildes.
Cosme de Farias. (43)

A desobediência à lei não foi exclusiva dos negociantes baianos, mas generalizada em todo o país (44). Na Bahia, até 1929, encontramos notícias sobre o desrespeito ao direito de férias sem que nenhuma solução prática fosse encontrada.

QUANTO GANHAMOS? NÃO SABEMOS

Poucas são as fontes que nos podem informar sobre os níveis e formas de remuneração dos caixeiros.

Constituindo-se uma quase raridade, temos os *Diários* da firma **Eduardo Fernandes & Cia**, cujos dados, entretanto, são insuficientes para resolver totalmente, a questão:

Em primeiro lugar, os níveis de pagamento de uma só casa comercial não nos autorizam a tomá-los como modelo, mesmo para os estabelecimentos do mesmo ramo, uma vez que, neste terreno, havia oscilações. Na época, nada havia que se assemelhasse a algo como um “salário-mínimo” pré-fixado em lei, e, daí, sempre ter ficado a matéria ao arbítrio dos patrões.

Os Diários não discriminam os empregados pelas funções, de modo que, embora, para cada ano, tenhamos remunerações diferenciadas não podemos correlacioná-las com as categorias dos caixeiros. Examinando os quadros anuais de pagamentos, não podemos afirmar se um certo auxiliar, cujo nome aparece em anos seguidos, teve seus rendimentos aumentados porque mudou de categoria ou por-

que houve generalizada majoração para todos os empregados da firma, ou por ambas as possibilidades.

Outra dificuldade é que, durante muito tempo, o pagamento não assumiu forma de salário. O caixeiro retirava mensalmente uma certa quantia para as suas despesas. Aliás, esta é a forma pela qual se denominam os gastos da casa com os empregados: “Retiradas mensais para as despesas pessoais”, nos Diários de Eduardo Fernandes & Cia nos anos de 1890, 1895, 1910 e 1925. Nos assentamentos de 1915 e 1920 usam-se os termos “Ordenados” e “Salários”. De modo que, mesmo para os níveis mais altos em todos os quadros, não podemos estabelecer as taxas de variação porque, nem sempre, o empregado “retiraria para as despesas” todo o dinheiro a que fazia jus, e a fonte não esclarece sobre o montante das reservas.

De todas essas dificuldades, ressaltamos porém, algo que surge claro: as “retiradas mensais para as despesas pessoais” como forma predominante de pagamento. Embora apareçam ocasionalmente “ordenados” e “salários”, isto se pode atribuir a uma mera alternância de termos usados por quem fazia a escrita. O mais aceitável é que se tivesse mantido a primeira forma. Esta, em parte, caracteriza a estrutura de relacionamento empregador-empregado. Era um dos meios de que dispunham os patrões para controlar a bolsa de seus subalternos e, daí, testar hábitos – considerados virtudes – de sobriedade, poupança etc. Também havia a vantagem de se reter em caixa uma soma que se poderia agregar ao capital social. Mais do que tudo, mantinha-se o caixeiro na expectativa de poder iniciar o processo de capitalização que, atingindo um determinado montante, o qualificaria como sócio. Na firma aqui exemplificada, temos somente um caso em que foi exitosa a expectativa: é o de Inácio José da Costa, relacionado entre os empregados nos Diários de 1890, 1895, 1900, 1905. No de 1910, embora não citado como sócio, estão registradas em seu nome retiradas mensais de 2 contos de réis, quase no mesmo nível das realizadas pelos donos de negócio e muitas vezes maior do que retirada mais alta dos empregados que, naquele ano, não ultrapassou 450 mil reis por mês (45).

Sobre remuneração, além dessa fonte primária, ainda temos as referências dos depoimentos orais e uma rara campanha jornalística.

Os informantes orais, comumente, não se lembram das quantias ganhas. Dizem-nas, às vezes, sem precisar o ano, ou, pelo menos, o quinquênio. Algumas de suas considerações, entretanto, são dignas de destaque:

Quase todos foram unânimes em qualificar de insuficiente o que recebiam como pagamento. A. C. C. reduzia seus gastos ao mínimo, por exemplo, residindo em pensionato barato e fazendo a pé o trajeto para a loja. Apesar disso, muitas vezes, dormia com fome. J. R. não se casou porque não se atreveu a constituir família com os poucos rendimentos mensais. K. W. declara que, entre o fim do século XIX e o começo do século XX, entre comerciantes estrangeiros, havia generalizada má vontade em admitir Caixeiros casados sob o temor de que preocupações com a família perturbassem o bom desempenho das tarefas cotidianas e que os empregados chegassem a roubar mercadorias, premidos pelas dificuldades domésticas (nascimento de filhos, doenças etc.). Isso, sem dúvida, atesta o baixo nível de rendimentos desses empregados e, ressalte-se, numa fase de constante alta de gêneros de primeira necessidade. O mesmo K. W. afirma que, na maioria, os caixeiros não podiam manter sozinhos uma família. Comumente, suas esposas tinham de suplementar o orçamento doméstico, vendendo doces, bordados, costuras, etc., quando não eram professoras primárias. A tal respeito é interessante verificar que, dentre as profissões das noivas dos caixeiros declaradas no Casamento Civil, era reduzido o número das que exerciam uma profissão declarada no ato (46).

Supomos que não seriam poucas a desempenhar atividades remuneradas dentro do lar. Sobre mulheres de caixeiros e a importância de seus ganhos para o orçamento doméstico, Hildegardes Vianna narra uma história de vida algo patética:

[...] era professora primária, da classe intitulada catedrática. Namorou um rapaz caixeiro viajante. O pai achou que era pouco para marido de uma professora. Mas o casamento se fez. Ele pagando a casa, ela ajudando na comida ou onde houvesse necessidade. A firma faliu e ele ficou sem emprego. Enquanto teve boa apresentação, andou pleiteando um lugar qualquer no comércio. Quando as roupas ficaram no fio, os sapatos tortos, mesmo assim continuou a tentar a sorte. Os meses passavam, as dificuldades cresciam [...] (47)

Em 1923, coisa rara, os caixeiros andaram a solicitar aumento dos níveis de pagamento. A pretensão foi encampada pelo Diário de Notícias:

É uma causa justa! A dos caixeiros baianos. È ansiosamente esperada a opinião dos patrões sobre o aumento. Tudo está claro! Eis a indiscutível, a dolorosa verdade comum, cuja eloquência dia a dia mas se acentua. O pobre e o remediado sentem-na. Não a ignoram os próprios afortunados. Contudo, se é unânime o conhecimento de haverem encarecido, por isso e por aquilo, todos os gêneros, poucas são as classes habilitadas a fazer frente à vida difícilíssima que atravessamos. É este o caso dos caixeiros. Auxiliares indispensáveis ao comércio, suas células vitais, sofreram eles com a premência do momento, quando seus ordenados pararam, pode-se afirmar, há dez anos atrás, espaço de tempo durante o qual os principais gêneros alimentícios e do vestuário subiram 40% a mais, nos seus preços. Em regra geral, muita coisa aumentou 10%. Uma campanha humana e justa

Daí, já algumas vezes de 'leaders' da digna classe se haverem manifestado, propuganando por um aumento.

Entre outros nomes, citamos os Srs. Ricardo Machado e Marcolino Figueiredo. Foram recebidos com palavras imperiosas da justiça, favorável a uma medida humanitária, esses votos dos amigos dos caixeiros baianos. Tão defensáveis são eles que

o Diário de Notícias os endossa e se coloca ao seu lado da laboriosa corporação, não se esquivando de apelar para os dignos patrões.

Sabemos das agruras fiscais promovidas nestes últimos anos pelos governos contra o comércio, agravando-o consideravelmente, e, contudo, o comércio, por isso mesmo, para vencer, necessita de inteira boa vontade dos seus auxiliares. Que melhor o mais prático meio que esse, de lhes correr ao encontro da situação de inteira precariedade, suavizando a amarga luta de momento que vem da carestia da vida? Aqui estaremos, ao lado da boa causa. Certo que as adesões hão de vir 30% e 20%, 10% sobre os ordenados. Não deve, se tanto impede a situação economicamente embaraçosa da praça, haver porcentagem fixa – Cada qual aumentará – seus empregados como puder. Mas essa medida deve ser geral.

Um pouco mais de esforço, senhores comerciantes, em prol dos vossos companheiros de trabalho, dos vossos próprios e legítimos interesses:

Venham as adesões. (48)

Daí colhemos as seguintes sugestões: a tendência para a estagnação dos rendimentos dos caixeiros em comparação com o dinamismo dos preços; a vinculação dos níveis de pagamento aos níveis de lucros das casas comerciais.

Temos assim um grupo ocupacional que, no plano de consumidores, deveria ter sofrido com a conjuntura econômica, mas que, via de regra, não se comportava como assalariados insatisfeitos. Por dois motivos principais: a inexistência de uma legislação protetora e o tipo de relacionamento com os patrões.

À MARGEM DA LEI

Pelo que foi dito anteriormente, notamos que os caixeiros de Salvador beneficiaram-se, em geral, de uma tendência levemente assumida nos meios dirigentes do país, de adotar medidas legais semi-concessivas. Tais medidas, se não resolviam a chamada “questão social”, pelo menos, neutralizavam um pouco possíveis manifestações de descontentamento por parte de certos setores profissionais.

Muitos dispositivos legais, porém, transformavam-se em letra morta. Dentre os fatores condicionantes, citemos: o caráter esparso dessas mesmas leis que não constituíram um sistema, ou, pelo menos, um conjunto do que, hoje, denominaríamos de Legislação Trabalhista; o veto aos contratos de trabalho (49).

Durante a Primeira República, o apeço às fórmulas liberais, cujos princípios estavam consagrados na Constituição de 1891, sempre conduziu à negativa de se adotarem contratos escritos nas relações de trabalho. Sob este aspecto e do ponto de vista da segurança dos trabalhadores, a obra legislativa inicial da República representou algo como um retrocesso (50).

Tentativas no sentido de se regularem as relações de trabalho por meio de contrato só tornariam a aparecer em 1915, no frustrado projeto de Código de Trabalho de autoria do deputado Maximiano de Figueiredo, relator da Comissão de Constituição de Justiça da Câmara Federal. Sua nota fundamental era reconhecer aos maiores de dezesseis anos e às mulheres casadas a faculdade de celebrar contratos do trabalho, que deveriam conter:

- 1º Tempo de vigência não superior a 4 anos;
 - 2º Designação detalhada da obra ou serviço;
 - 3º Salário ajustado, tempo e modo de pagamento;
 - 4º Declaração de lugar onde o trabalho deverá ser executado.
- (51)

Igual sorte teria o projeto do deputado Agamenon Magalhães que, em 1926, de acordo com o princípio da reforma constitucional, propôs novas providências quanto ao regime de trabalho dos caixeiros: assinatura do termo de contrato por ambas as partes, do qual constariam natureza e tempo de serviço; remuneração, indenização por desemprego sem justa causa; participação anual em 10%, no mínimo, dos lucros da casa, garantia das vagas dos empregados convocados pelo serviço militar com a correspondente remuneração (52).

A Associação Comercial da Bahia mostrou-se-lhe veementemente contrária, sobretudo quanto à participação nos lucros:

É surpreendente a liberalidade com que o legislador dispôs da bolsa alheia, fazendo sócios forçados de qualquer comerciante aos seus auxiliares-sócios somente nos lucros e não nos prejuízos, o que torna a concessão mais odiosa e que se tornará tanto mais inadmissível nos casos dos estabelecimentos pios ou de caridade e associações de que trata o parágrafo único do art. 1º. Tal artigo é um absurdo que não pode ser tolerado. (53)

A Associação considerou inexequível a obrigatoriedade do contrato escrito, afirmando não estar “[...] ainda o Brasil preparado para tais entendimentos, porquanto, talvez na maioria ainda das casas comerciais, são os auxiliares admitidos sem ajuste prévio.” (54)

Era assim que, sem a garantia do contrato escrito, base segura de obrigatoriedade jurídica entre empregados e empregadores, muitas das interferências legais sobre as relações do trabalho tenderiam a transformar-se em letra morta.

Consideremos ainda que, apesar da importância econômica e social do comércio em muitos centros urbanos do país, não se chegou, durante a Primeira República, a elaborar uma legislação específica. Implantado o novo regime de 1889, revogou-se o Código Comercial

e, ao mesmo tempo, se criou um vácuo na matéria, praticamente, até o fim do período (55).

Particularmente, quanto aos caixeiros de Salvador como um outro fator explicativo do não cumprimento das leis protetoras esparsas, estaria o próprio tipo de relacionamento entre empregados e patrões.

NOTAS

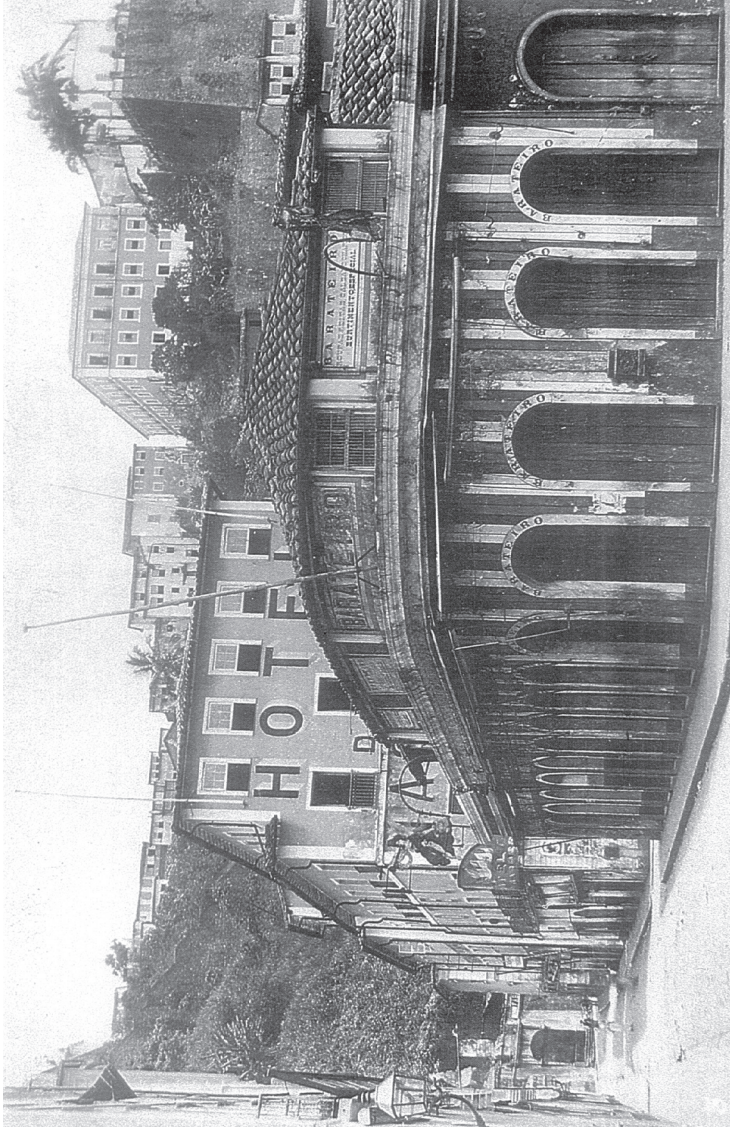
1. ANDREONI, João Antônio. *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por Alice P Canabrava. São Paulo: Nacional, 1967. p. 157- 158.
2. VILHENA, Luis dos Santos. *A Babia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. 1. p. 52, 125-38.
3. ALMEIDA, Fernando H. Mendes. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1967. p. 21
4. CÓDIGO Comercial de 1850 apud PRADO, Roberto Barreto. *Direito do Trabalho*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967. p. 21.
5. Dicionários do século XIX registram: Caixaero, s.m (do Fr. Caissier, o que tem a seu cargo os fundos do negociante, de cujos negócios é gerente). O empregado encarregado da caixa, o caixa. O escriturário, ou empregado no expediente interno ou externo de qualquer casa de comércio, companhia, banco, etc. O mecânico que faz caixas. (SILVA, 1890, p. 382); Caixaero, s.m. (De caixa, com o sufixo 'eiro'. Não é, pois, necessário ir buscar ao francês o que é formado segundo os processos do português). O caixa – Empregado de uma casa de comércio, companhia ou sociedade, que vende, cobra ou faz a escrituração – Caixaero de balcão – Caixaero de cobrança – Oficial mecânico que faz caixas (VIEIRA, 1873, p. 34)
6. "De todas as profissões, a profissão comercial é a que – mais se salienta pelos números demograficamente representativos [...]". (RECGENSEAMENTO..., 1929, p. 21)
7. Anúncios de oferta e procura de lugares para caixeiros, em jornais pernambucanos dos anos quarenta de século XIX, traziam, como exigência ou qualificação, idades que variavam dos 11 aos 14 anos (FREYRE, 1968, p. 270-278).
8. PROJETO de lei do deputado federal Nicanor do Nascimento, 1911 apud SUSSEKIND, Arnaldo et al. *Instituições de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. v. 1. p. 42-43.
9. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 18 out. 1911.
10. Id., 26 out. 1911.
11. A observação é colocada em termos hipotéticos, uma vez que a fonte citada e o Relatório da Diretoria da Associação Comercial da Bahia e da Associação dos Empregados no Comércio nada informam a respeito.
12. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 17 out. 1911.
13. Informação fornecida por A. C. Seu pai J. J. R. C viveu a experiência.
14. VIANNA, Hildegardes. *A Babia já foi assim*, 1973. p. 169-170.
15. Informação fornecida por R. P. M.
16. REGISTRO de Casamento Civil, 1890 -1930.
17. PROJETO de lei do deputado federal Nicanor do Nascimento, 1911 apud SUSSEKIND, Arnaldo et al. *Instituições de direito do trabalho*, 1966.

18. Embora não possamos precisar o número de caixeiros em atividade no comércio de Salvador, calculamos que nunca deve ter sido inferior a 8.000 a julgar pelo número de casas comerciais existentes na Primeira República. O número de casamentos civis da cidade atingiu o máximo de 890 nos anos de 1927 a 1928 (REGISTROS... 1890 - 1930)
19. FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948, p. 69 -269.
20. MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia: exposição aos credores e ao público*. Prefácio de Claudio Gans. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943. p. 23.
21. Informação fornecida por K. W. Para este informante a firma Ottens & Cia, onde trabalhou, igualmente serviu de eficiente escola. É plausível que firmas inglesas, alemãs, suíças e francesas, trazendo novos procedimentos e técnicas mais aperfeiçoadas do que as utilizadas nas portuguesas e brasileiras, tivessem servido de modelo à organização destas, e os caixeiros egressos das estrangeiras tivessem atuado como veículo de renovação de usos e práticas mercantis.
22. ROSA, Ferreira da. *A Arte de ser caixeiro*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1902. p. 73.
23. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatórios da Diretoria*, 1900 -1930.
24. A Escola Comercial era “destinada à educação superior do Comércio” e ministrava três cursos: Curso Geral, Curso Superior e Curso Anexo (preparatório para a matrícula no Geral) (DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 1923, p. 497-498).
25. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 10 mar. 1913.
26. Informação fornecida por B. L. G. S., de K. W., de A. C. C., de R. P. M. e de A. C.
27. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. Relatório da Diretoria, 1906.
28. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 18 out. 1911.
29. Id., 13 out. 1911
30. Id., 16 out. 1911
31. Id., 29 nov. 1911
32. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 18 ago. 1919
33. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. Relatório da Diretoria, 1920-1921, p. 37.
34. Idem
35. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1925.
36. A NOITE 22 nov. 1927.
37. O IMPARCIAL. 3 jan.1928.
38. Id., 26 fev. 1928.
39. A TARDE. Salvador, 4 jun.1929, 4 jan.1933.
40. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1924.
41. Ibid.
42. Em seguida, o prazo foi prorrogado para 30 de junho do mesmo ano (A TARDE, 30 abr.1927).
43. A NOITE. 11 nov. 1927.
44. Por causa disso, a União dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro sugeriu às suas congêneres de todo o país que se propusesse ao Congresso Nacional substituir a fiscalização oficial do Conselho Nacional do Trabalho por outra, financiada pelos próprios caixeiros (O IMPARCIAL, 12 abr.1928).
45. Obviamente, essas “retiradas mensais” eram proporcionais a uma remuneração atribuída por ano a cada empregado, do que encontramos algumas referências quando um deles se retirava da firma. Ex: “Irénio Paes Coelho de Almeida por seu ordenado de um ano três meses e cinco dias, à razão de seiscentos e sessenta mil réis por ano, vencido em 5 deste mês [...] 834, 165” (DIÁRIO..., 1890)
46. Nos anos de 1890 a 1930, dentre as profissões das noivas aparecem as seguintes: professoras, costureiras e modistas, dentistas, farmacêuticas, funcionárias públicas, operárias, capelistas, musicistas, caixeira. Somente as professoras totalizam cifras acima de 1, seguidas pelas costureiras e modistas. Os totais anuais, porém, são insignificantes em relação ao número de casamento de caixeiros. As demais profissões são verdadeiras raridades (REGISTRO..., 1890 -1930).

47. VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*, 1973. p. 205-206.
48. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 10 dez. 1923.
A reivindicação salarial de 1923 é única. Não há referências outras nos Relatórios das Diretorias da Associação dos Empregados do Comércio da Bahia nem nos jornais da época.
49. O Código Civil de 1926 contém apenas 22 artigos referentes às questões de trabalho, denominadas de “locação de serviços” (SUSSEKIND, 1966).
50. O decreto nº 213 do Governo Provisório revogou as bases das relações de trabalho estabelecidas pelas leis do Império, de 1830 e 1837. A primeira regulava o contrato por escrito sobre prestação de serviços feitos por brasileiro ou estrangeiro dentro ou fora do Império, por tempo determinado ou por empreitada, havendo adiantamento, no todo ou em parte, da quantia contratada. A segunda dispunha sobre “o contrato de locação de serviços, celebrando no Império, ou fora, para se verificar dentre ele, pelo qual algum estrangeiro se obriga como locador. (COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil 1830, 1876 apud CATARINO, 1972, p. 20)
51. SUSSEKIND, A. et al. *Instituições de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. v. 1. p. 43.
52. A reforma constitucional de 1926, pela primeira vez, deu competência exclusiva ao Congresso Nacional para legislar sobre o trabalho (CATARINO, 1972)
53. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1924, p. 404.
54. *Ibid.* p. 464.
55. As únicas tentativas foram os projetos de Nicanor do Nascimento e de Agamenon Magalhães.



Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, fundada em 21 de janeiro de 1900. Vista lateral



Artigo Mercado de Santa Bárbara na Baixa dos Sapateiros.

FONTE: FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias, 1858 – 1900*. Rio: Kosmos Ed./ Salvador: banco da Bahia Investimentos AS, 1988

CAPÍTULO III: COMERCIANTES E CAIXEIROS

NESTE capítulo, estudamos as formas e o conteúdo das relações entre os patrões e empregados, a partir do pressuposto de que deveriam ser muito estreitas tanto no plano inter-individual quanto no associativo.

USA BIGODE!!! DIZEM QUE ATÉ FUMA!!!

Em convivência contínua e prolongada quase sempre por mais da metade do dia, às vezes fazendo juntos as refeições e dormindo sob o mesmo teto, não poderiam os patrões deixar de exercer forte influência sobre os seus subalternos, o que assumia, via de regra, o aspecto de uma grande ascendência. Da parte dos caixeiros, havia uma generalizada submissão.

Tal realidade foi descoberta por Gilberto Freyre nas alturas dos anos 50 do século XIX em Recife (1). Também foi vista na Bahia e

exemplificada em rapazes do Comércio, rigidamente controlados, desde os trajes até as convicções religiosas:

Os caixeiros vestiam singelamente, como os patrões e, só com especial permissão, em dias festivos, punham gravatas e colete; aos novatos não era permitido usar de ‘pimpão’ de cabelo comprido na frente, ‘gafurina’, como diziam os patrões; o cabelo era aparado rente para não parecer indício de chança ou vaidade.

Bigode! Isso era um grande atentado à decência e até à moral; ninguém se lembrava de deixar crescer tais apêndices peludos por baixo do nariz; isso era só para marinheiros e soldados. As suissas eram permitidas; ou em costeletas, ou unidos os dois lados por baixo do queixo, passa-piolho, como chamavam.

Essa disciplina tutelar que os patrões exerciam sobre os caixeiros não se limitava ao físico somente, mas também à moral e à religião; habitavam com eles, faziam parte de sua família, se a tinham ou a constituíam; eram fiscalizados os seus atos para prevenir que os pervertessem as más companhias; iam cedo ouvir a missa, nos domingos e dias santos, na extinta capela de Santa Bárbara, e pela quaresma iam à ‘desobriga’ ali, onde oficiava o padre João que era surdo ou a São Francisco, trazendo como documento o competente bilhete de confissão, que custava cinco tostões, quando não lhe davam grátis os confessores.

Nos dias santificados, ou de grande gala, fechavam as lojas às 2 horas, e os caixeiros jantavam com o patrão; e somente, a cada um por sua vez, era permitido à tarde um passeio, com a condição de estar em casa à hora de recolher, sob pena de ser despedido o infrator.

Outra concessão, mas esta especial, e só permitida aos caixeiros mais graduados, era irem ao teatro, à ‘casa da ópera’, como então se dizia. Mas isto era excepcional, e os patrões mais austeros tinham o teatro na conta de um lugar de perdição para a mocidade [...]

[...] Aos caixeiros não era defeso o uso do rapé; porém fumar [...] isso era também, como bigode, um grave atentado à decência e à moral, só permitido aos marinheiros e aos soldados.

A pior de todas as informações que se podia dar de um caixeiro era dizer em voz baixa e ao ouvido como síntese de todos os seus defeitos: ‘e dizem que até fuma’ [...] E estava perdido no conceito geral o delinquente de tão horrendo vício.

O caixeiro mais velho, quase sempre aspirante a sócio, e não raro a genro do patrão, fiscalizava o procedimento de seus subalternos, que venciam salários insignificantes, sendo o dele, no máximo, quatrocentos mil réis por ano, o que já era um invejável ordenado.

Alguns patrões, mais ortodoxos e rigoristas, não permitiam aos seus caixeiros a leitura indiferente de quaisquer livros. Tinham em grande aversão as doutrinas perniciosas dos jacobinos e dos pedreiros-livres, assim como as novelas de moralidade duvidosa, traduzidas do francês. Podiam ler, entretanto, sem perigo de se perverterem a ‘Cartilha do padre Inácio’, o ‘Carlos Magno’, a ‘Princesa Magalona’, a ‘Donzela Teodora’, o ‘Lunário Perpétuo’ e outros livros, igualmente, instrutivos e inocentes.

Um lojista conheci eu, quase analfabeto, que, surpreendendo uma noite o seu caixeiro a ler o ‘Manual Enciclopédico’, arancou-o das suas mãos, dizendo que não queria em casa ninguém mais sábio do que ele. (2)

Na Primeira República, boa parte desses usos já poderia ter desaparecido, mas ainda se conservavam outros que permitiam a alguns patrões dispor das vidas de seus caixeiros. O próprio local de residência do empregado poderia possibilitá-lo.

ONDE MORAR? NA CASA DO PATRÃO?

As moradias dos caixeiros daquela época podem ser agrupados em três tipos: casas de comércio; “repúblicas”; casas particulares.

As casas de comércio foram, cronologicamente, o primeiro tipo. No século XIX, eram uma das características dos maiores centros urbanos do Brasil.

Gilberto Freyre aponta situações vividas nas adjacências de 1850, no Recife, e, em 1890, no Rio de Janeiro (3). Na Bahia não eram diversos os usos residenciais: Senex confirma para Salvador o que o pernambucano aponta para os dois outros centros. Não esclarece, porém, se o costume era exclusivo dos portugueses ou extensivo aos brasileiros (4). Comerciantes de outras nacionalidades não seguiam o hábito. Dos ingleses, pelo menos, sabemos pelo mesmo Senex que:

[...]os negociantes ingleses residiam no bairro da Vitória, não só por ser pitoresco e aprazível, mas, talvez, porque recordava o nome da sua jovem rainha. Vinham a cavalo para os seus escritórios, e os seus caixeiros ‘pede calcante’. (5)

Pericles Madureira de Pinho corrobora a informação ao ressaltar a importância dos comerciantes estrangeiros, sobretudo ingleses e norte-americanos, na urbanização dos arrabaldes da Barra e Estrada da Vitória, na segunda metade do século XIX (6).

Os portugueses, entretanto, já no século XX, continuavam a dar moradia aos empregados em suas casas de negócio. Pela tradição oral, estabelecimentos portugueses da Cidade Alta e da Cidade Baixa abrigavam seus caixeiros nos andares superiores ou nos fundos dos prédios comerciais. A prática parece ter-se estendido até o fim da Primeira República (7).

Aqui, não se trata, apenas, dos caixeiros portugueses mas, também, dos brasileiros, vindos de cidades do interior, sem família na Capital. Em decorrência, havia dois tipos de pagamento: “a seco” e “a

molhado”. O segundo incluía casa e comida, o que, evidentemente reduzia os rendimentos em espécie do empregado. Todavia, segundo R. P.M., muitos o preferiam porque se tranquilizavam quanto a alimentação e moradia.

Não se pode afirmar que, já nos tempos republicanos, todos os lusitanos preservassem o uso que fora generalizado no século XIX. Os depoimentos orais referem-se a casos particulares, citando nomes e afirmando, vagamente, que o procedimento existia no Bairro Comercial. Pelos anos vinte, talvez o costume se mantivesse nas casas chefiadas pelos mesmos portugueses que vinham à testa de seus negócios desde os fins do século anterior, como, por exemplo, Moraes & Cia (Bernardo Martins Catarino) e Rodrigues Fernandes & Cia (Francisco José Rodrigues Pereira). Teria desaparecido, provavelmente, das casas que tiveram seus chefes substituídos, gradualmente, por brasileiros.

Pelos registros de firmas na Junta Comercial da Bahia, no período de 1890 a 1930, observa-se que a presença portuguesa ainda era significativa na atividade em Salvador. Embora sua tendência numérica ao longo do período tenha sido declinante, a nacionalidade lusa ainda se conservou como a mais frequente no comércio da cidade, apenas superada pela brasileira e pela espanhola, mas esta só no quinquênio 1925/ 1929 (8).

Daí concluímos que não seriam raros os caixeiros que habitavam as sobrelojas e pavimentos superiores das casas onde trabalhavam.

A mudança que observamos em relação ao uso é que, na República, alguns patrões portugueses já não residiam na zona comercial. O palacete da Graça de Bernardo Martins Catarino e o da Vitória de Francisco José Rodrigues Pedreira exemplificam um distanciamento novo entre patrões portugueses e empregados. O enriquecimento e a consequente busca de maior conforto e luxo foram o principal fator da retirada desses capitalistas para os pontos altos da cidade que se vinham afirmando como área residencial de endinheirados, a partir do modelo de comerciantes ingleses.

Nem sempre, todavia, o local de habitação eram os andares superiores do estabelecimento comercial. Havia caixeiros que dormiam sobre fardos de mercadorias, caixotes de cebola e bacalhau, circunstância do comércio a varejo, nas suas “vendas” e armazéns. Tal foi a experiência de J. J. R. C. em casa de um negociante português da Baixa dos Sapateiros, no primeiro decênio republicano. (9) Um contrato de arrendamento de imóvel, datado de 1920, nos revela que o hábito se manteve ao longo do período: pelo referido contrato, o comerciante Celso Cal Fernandez aluga à Firma Barrero & Ventín três casas na Estrada Dois de Julho, Rio Vermelho da Linha de Baixo, uma das quais “[...] sendo apropriada a negócio [...], com um salão ocupado com armação e balcão, com canteiro e sobre este um compartimento ou andarzinho de madeira para dormida [...]” (10)

Dormir sobre sacos de mercadorias ou sobre o balcão era reservado aos caixeiros de armazém de secos e molhados, muitos dos quais funcionavam em casas térreas, com a sala principal ocupada pelo negócio e os demais cômodos utilizados para fins residenciais do proprietário e sua família (11).

Residências desse tipo acima descrito devem ter sido usadas com frequência no primeiro período republicano e o ultrapassaram. A prática era típica do comércio retalhista, já, em grande parte, em mãos de espanhóis.

Nas escrituras de arrendamento, os contratantes se constituem em 30% aproximadamente de comerciantes espanhóis, que passaram a crescer no comércio varejista da cidade (12). No ano de 1923, dessa mesma nacionalidade eram 44% dos sócios de Associação dos Varejistas (13).

Em resumo, sobre a moradia comum a caixeiros e patrões, temos as seguintes indicações:

A residência comum a comerciantes e empregados, até 1930, tendeu a desaparecer, gradualmente, do alto comércio, nas freguesias da Conceição da Praia e do Pilar (Bairro Comercial), resultado de passarem os primeiros a habitar bairros tipicamente residenciais da Cidade Alta.

Os empregados portugueses e os brasileiros vindos de outras cidades, que trabalhavam em casas chefiadas por negociantes lusos, continuaram a ocupar os pavimentos superiores do prédio comercial, na Cidade Baixa.

No comércio varejista, persistiu o hábito de morarem todos na sede do negócio, reduzidos os caixeiros, às vezes, ou quase sempre, à dormida no recinto dos secos e molhados. Os patrões ocupavam os fundos da casa, ou outra vizinha, prática frequente entre os espanhóis.

As “repúblicas” formavam-se quando cinco ou seis empregados, geralmente de uma mesma firma, se reuniam e alugavam uma casa, um pavimento ou loja de um prédio. Localizavam-se, preferencialmente, nas proximidades das zonas comerciais. Os locais mais frequentemente citados nos depoimentos orais são: Portas do Carmo, Piedade, Rua Chile, Praça da Sé, Rua das Flores, Rua da Ajuda, Sodré, Santo Antônio da Mouraria e Ladeira do Paço.

Não podemos determinar exatamente quando as “repúblicas” apareceram. Já existiam no primeiro decênio republicano e ainda funcionavam em 1930, segundo a tradição oral (14). Não é difícil supor que tenham crescido em termos numéricos relativos, ao longo do período, na medida em que fosse aumentando o número de caixeiros não incluídos nos tipos anteriores de residência.

O fato é que a “República” de caixeiros, forma de habitação coletiva, nasceu da necessidade dos empregados comerciais enfrentarem as exigências de um equilíbrio entre ganhos e gastos. Aqui, para explicar o fenômeno não se pode deixar de lado o companheirismo e a necessidade de compensar a solidão de jovens adolescentes distantes de suas famílias.

As casas particulares eram a forma residencial dos caixeiros que viviam na cidade com as suas famílias de origem ou que fundavam uma nova.

Padrões, valores, preços de aluguéis e outros dados sobre casas habitadas pelos empregados comerciais escapam ao nosso conhecimento.

Também não podemos estabelecer comparações quantitativas entre os três tipos de residências e concluir se, por esse aspecto, os caixeiros já se estariam libertando ou não de uma tutela mais ou menos absorvente dos comerciantes.

Pelos números reduzidos de casamentos anuais dos caixeiros poder-se-ia imaginar que muitos, a maioria, ainda estariam disponíveis para o primeiro tipo – residência na casa de negócio. Não conhecemos, entretanto, o número de uniões ilegítimas entre os empregados do comércio, e estas não seriam poucas, a julgar pela taxa baixa de nupcialidade de Salvador naquele período (15). Também não conhecemos o número dos que viviam em Repúblicas e dos solteiros que moravam com a família.

Acreditamos que, para o conjunto do grupo caixeiral, se possa apontar uma considerável incidência de moradias do primeiro tipo, isto é, na casa do negócio, o que acarretava uma maior carência de autonomia do empregado em face do empregador, que o controlava com maior facilidade e o tinha ao seu dispor durante tempo mais longo, praticamente sem horários fixos, de início e fim de jornada.

Foi assim que, na Primeira República, uma boa parte dos caixeiros de Salvador ainda se manteve em condições de extrema dependência dos seus patrões. Isso assumia formas variadas: desde o não se atreverem a fumar diante destes, mesmo fora do recinto de trabalho (16); até seguirem as opiniões políticas do chefe (v. capítulo IV).

Ferreira da Rosa, professor de Português e ex-caixeiro no Rio de Janeiro, em 1902, exaltava como virtudes ideais dos empregados do comércio: honestidade, diligência, polidez, modéstia, obediência, discricção, sobriedade e lealdade. Quanto aos deveres para com o patrão, ensinava:

“É inata a idéia de respeito ao patrão, todo o nosso empenho, pois, será recomendar o respeito aos companheiros [...] O patrão é que é o juiz de seu pessoal.” (17)

O termo “respeito” implica não só em apreço, acatamento, mas também em reverência por alguém superior. E, certamente a se-

gunda frase evidencia a onipotência do chefe, de quem ficavam dependentes os seus auxiliares.

Os conselhos do ex-caixeiro Ferreira da Rosa tratam do dever ser, mas a realidade concreta não seria muito diversa, basicamente, por dois motivos: o temor do desemprego, uma vez que, como diz o informante J. R., o caixeiro “anoitecia empregado e amanhecia no olho da rua” (18); a inexistência de proteção legal; a expectativa de ascensão dentro da casa.

É o mesmo Ferreira da Rosa quem apregoa como final feliz de uma carreira laboriosa tornar-se o caixeiro comerciante, resultado necessário e fatal do zelo e da dedicação:

Educado nestes dois princípios empregar virtuosamente o seu tempo de folga, e economizar uma parte, ainda que mínima, de seus honorários, o caixeiro instruído há de, por força, abrir caminho para a felicidade.

Quando chegar a negociante, levará em torno do seu nome uma auréola que equivale às maiores fortunas, e a própria fortuna lhe sorrirá, entregando-se-lhe cativa das suas aptidões.

Quão pouco se exige! Que poupe e que estude; que seja probo e diligente!(19)

Essas palavras encerram o que havia de mais expressivo nas aspirações dos caixeiros: tornar-se, algum dia, proprietário. Tal esperança fazia com que visse como transitório o seu status, apenas um ou alguns degraus para atingir o sonhado posto.

Por isso, é que igualmente suas deveriam ser as virtudes do patrão, modelo e protótipo: acatado, respeitado, invejado e temido.

Quantas horas necessárias ao repouso do corpo extenuado pelas fadigas de uma longa e dura jornada não foram roubadas para atender às exigências de trabalhos suplementares, sem um protesto, sem um gesto de revolta. Valia o consolo de saber estar preparando um

cadastro funcional de muitas qualificações, de estar provocando as simpatias e a gratidão do chefe.

Assim, as promessas de, um dia, receber sociedade atuavam no sentido de manter o empregado dócil e obediente. E os patrões sabiam tirar partido da circunstância.

Em 1923, solicitada pela União Caixeiral da Bahia a conseguir dos negociantes aumento salarial para seus auxiliares, a Associação Comercial da Bahia respondeu:

Não está na órbita das atribuições desta casa, nem tão pouco na sua índole e no seu destino, promover ou suscitar, no seio das classes conservadoras, de qualquer sorte, quaisquer alterações nos vencimentos dos auxiliares do comércio. É este um assunto da economia interna de cada estabelecimento comercial, variando o critério, sob que é ele considerado, de uma para outra casa de negócio, de acordo com a respectiva capacidade.

O caixeiro, hoje, já percebe mais do que há alguns anos passados tinha como vencimentos, e assim irá sucedendo gradativamente. É que, na espécie, tudo é obra do tempo, sem intervenções estranhas, de conformidade com a progressão natural e imperiosa das idades:

Depois, entre os auxiliares do comércio, há distinções e desigualdades inevitáveis e fatais, resultantes das diversificações da inteligência, do preparo, do desejo de bem servir e acertar. A bem dizer, são estas, de par com a evolução crescente das casas mercantis, as determinantes da melhoria da situação do caixeiro. *Na posse dessas qualidades, o empregado, por si mesmo, chegará ao extremo na sua classe, ocupando o lugar de patrão. Não há empecilhos a esta conquista, preenchidos aqueles requisitos.*

Na sua maioria, os chefes de escritórios, na praça, foram, principalmente, auxiliares do comércio.

Para a obtenção das suas aspirações, pois, o caixeiro deve sempre contar consigo mesmo, preparar-se para vencer e querer vencer, não se organizando em associações, para, por intermédio delas, alcançar acréscimos de vencimentos, que assim não representariam uma vitória do trabalho e da inteligência, significando antes o regresso da própria classe, o que, estamos certos, não sucederá jamais, pois esta não descerá nunca ao nível dessas organizações, frutos da ignorância e da incapacidade. (20)

Sem dúvida, dentro e fora da Bahia, no Império e na República, há exemplos de comerciantes, que haviam sido caixeiros.

No século XIX, o caso histórico, quase clássico, é do Visconde de Mauá. O filho de pequeno estancieiro de Jaguarão, na Capitania d' el Rei de São Pedro do Sul, órfão de cinco anos, aos dez empregou-se em um armazém de velas e chá no Rio de Janeiro, e, em seguida, passou para uma loja portuguesa de tecidos. À falência do segundo patrão, viu-se caixeiro da firma do inglês Richard Carruthers, da qual se tornaria sócio seis anos depois e que chefiaria ao se retirar o negociante para a Inglaterra. Decorridos dez anos, em 1846, estaria convertido em industrial.

Em sua autobiografia, Irineu Evangelista de Souza atribui ao espírito magnânimo do inglês e ao zelo e eficiência próprios, sua promoção dentro da casa:

Um dos melhores tipos da humanidade, representado em um negociante inglês, que se distinguia pela interna probidade, da velha escola da moralidade positiva, depois de provas positivas, suficientes da minha parte em seu serviço, escolheu-me para sócio-gerente da sua casa, quando era ainda imberbe, pondo-me assim tão cedo na carreira comercial em atitude de poder desenvolver os elementos que porventura se animavam no meu espírito. (21)

Na Bahia do Segundo Império, temos uma espécie de réplica em Luis Tarquínio. Também de origem modesta, mais do que a do anterior, aos dez anos, já trabalhava no balcão de um estabelecimento de fazendas, de onde seria encaminhado à firma suíça “Frères Bruderer”, importadora de fazendas inglesas, onde se haveria de alçar à categoria de sócio:

Não demorou, porém, a revelar suas aptidões e a carreira comercial veio rápida e frutuosa.

Habilíssimo desenhista, conhecedor do gosto do seu povo, suas sugestões sobre padronagem e tipo de tecidos conquistaram a confiança dos Bruderer. Os negociantes suíços não tardaram em manifestar ao apresentante do jovem auxiliar o contentamento pela aquisição que lhes proporcionara. Quatro anos depois já obtinha porcentagem nos lucros da casa, que pouco mais tarde passaria a integrar sob a razão social de Bruderer e Cia. Começaram as ininterruptas viagens à Europa, onde passou a ser um autêntico representante do seu meio junto aos industriais e comerciantes ingleses. (22)

Assim como Mauá, seria Luis Tarquínio industrial e grandemente empreendedor.

Haviam sido caixeiros antes de galgar postos de projeção no Império: Francisco José da Rocha, português, Barão de Itamarati; João José dos Reis, português, Conde de Matosinhos; José Carlos Mayrinck, mineiro; Militão Máximo de Souza, gaúcho, Visconde de Andaraí; Joaquim Antônio Ferreira, português, Visconde de Guaratiba; Conselheiro Diogo Duarte Silva, catarinense (23).

Gilberto Freyre ressalta o fato social ocorrido no século XIX da valorização das atividades mercantis, ilustrada pela concessão de títulos a homens do comércio que haviam começado a carreira varrendo lojas e vendendo ao balcão (24).

Nos quadros diretores da Associação Comercial da Bahia, de 1890 a 1930, são frequentes os nomes de comerciantes que começaram

como empregados, destacando-se, pela sua força nos meios capitalistas baianos: Bernardo Martins Catarino, Francisco José Rodrigues Pedreira, Manoel Joaquim de Carvalho e Raimundo Pereira de Magalhães.

Dentre os 263 diretores da Associação Comercial da Bahia, podemos identificar 120, aproximadamente, como ex-caixeiros, sendo que desta cifra, 12% são formados dos que foram empregados dos próprios pais, o que tornou a ascensão segura e natural (25).

Tudo o que se dizia, porém, sobre a promoção do empregado a dono do estabelecimento tentava, inutilmente, mascarar o óbvio: os exemplos saltavam à vista, justamente, porque não constituíam regra, mas, sim, exceções. Citam-se os caixeiros que chegaram a comerciantes, mas baixa-se o silêncio sobre os que não o conseguiram. E estes são a esmagadora maioria. Basta que atentemos para a simples força do número. Se a cada firma atribuirmos a média algo arbitrária de cinco empregados, verificaremos que quatro continuarão no mesmo nível e apenas um ascenderá a sócio, se o patrão considerá-lo merecedor. Aplicando o mesmo raciocínio ao comércio total da cidade, teremos que somente 1/5 dos caixeiros poderia ser visto como comerciantes em potencial.

VOU SER GENRO DO PATRÃO?

A promoção do simples caixeiro a primeiro-caixeiro ou sócio-interessado, conforme já indicamos, estava condicionada à escolha do patrão que, para tanto, levaria em conta os anos de serviço, as habilidades e as aptidões. Também aqui interferia um outro fator: a perspectiva de fazê-lo genro.

Quase todas as fontes orais afirmam que a única possibilidade de um caixeiro chegar a sócio da casa era casar-se com a filha do patrão. Talvez, mais facilmente, - acrescentemos - se este fosse negociante modesto ou se fossem ambos, sogro e genro, portugueses. Dificil-

mente, quando se tratava de ricos capitalistas, cujas residências na Graça e na Vitória, em dias de festa, não abriam suas portas aos empregados e muito menos para permitir a saída de suas filhas em casamento com empregados (26).

Comerciantes mais ricos eram a minoria, evidentemente. Contudo, mesmo quanto aos médios e pequenos, as indicações numéricas tendem a eliminar grandemente as possibilidades:

A filiação das noivas de caixeiros, nos casamentos realizados de 1890 a 1930, acusa raríssimos comerciantes:

ANOS	FILHAS DE COMERCIANTES	CAIXEIROS
1890	-	10
1895	2	38
1900	-	50
1905	2	51
1910	2	68
1915	3	87
1920	3	112
1925	2	142
1930	2	25

Quadro 4 – Casamentos de caixeiros
FONTE: Registro do Casamento Civil 1890-1930 (27)

É possível que, também por ambição de ascender socialmente, comerciantes mais prósperos, preferissem para genros os doutores e bacharéis ou outros profissionais liberais, abrilhantados pelo anel de formatura. De resto, tal atitude seria generalizada nos setores da sociedade onde houvesse esperanças de galgar status mais elevado, tendência que se deve ter acentuado ao fim do período e continuado daí em diante (28).

Assim, verificamos que os caixeiros de Salvador, de 1890 a 1930, em termos numéricos significativos, não se casavam com filhas de comerciantes.

Se este era o meio mais seguro de chegar a patrões, a promoção era uma possibilidade remotíssima. Entretanto, não se perdiam as expectativas nem se deixava de fazer a propaganda de, algum dia, chegar o humilde varredor da loja a próspero capitalista.

Aqui deve entrar em nossas considerações o exame das associações caixeirais, do que pode resultar uma outra medida do grau de dependência dos empregados para com os patrões.

ASSOCIAÇÕES DE CAIXEIROS: PARA QUÊ?

Na Salvador da Primeira República, funcionavam cinco dessas entidades: Sociedade Beneficência Caixeiral, Club Caixeiral, Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, União Caixeiral e Associação dos Empregados no Comércio Varejista.

O Club Caixeiral, fundado em 1876, era a mais antiga. Essencialmente recreativa, promovia festas, chás, saraus dançantes, bailes carnavalescos etc. Mantinha cursos de dança e de Escrituração Mercantil.

A Sociedade Beneficência Caixeiral, criada em 1885, como o próprio nome indica, tinha finalidades assistenciais. Através de Relatórios da Diretoria, podemos conhecer suas atividades de 1898 a 1925: auxílios financeiros, “temporários” (talvez a sócios desempregados) e “permanentes” (algo como uma aposentadoria); enterros; pensões a viúvas e órfãos; passagens (de finalidade não declarada, talvez viagens de extrema urgência e importância para visitas a parentes próximos em outras cidades, por exemplo); serviço médico; escola (não especificada se para os caixeiros ou para seus filhos, sendo esta segunda alternativa a mais provável, uma vez que a instrução para os primeiros é indicada pela denominação de Curso de Escrituração, de Português, de Línguas Estrangeiras etc.) (29).

A Associação dos Empregados no Comércio da Bahia surgiu em 1900, desenvolvendo daí em diante funções similares às das duas anteriores e mais a reivindicatória.

Fundada em 21 de janeiro de 1900, instalou-se no salão nobre da Sociedade Euterpe, na Praça da Piedade, ato a que compareceram comerciantes, caixeiros, diretores de bancos e jornalistas.

Seu aparecimento ligava-se aos sucessos do 13 de novembro de 1889, fato da política baiana que envolveu em conflito de um lado, o Governador Luís Viana e, de outro, comerciantes e caixeiros. As finalidades políticas do novo grêmio são facilmente detectáveis nas falas dos seus Relatórios e em notícias jornalísticas e, às vezes, parecem atender aos fins beneficentes, que, porém, tenderam a se ampliar.

Desde o ano de fundação, contou com os serviços profissionais gratuitos de advogados. Em 1907, foi inaugurado um posto médico odontológico.

No relatório de 1926/1927, o Diretor-Presidente Josias Joaquim de Oliveira lançava a idéia de se criar uma casa de Saúde e um Asilo de Caixeiros.

Em 1924, criou-se o “Bureau de Empregos”, para seleccionar candidatos ao trabalho no comércio, identificando-os, examinando atestados de capacidade, antecedentes etc. Este serviço tenderia a manter-se ativo, e, no Relatório da Diretoria de 1926/1927, há referência à frequente procura de colocações.

A partir de 1907 passou a Associação a proporcionar aos sócios aulas de Português e Escrituração Mercantil, acrescidas de Curso de Inglês e de Francês, de 1912 e 1919 em diante, respectivamente.

Quanto a reivindicações sobre melhoria profissional, vemos o grêmio solidário com os projetos parlamentares para regulamentar horas de trabalho, repouso semanal e férias remuneradas; o mesmo com o movimento surgido na Associação dos Empregados no Comércio de Pernambuco em prol do projeto do deputado Agamenon Magalhães que dispunha sobre a formação de caixas de aposentadoria e pensões, em 1928 (30).

Em 1915, criou-se a Sociedade União de Empregados no Comércio Varejista, em circunstâncias meio nebulosas, uma vez que, atualmente desaparecida, não temos conhecimento do que se terá feito de seu acervo documental.

Supomos que, como o próprio nome sugere, congregando os caixeiros do comércio a varejo, fosse formar, ao lado da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, uma espécie de réplica, em nível dos empregados, do que existia no plano patronal. Neste, a União dos Varejistas e a Associação Comercial da Bahia representavam, respectivamente, os negociantes retalhistas os grossistas (principalmente importadores e exportadores).

O fato é que sobre a Sociedade União dos Empregados no Comércio Varejista estamos pouco informados. Vêmo-la, porém, como mais um exemplo da multiplicação dos grêmios caixerais, atestado de sua fraqueza como grupo reivindicador.

A União Caixeiral da Bahia apareceu em 1919, pela necessidade de se formar órgão “exclusivamente de caixeiros”:

A Classe Caixeiral movimenta-se e funda uma *associação exclusivamente de caixeiros*.

Reuniram-se, ontem, às 15 horas, cerca de trezentos caixeiros, no Liceu de Artes e Ofícios, para o fim de organizar uma sociedade beneficente de proteção aos direitos da classe.

A convite de uma comissão, ali compareceu o dr. Tito de Melo Carvalho, que, usando da palavra, disse achar-se profundamente sensibilizado com a honra que vinha de lhe ser conferida, passando em seguida S. S. a fazer a psicologia da vida do caixeiro, classe que disse bem conhecer e de cujo meio provinha.

Terminou o dr. Tito de Carvalho por proclamar instalada a ‘União Caixeiral’, *sociedade exclusivamente de caixeiros* e, suspendendo a sessão por dez minutos, voltou à tribuna para aclamar uma diretoria provisória que ficou encarregada da gestão dos destinos da nóvel sociedade.

Ouvimos que a classe caixeiral está decidida a levar avante a idéia no sentido de serem *resguardados os seus interesses e defendidos os seus direitos*. (31)

Ora, a ênfase no **exclusivismo de caixeiros** evidencia ou, pelo menos, indica a existência de uma insatisfação quanto aos serviços das sociedades anteriores e do seu desempenho na defesa dos interesses de seus filiados.

Não podemos afirmar, sobre bases seguras, acerca do grau desse descontentamento, uma vez que, também da União Caixeiral, não encontramos documentos, tais como Estatutos, Atas, Relatórios etc. Os depoimentos orais de K. W. e R. P. M são divergentes. Conforme o primeiro, partiu de Icó da Silva Jr. a idéia de criar um novo órgão, sob alegação injusta (sic) de que deveria ser este exclusivamente de caixeiros. Já R. . P. M. afirma que a nova sociedade foi necessária porque a Associação dos Empregados no Comércio era “dominada pelos patrões”, assim como o Club Caixeiral era “dos graúdos” (32).

As divergências em torno desse fato nos sugerem uma análise da composição das associações de caixeiros.

Tanto na Beneficência Caixeiral quanto na Associação dos Empregados no Comércio, o exame das listas de sócios e de suas Diretorias nos revela a presença constante de homens de negócio que eram, simultaneamente, membros da Associação Comercial (33).

Acrescentemos que a Associação dos Empregados no Comércio nunca se recusou a receber em seu seio negociantes de qualquer espécie, tal como ocorreu com os de padarias, em 1907 (34).

Fato conclusivo é o dispositivo do seu Estatuto de 1900 que a tornava um órgão de empregados e empregadores:

Capítulo I

A Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, instalada na Capital deste Estado aos 21 de janeiro de 1900, é uma instituição auxiliadora, beneficente e comercial, composta de

um número indeterminado de pessoas sem distinção de nacionalidade, compreendendo a Capital e as cidades mais importantes deste mesmo Estado e que exerçam as funções seguintes: negociantes, trapicheiros, guarda-livros e ajudantes, empregados de escritório e viajantes, caixeiros de casas comerciais e trapiches, corretores, leiloeiros e seus prepostos, caixeiros despachantes de casas comerciais, diretores, gerente, gerentes e empregados de Bancos e Companhias. (35)

Isto, absolutamente, não espantava. Ao contrário, chegava-se a ressaltar o fato como atestado da boa convivência entre patrões e empregados: “A prova da união da Bahia de caixeiros e patrões está na Associação dos Empregados no Comércio, cujos presidentes são sempre conceituados comerciantes”. (36)

A verdade é que o indicado nos põe diante de um fato muito significativo quanto à capacidade de essas entidades desenvolverem uma atividade autônoma e de representarem autenticamente os interesses de uma categoria profissional.

O próprio relacionamento semi-paternalista da casa comercial refletia-se na estruturação desses órgãos e no seu comportamento.

A Associação dos Empregados no Comércio, do ano em que foi criada até 1930, jamais reivindicou ou promoveu qualquer campanha que contrariasse substancialmente os interesses dos patrões. Além do mais, tudo o que solicitou de benefício para os caixeiros foi mais ou menos a reboque das iniciativas partidas de fora.

De 1919 em diante, passou a aderir palidamente aos pronunciamentos gerais sobre a jornada de trabalho, quando se tornaram mais frequentes nos projetos legislativos, adotando, no máximo, atitude oficiosa em direção ao Poder.

Jamais tentou a unidade de grupo em torno de questões fundamentais, como condições de trabalho, contratos, salários, férias. Nunca levantou campanhas reivindicatórias (37).

Ao contrário, em 1908, chegou ao extremo de negar o apoio pedido pela sua congênere do Amazonas em prol do repouso dominical. Alegando que este prejudicaria o andamento de “serviços imprescindíveis como ferrovias, navegação, correios, hotéis etc.” (38)

Tal comportamento, sem dúvida, manifestava uma mentalidade patronal e não de empregados e, por outro lado, sintomatizava ser o órgão controlado.

Além de controlado, era dirigido para fins que não seriam legitimamente de **Empregados no Comércio**. Era assim que ela aderiu às maiores campanhas da Associação Comercial da Bahia:

Durante toda a Primeira República, a tônica reivindicatória do alto comércio baiano esteve na exigência de desafogo fiscal diante do Poder, nas esferas municipal, estadual e federal (39).

Coincidentemente, os relatórios da Associação dos Empregados no Comércio referem-se ao combate dado por ela aos impostos interestaduais, sobre lucros comerciais, de indústrias e profissões.

Já para a análise das atividades da União Caixeiral não dispomos de fontes similares.

Contudo, pelo indicado nos comentários jornalísticos e pela tradição oral, teria ela surgido como uma reação contra a falta de autonomia da dos Empregados no Comércio, “infiltrada e dominada pelos graúdos”.

A União Caixeiral foi criada pelo Bacharel Quintor Caffé do Nascimento – elemento estranho ao meio dos comerciários, portanto – em meio à onda grevista de 1919 no Brasil e na Bahia. Deveria desempenhar ação de resistência em contraposição à Associação dos Empregados do Comércio. Em 1923, já estando em refluxo o movimento dos trabalhadores, a União Caixeiral chegou a reivindicar aumento salarial perante a Associação Comercial da Bahia, algo inédito na história dos caixeiros da Bahia. Contudo no final dos anos vinte, a União já estaria empolgada pela classe dominante, equiparando-se à Associação dos Empregados no Comércio (40).

Importante elemento para a análise dessas associações é o número de sócios.

A Beneficência Caixeiral, no ano de 1898, possuía 1027 filia- dos, número que tendeu a crescer até o ano de 1925. Daí em diante, caiu para 873.

Já a Associação dos Empregados no Comércio começou com 637 membros em 1900, ano de fundação, número que tendeu a crescer, com algumas oscilações, até 1930/1931, quando atingiu 2575 (41).

A comparação das cifras nos revela uma clara diversidade de tendências: enquanto a primeira se reduzia, a segunda crescia.

O total anual de sócios da Beneficência Caixeiral baixou rápi- da e progressivamente até o início do último quinquênio do período. Daí em diante, pode ter ocorrido uma mudança de tendência, não sendo crível porém, que tenha voltado ao nível inicial.

Alguns Relatórios desta entidade lamentam o esvaziamento de seus quadros, atribuindo-o à falta de “propaganda” e de interesse dos filiados:

Admissão de sócios

Está é, sem dúvida, a parte mais penosa de nossa missão!

O diretório passado, com a tenacidade por nós reconhecida, teve a felicidade de angariar para o nosso grêmio mais 62 sócios, proceder, infelizmente, muito ao oposto ao nosso, pois, nem sequer conseguimos um número aproximado.

A classe comercial não é, bem conhecemos, refratária ao convívio associativo, somente depende, porém, de vossa propa- ganda em favor do número de sócios.

Cada um de vós proponha a esposa querida, um parente, um amigo, um empregado etc., e a ‘Beneficência Caixeiral alcan- çará o apogeu de suas irmãs.’ (42)

Cada vez mais acentua-se o pouco caso e mesmo indiferença que os nossos consórcios vão ligando aos interesses e ao futu- ro da nossa sociedade, notando-se por isso grandes diferenças na arrecadação das mensalidades. (43)

Ao contrário, a série numérica dos sócios da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia acusa um crescimento quase contínuo. Inaugurada em 1900 com 637, atingiria ela quase 3.000 já no fim do período.

Algumas hipóteses podem levantar-se para explicar esta tendência inversa:

- a) maior interesse dos caixeiros por um órgão que se propunha a prestar serviços assistenciais similares aos da Beneficência e a desenvolver também atividades reivindicatórias;
- b) estímulo dado aos empregados pelos próprios patrões cuja presença na Associação é mais frequente do que na Beneficência;
- c) preferência dos associados pelo órgão de status mais elevado (44).

Apesar de tudo, ainda era pequeno o número de membros da Associação dos Empregados no Comércio se levarmos em conta a população caixeiral da época.

Ela mesma, pela voz da Diretoria dos anos de 1924/25, censurava o pouco interesse associativo dos caixeiros:

Os tristes recuos

É ainda bem pequena a falange de moços que se alistam em nossas fileiras se atendermos ao número de caixeiros que trabalhavam na praça da Bahia. A Associação conta presentemente com 1853 sócios conforme se lê no anexo nº 6, quando esse número podia estar decuplicado [...] Infelizmente a má compreensão dos nossos Auxiliares do Comércio os faz afastados em grande maioria desta Associação, ao tempo em que pressurosos se alistam nas Associações esportivas, onde gastam muito mais a troco de noites perdidas e gozos passageiros. (45)

Na verdade, os caixeiros filiados a qualquer uma das duas entidades ou a ambas, simultaneamente, eram pequena percentagem do total de profissionais. Essa ausência de “espírito associativo” pode ser, em parte, gerada por três motivos interligados:

- a) a baixa concentração de mão de obra em cada estabelecimento comercial;
- b) o individualismo e o personalismo impostos pelas relações empregado-patrão com seus ideais de obediência e lealdade;
- c) o fato de os caixeiros considerarem transitório o seu status, apenas um meio de ascender ao de comerciante.

Ajunte-se o ônus financeiro que as mensalidades das associações deveriam representar para o orçamento dos “moços do comércio”.

O refluxo constante nos quadros de sócios estava também ligado à falta de pagamento. Somente no ano de 1924, por este motivo, foram eliminados da Associação dos Empregados no Comércio 357 sócios, fato explicado no respectivo Relatório pela “[...] situação premente porque está passando a classe caixeiral, reflexo intenso da classe a que está subordinada.” Também o aumento da mensalidade de 3 para 5 mil réis entraria para justificar a evasão (46).

A multiplicidade das associações, todas, basicamente, de idênticas finalidades, atesta carência de unidade e estéril divisão de esforços que redundariam numa fraqueza crônica do grupo no período estudado.

Aqui, a tendência notável era para a fragmentação. Ingressando na República com apenas duas grandes sociedades, o Club Caixeiral e a Beneficência Caixeiral, os empregados do comércio contariam, ao seu término, com seis: além das duas anteriores, a Associação dos Empregados no Comércio Varejista, a União Caixeiral, a Associação dos Caixeiros Viajantes. (47)

A única tentativa de fusão foi a realizada entre a Beneficência, e a Empregados do Comércio, em 1926.

Quando uma comissão, designada pela Assembléia Geral de Beneficência, deu início aos trabalhos de reforma dos Estatutos, foi-lhe enviado um pedido firmado pelo sócio Ladislau Gonçalves Costa, seguido de sessenta e seis assinaturas, no sentido de que se fundissem as duas entidades. A Diretoria opôs-se à idéia, mas, levantada a preliminar das vantagens que, daí, poderiam advir, foi decidido o seguinte:

Submetida esta preliminar, à deliberação da Assembléia, após discussão e devida interpretação, dadas as múltiplas associações caixeirais mantidas pela classe, com interesse e vantagens insuficientes, foi a mesma aprovada, por maioria, ficando, entretanto, não só assentado que a resolução não perturbaria de modo algum e reforma dos nossos Estatutos, já iniciada, como também por não ter sido esta idéia levantada pela nossa Sociedade, que esta não se abalaria, por isso que nenhuma comissão nomeou para o aludido fim, para inquirir à outra congênere sobre bases da idealizada fusão. E, assim, ficou a Beneficência, de antemão, com a resolução de que só seria objeto de estudo a proposta que contivesse plenas e insofismáveis garantias para os nossos consórcios, com completo e absoluto respeito aos seus direitos.

O pensamento dominante, no caso, é contrário à fusão, dada a situação de franca prosperidade em que nos achamos, dia a dia mais confortados com o apoio da classe, bastando, para prova dessa assertiva, o fato, não visto há 20 anos, sobre admissão de sócios, que, neste exercício, se elevou a 75. (48)

Embora o trecho do Relatório citado enfatize não ter sido da Beneficência a iniciativa da fusão, na verdade, filiados seus é que haviam levantado a proposta, a partir do momento em que, no projeto de reforma dos Estatutos, pretendia-se alterar a tabela de socorros e criar um serviço médico-odontológico, o que foi considerado pelos propo-

nentes “de impossível realização”. Com isto não concordava a Diretoria que, em memorial à Assembléia Geral procurou demonstrar a solidez financeira da instituição mediante o aumento da receita e progressiva diminuição da despesa.

Não conseguia, entretanto, esconder a realidade da multiplicação de esforços e perda de energias pela fragmentação do movimento associativo caixeiral, reconhecida, aliás, ao se referir às “múltiplas associações caixeirais, mantidas pela classe, com interesses e vantagens insuficientes”.

Por outro lado, parece não ter sido grande o empenho da Empregados no Comércio, à vista do seu comentário lacônico de que dela não partiria a idéia da fusão (49).

Fracionada em órgãos análogos, todos ciosos da sua individualidade e quase rivais entre si, a pequena parcela associada dos caixeiros não conseguiria ultrapassar os limites da dependência e da subserviência aos interesses dos patrões, de cujas entidades representativas as caixeirais tornar-se tornar-se-iam meros satélites.

Isto melhor se esclarece a partir de uma análise do comportamento político dos caixeiros na Primeira República.

NOTAS

1. FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*, 1968.
2. LIMA, J. F. da S. *A Babia de bá 66 anos, reminiscências de um contemporâneo*, 1908-1909.
3. FREYRE, op. cit., p. 268-278, 415-416.
4. LIMA, op.cit.
5. Ibid., p. 115.
6. PINHO, Péricles Madureira de. *São assim os baianos*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960. p. 65.
7. Informação oral fornecida por J. R. e R. P. M.
8. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Comércio português na Babia*. Salvador: Manoel Joaquim de Carvalho & Cia, 1977.
9. Informação fornecida por A. C.
10. LIVRO de Notas, 1920.
11. Id., 1890, 1900, 1910, 1920, 1930.
12. Ibid.

13. ASSOCIAÇÃO UNIÃO DOS VAREJISTAS. *Relatório da Diretoria*, 1923.
14. Informação fornecida por de todos os entrevistados.
15. REGISTRO de casamento civil, anos de 1890 a 1930. Em cálculos constantes da Mensagem do Governador Goes Calmon à Assembléia Geral Legislativa, os coeficientes de nupcialidades da população de Salvador, de 1897 a 1925 não ultrapassam o número de 2,97.
16. Informação oral fornecida por J. R.
17. ROSA, F. *A arte de ser caixeiro*, 1902. p. 90-93.
18. Informação fornecida por J. R.
19. ROSA, op. cit., p. 5.
20. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1923. p. 74-75, grifo nosso.
21. MAUÁ, V. de. *Autobiografia*, 1943. p. 25.
22. PINHO, P. M. de. *São assim os baianos*, 1960. p. 39.
23. Citados como o mesmo tipo de exemplo em Ferreira da Rosa (1902)
24. FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*, 1968.
26. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA, *Relatório da Diretoria*, 1890 -1930.
27. Informação fornecida por K. W e R. PM.
28. A identificação de pais das noivas como comerciantes se fez também com os dados de: *Arrolamento das Casas de Negócio*, 1890, 1894, 1896, 1900, 1915, 1920, 1925 e 1930.
29. Herman Lima referindo-se ao seu tempo de estudante de Medicina, na Bahia da década de 20, aponta o prestígio dos acadêmicos: Alguns ficariam mesmo como tipos memoráveis na crônica dos estudantes da Bahia, numa época em que os rapazes das Escolas superiores eram a grã-finagem da cidade, os preferidos das mocinhas casadouras, benquistos e simpatizados por todo o mundo na boa terra [...] (LIMA, 1967, p. 273).
30. SOCIEDADE BENEFICÊNCIA CAIXEIRAL. *Relatório da Diretoria*, 1896, 1900, 1907, 1911 e 1915.
31. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1900 -1930.
32. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 2 jun. 1919. Grifo é nosso.
33. Informação fornecida por K. W. Este fora um dos fundadores da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, da qual – chegaria a ser um dos diretores (2º Secretário) em 1913. Isto e mais o fato de que, no ano de aparecimento da União Caixeiral em 1919, já não era caixeiro e, sim, comerciante, podem ter influído no seu depoimento. Informação fornecida por R. P. M. Este era ex-caixeiro e em seguida tornou-se funcionário municipal.
34. SOCIEDADE BENEFICÊNCIA CAIXEIRAL. *Relatório da Diretoria*, 1898, 1900, 1907, 1911 e 1915, ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1900 – 1930, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1890 -1930.
35. No ano de 1907, na Associação dos Empregados no Comércio, reuniram-se proprietários de padaria com a pretensão de fundar uma sociedade. Ricardo Machado, sócio da primeira, “demonstrou impraticabilidade da instalação da dita sociedade, conseguindo que os referidos negociantes fossem todos os sócios da Associação dos Empregados do Comércio da Bahia, alvitre muito bem aceito”. Adquiriu, assim, a entidade, novos comerciantes para os seus quadros, num total de pouco mais de 50, dos quais alguns já faziam parte dela anteriormente (ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA, 1907, p. 13).
36. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Estatutos*, 1900.
37. O IMPARCIAL. 12 jun. 1919.
38. Excetua-se sua atitude firmemente defensiva: em 1903, contra o imposto de 1% sobre vencimentos anuais superiores a Rs. 2:400\$000 (dois centos e quatrocentos mil réis) que se discutiu no Legislativo Estadual; igualmente, contra o projeto de imposto de 3% sobre a “renda, emprego ou trabalho” que tramitou naquela Câmara em 1905 (ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da diretoria*, 1903,1905).

39. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1908.
40. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1890 –1930,
ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DA BAHIA.
Relatório da Diretoria, 1900 - 1931.
41. SANTOS, M. A. S. *A República do povo; sobrevivência e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 100.
42. SOCIEDADE BENEFICÊNCIA CAIXEIRAL, *Relatório da Diretoria*, 1898, 1900, 1907, 1911, 1925,
ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1900- 1931.
43. Id., 1907-1925.
44. Id., 1911.
45. A Associação dos Empregados no Comércio da Bahia sempre se promoveu como uma espécie de órgão de elite dos caixeiros. “As vezes, chegava a emparelhar com a Associação Comercial na participação de festas cívicas, homenagens, recepções a políticos, banquetes, etc.: em 1902 foi sede dos festejos à esquadra chilena e esteve nas honrarias fúnebres prestadas a Manoel Vitorino; em 1903, seu edifício foi escolhido pelo Intendente Municipal, para ser o centro do Dois de Julho; nesse mesmo ano recepcionou Santos Dumont; em 1905 fez-se presente das homenagens oficiais à canhoneira portuguesa “Pátria”; em 1906, esteve nos banquetes oferecidos a Elihu Root, Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos da América do Norte e a José Marcelino de Souza quando de sua posse no Executivo baiano. (ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1900-1931).
46. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1924-1925.
47. Ibid.
48. Não incluímos no universo da pesquisa os caixeiros-viajantes pela carência total de documentação e porque a categoria mantinha formas diversas de relacionamento com os patrões por força das atividades itinerantes que desempenhavam. Tanto formavam um grupo à parte que, em 1925, fundaram a sua própria Associação dos Caixeiros Viajantes, da qual se encontra um único exemplar do Relatório da Diretoria, ano de 1927, na Biblioteca Central.
49. SOCIEDADE BENEFICÊNCIA CAIXEIRAL. *Relatório da Diretoria*, 1925. p. 11-15
50. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1925-1926.



Quadro a óleo intitulado *O 13 de Novembro de 1899*, alusivo ao episódio ocorrido em Salvador, quando a polícia do Estado dispensou a pata de cavalo, as manifestações contrárias ao resultado das eleições para o Conselho Municipal no Bairro Comercial, em frente à Livraria Catiling. Comerciantes e caixeiros fizeram oposição ao candidato governista, e empregados de casas comerciais envolveram-se nos tumultos de rua. Houve lutas corporais e tiroteio.

Seguiram-se processos policiais, prisões de caixeiros, dentre os quais alguns foram feridos. Morreram duas pessoas.

O bairro comercial foi interditado e o comércio da Cidade Baixa manteve-se fechados por 5 dias.

(Acervo da Associação Comercial da Bahia)

CAPÍTULO IV: OS CAIXEIROS NA POLÍTICA

As indicações sobre a carência da independência do grupo caixeiral diante do patronal nos levam a examinar o comportamento político de ambos. Na abordagem desta problemática, não se pode dissociar um do outro. Andavam sempre juntos, ou, melhor, os empregados seguiam os patrões.

Em 1894, o Juiz de Direito José Botelho Benjamim, buscando explicar o “atraso do desenvolvimento social da Bahia”, atribuía-lhe as seguintes causas: intensa procura de empregados públicos, que levava os agraciados a se tornarem parasitas; acentuado gosto entre os jovens, “com e sem predicados”, pelas profissões liberais; tendência da juventude para a política. Dizia ele:

Estes males ainda mais se agravavam com uma terceira causa deletéria, verdadeiro minotauro da nossa mocidade, que é a política, que faz a absorção dos mais hábeis e salientes, da flor da nossa juventude, pode-se dizer, os inutilizando para estas mesmas profissões a que se dedicam, e os esterilizando no esgotamento perene das lutas eleitorais de campanário

estreito, em as quais concentram toda a pujança de energias superiores e varonis de que são às vezes dotados.

Ainda situa, ao lado das ‘más influencias das bebidas alcoólicas’ e das ‘incontinências genésicas’, as paixões políticas, como ‘as três únicas causas dos crimes neste Estado’. (1)

Contestável o relacionamento de causa e efeito encontrado pelo autor, onde, poderíamos verificar, justamente, o contrário: o amor à política vazia seria muito mais efeito e não causa do “atraso” de uma sociedade dominada por uma pequena elite oligárquica que fazia da complicada rede político-partidária recurso eficaz para se manter no poder e dos títulos de Doutor e Bacharel o coroamento do seu status.

Todavia, não deixam de ser as considerações do Juiz um depoimento sobre o grau de interesse que determinadas atividades exerciam sobre uma faixa da população da Bahia naquele período.

Os “moços do comércio”, porém, em que medida conseguia a política comovê-los?

Apesar de sua presença estar indicada em vários episódios da história política da Bahia na Primeira República, não se lhes pode atribuir na sua totalidade, ou mesmo maioria, um interesse e um grau de politização que não teriam atingido.

Observemos que, em cinco dos sete depoimentos orais, o desinteresse político é manifesto.

É fácil admitir a regra de uma tal apatia para grande parte dos empregados do comércio a varejo, mormente dos estabelecimentos do tipo “secos e molhados”, que eram, comumente, iletrados e submetidos a longas jornadas de trabalho, interrompidas para um sono de poucas horas. Sem tempo para mais nada a não ser a dura faina diária, pouco instruídos, semi-analfabetos, não teriam qualificações intelectuais, não lhes sobriariam tempo e energias para incursionar nos temas dominantes da política local e nem ao menos para a leitura dos jornais.

Tudo isto fica ilustrado na experiência de J. J. R. C., caixeiro de um armazém de secos e molhados da Baixa dos Sapateiros. Seus com-

panheiros empregavam os raros lazeres em andanças amorosas e rodas de capoeira (2).

Neste ramo do comércio, onde eram mais árduas as condições de trabalho e onde já deveria ser expressivo o número de espanhóis – patrões e empregados, - o comum seria o distanciamento da política.

Já os caixeiros do alto comércio, geralmente mais instruídos, provavelmente os mais ligados às associações e em regime de trabalho menos extenuante, não seriam de todo insensíveis às tricas partidárias e por motivos que, como veremos adiante, não eram legitimamente seus.

Sobre a matéria, digna de nota é a divergência entre três depoimentos orais:

K. W. caixeiro do alto comércio e que, desde cedo, antes dos dezoito anos, se interessava pela política, declara que tal interesse era generalizado entre os empregados do comércio, embora os eleitores constituíssem minoria. Acrescenta que eram absolutamente independente dos patrões e sempre oposicionistas, exceto quanto a J. J. Seabras.

J. R., igualmente do alto comércio, tinha ojeriza à política, porém votava. Confirma o depoimento anterior, quanto ao interesse dos seus colegas, mas o contradiz quanto à autonomia, pois afirma que muitos negociantes pediam votos, no que eram logo atendidos pelos empregados, sob o temor de ficarem “mal vistos” e de ser até despedidos.

R. P. M., que se iniciou no comércio no mesmo ano que o precedente, 1914, mas no ramo varejista, em loja de fazendas e modas, nega aos caixeiros qualquer motivação política.

J. J. R. C., empregado de armazém, conforme depoimento do filho, jamais cuidou do assunto e nunca o viu tratado pelos companheiros (3).

Não refletiam tais contradições as experiências pessoais de cada informante e que, por sua vez, seriam representativas do ramo em que cada qual trabalhava?

Realmente, a presença do comércio varejista é mínima nas disputas políticas da época. Entretanto, o alto comércio, representado pela Associação Comercial da Bahia, é uma das forças atuantes neste terreno.

Quanto à liberdade e à constância seabrista dos caixeiros, sustentadas pelo primeiro depoimento, muito plausível é que esteja este prejudicado por uma distorção ideológica: o informante K. W., de empregado, ascendeu a comerciante nos meados da Primeira República; foi político seabrista dos mais exaltados e, assim, empresta aos demais uma preferência pessoal.

Rafael de Albuquerque Uchoa, empregado da casa do negociante Francisco Amado da Silva Bahia, informa como ali era tratada a “liberdade política” dos caixeiros:

Ao terminar minha praça em 1906, dediquei-me à vida comercial, e não dispondo de capital para desenvolver um pequeno ramo de negócio com que havia me estabelecido, tive que abandoná-lo, empregando-me a 25 de março de 1916 na casa de negócios do senhor Francisco Amado da Silva da Bahia, onde foi a política encontrar-me, e diziam os gerentes: A política aqui faz parte integrante dos negócios da casa.

Além disso, ali se adota o regime do cativo de crê ou morre. Os empregados são eleitores encabrestados, que recebem a chapa eleitoral na boca da urna, debaixo da maior coação e humilhação, incorrendo na pena de demissão o que a isso não se submeter. Isso acontece quando se trata da eleição federal em que há competidores porque na estadual e na municipal o que predomina é o bicório e a ata falsa.

Como semelhante sistema de eleição, o chefe dominante de distrito de paz da Penha, onde resido, Sr. Alfredo de Queiroz Monteiro, genro daquele falecido capitalista, então governante daquela casa comercial, conselheiro municipal, senador estadual e coronel da briosa, portador, por tanto, de uma imensidade de títulos honoríficos, que muito recomendam o

seu prestígio e capacidade intelectual, é, de um valor inexcedível, e sob a sua influência ressuscitam os mortos e aparecem os ausentes.

Em 1917, decretado pelo Congresso Nacional a reforma eleitoral, coube-me, então, o penoso cargo de qualificar os empregados da casa, isto é, caixeiros, carroceiros, açougueiros e magarefes, sendo mais tarde nomeado subdelegado de polícia do distrito do Bonfim, de cujo cargo me exonerei em 1º de maio de 1921.

O meu temperamento ativo, oriundo de família, jamais me permitiria viver de viseira baixa, submetendo-me à tutela de quem quer que fosse e a uma política de servilismo. (4)

Esse caso seria dos mais extremos porque se trata um patrão que atuava como político militante (5), o que acentuava o interesse de controlar os votos dos empregados. Contudo, numa época em que a Associação Comercial da Bahia esteve, muitas vezes, estreitamente ligada à política, os homens do alto comércio, em seus escritórios e em suas casas de negócio, não deixariam de exercer vigilância sobre as preferências e opiniões dos seus subalternos e nem de fazer-lhes conhecidas as atitudes e decisões de seu órgão representativo.

Assim, buscaremos demonstrar que a pequena parcela dos caixeiros que assumia um papel político não escapava à esfera de influência dos patrões, em torno dos quais girava como uma clientela ideológica.

Nosso instrumento de análise será o estudo de sua presença em episódios da história política da Bahia na Primeira República.

DE QUE ME SERVE A POLÍTICA?

A primeira aparição de caixeiros da Bahia no cenário republicano deu-se em 1899.

Findava o mandato do governador Luis Viana, em meio às críticas da oposição contra: sua inépcia em resolver problemas cruciais como a seca no interior; irregularidades nos pagamentos ao funcionalismo público; desrespeito à lei, à autonomia dos três Poderes e ao direito do voto, pelo “viciamento dos processos eleitorais” (6).

Quando das eleições para a Intendência Municipal, o Partido Constitucional, oposicionista, lançou o nome do Dr. Domingos Guimarães, redator-proprietário do jornal *A Bahia*, candidatura fortemente apoiada pelas “classes conservadoras”.

Durante a campanha preparatória do pleito, caixeiros e comerciantes manifestaram-se fervorosos adeptos do jornalista.

Realizada a eleição, no dia 13 de novembro, estando o comércio sob a expectativa dos resultados, antes da apuração final, foi um funcionário do Estado pregar na parede externa da Livraria Catilina, no Bairro Comercial, um boletim informativo, favorável aos candidatos governistas. Nisto foi impedido por um grupo de caixeiros, o que provocou lutas corporais e tumultos, agravados pela presença da cavalaria policial e tiroteio, no qual morreram duas pessoas e se feriram alguns empregados comerciais. Por ordem do governador, foi o bairro interdito, e, em represália, decidiu a Associação Comercial paralisar as atividades do comércio durante seis dias consecutivos.

Os processos policiais e as prisões de caixeiros acusados de terem desfechado tiros contra a Força Pública ocuparam a imprensa baiana durante semanas (7).

Indicando a importância do fato para as “classes conservadoras”, está a mudança quase completa dos diretores da Associação Comercial no ano seguinte. Depuseram-se figuras que vinham desempenhando mandatos sucessivos havia quase dez anos, acusados de não

terem sido suficientemente firmes na reação aos desmandos do governador com o qual estavam comprometidos (8).

O episódio do Treze de Novembro de 1899 marcou o fim de uma fase na vida política da Associação Comercial da Bahia – de 1890 a 1899 - durante a qual procurara a todo custo cobrir-se com o manto da neutralidade. Por outro lado, para os caixeiros, marca o início de um novo comportamento grupal, consubstanciado no advento da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia.

Esta sociedade, nos intentos originais de seus fundadores, aparece com a função precípua de porta-voz político dos “moços do comércio” e seria, então, um satélite da Associação Comercial.

Um dos seus sócios-fundadores, Ricardo Machado, no discurso de instalação em 1901, rememorava os fatos ainda bem recentes:

A geral apatia que sempre tem reinado no comércio deste país, o esquecimento completo do dia de amanhã, foram as causas originárias do registro de uma página de luto e vergonha para os poderes públicos desta santa e pacífica Bahia, cuja história recebeu a impressão do vil ferrete: o 13 de novembro de 1899!

Nesse dia não foi o povo que se levantou para a defesa e garantia de seus direitos, de seus direitos de há muito espoliados, foi um criterioso e incansável comércio, em meio de todas as suas operações cotidianas, espingardeado a mando de quem em má hora dirigia os destinos desta infeliz terra, tão digna de melhor sorte!

A política nefasta desse homem, o vírus amaldiçoado que minava-lhe o crânio e a índole má, tudo isso confiado à guarda de fiéis servidores, encontraram plena facilidade no meio prático que de surpresa lançaram mão.

Entretanto, foi a este comércio, tesouro de procriação constante, onde os governos mandam buscar o seu sustentáculo e

a elevação de suas fortunas, tão impatrioticamente adquiridas, que se mandou arrasar!!!

Vimo-nos sem garantias, sem um centro de reuniões onde existisse uma barreira firme para defesa dos nossos direitos, como têm as demais classes, e a situação agravando-se permitiu que cada um respondesse por si.

Em indefesos momentos alguns dos nossos colegas foram trancafiados e não pouparam-lhes o espaldeiramento e o sabre!

E foi, Srs. Associados, para a defesa de nossos direitos conspurcados e para acudir às necessidades da moléstia, da invalidez, da dor e da morte que, como bálsamo santo, surgiu um elemento imprescindível aos 21 de janeiro de 1900 – A Associação dos Empregados no Comércio da Bahia. (9)

Foi, portanto, a fundação da Empregados no Comércio uma consequência direta do Treze de Novembro e, tanto nas referências acima reproduzidas quanto nas notas da imprensa, os fins políticos, embora não muito expressos, mas facilmente detectáveis, antecede os beneficentes.

O jornal *A Bahia* assim comentou a Inauguração:

O hábil orador mostrou como é grande o número de adesões à generosa idéia dos moços do comércio e historiou os fatos que lhe deram origem, deixando evidente a necessidade de uma salvaguarda eficaz aos interesses da classe, até hoje exposta aos caprichos e tiranias dos dominadores da situação. (10)

Também sugestivo é o comentário do *Jornal de Notícias*:

A classe dos empregados no comércio parecia abatida sem ter o espírito agitado por essa força vivificadora de uma sociedade

de que fosse a sua defensora em todos os terrenos e que lhe proporcionasse larguezas a sua palavra inteligente.

Não somente isto, mas, também, o célebre 13 de novembro – o maior insulto atirado às faces de uma classe respeitável e de um povo civilizado – concorreu para a fundação da sociedade que é hoje o orgulho de todos os seus associados. (11)

Ainda alguns anos após 1899, a lembrança do ocorrido e o repúdio ao ex-governador Luis Viana atuavam como força aglutinadora de ambas as associações em ostensivos cortejos fúnebres anuais ao cemitério da Quinta dos Lázarus e até mesmo na organização partidária local (12).

De 1900 a 1912, comerciantes e caixeiros mantiveram bom relacionamento com o executivo estadual, desempenhado sucessivamente por Severino Vieira, José Marcelino de Souza e Araújo Pinho. Salvo quanto ao incidente do imposto do selo, ao fim do mandato do primeiro, nada mais perturbaria a convivência pacífica entre o Governo e as “classes conservadoras”.

A Associação Comercial da Bahia, ao longo de todo o período aqui tratado teve sempre a veleidade da isenção político-partidária, espécie de divisa com que, impávida, investia de formas variadas sobre o Poder. Aqueles doze anos são típicos desse comportamento, que a levava a não se pronunciar sobre candidatos, pleitos etc.

A “mocidade do comércio”, entretanto, junto à acadêmica da Escola de Direito, estaria presente às manifestações prestadas ao recém-empossado Severino Vieira:

[...] às 9 horas em ponto, depois de subirem muitas girândolas de foguetes, partiu a multidão, por entre estrondosas aclamações, e à luz de fogos cambiantes, dirigindo-se da Praça do Palácio para a Vitória na seguinte ordem: dois clarins da brigada policial; a filarmônica Lira de Apolo; as músicas do 16º batalhão e 2º corpo de polícia; os estudantes da Escola de

Direito e do Club Caixeiral; dois senhores carregando um retrato do Sr. Dr. Severino Vieira; as músicas do 9º e do 26º e finalmente o povo em numerosíssimo ajuntamento de mais de 15 mil pessoas [...]

[...] do Club Caixeiral dirigiram-se ainda à multidão os srs Reis Magalhães, conselheiro municipal e o acadêmico de direito Rui Penalva de Faria. (13)

A Associação dos Empregados no Comércio, comissionada, foi cumprimentar o Governador, a quem declarou esperar que “salvasse a Bahia do abismo em que a precipitaram”. No Relatório de 1901 ainda se encontram referências a um bom relacionamento entre ambos (14).

Findaria, porém, o mandato de Severino Vieira sob o fogo cerrado do comércio, aceso pela medida governamental que estabelecia o imposto de consumo sobre o álcool e artigos derivados, por meio de selo adesivo. Baldadas foram todas as tentativas da Associação Comercial, desde os argumentos, passando pela troca de palavras ásperas, até o fechamento das casas de negócio grossista e varejista. Em todo o transe, afirmou-se a solidariedade da Empregados no Comércio que, a partir de então, em seus relatórios, silenciaria em torno do Governador.

José Marcelino de Souza fora o escolhido por Severino Vieira para sucedê-lo antes de eclodir a questão do imposto.

Não teve apoio ostensivo da Associação Comercial, mas o Club Caixeiral não se negou a manifestar-lho quando a oposição levantou o nome de Rui Barbosa como concorrente ao pleito estadual:

Terminado o festival e anunciado ao público que o retrato de Rui Barbosa ia voltar ao ponto de partida, em grande passeata, ouviram-se do lado da entrada do Politeama alguns vivas ao Dr. José Marcelino, que não tiveram réplica por parte da grande e extraordinária massa do povo que enchia o edifício. Este incidente não teve a menor importância, e todos começaram então a retirar-se na melhor ordem e satisfeitos com o

espírito de concórdia que reinou de princípio a fim. Ao passar, porém, o préstito em frente ao edifício do Club Caixeiral ouviram-se novos vivas ao Dr. José Marcelino, aos quais os manifestantes responderam com vivas ao Cons. Rui Barbosa. Trouvou-se a luta. Houve cacetadas e tiros. Um grupo numeroso avançou para o andor em que vinha o retrato do Senador baiano para estraçalhá-lo. Os acadêmicos resistiram. Passando pelo local, de volta do Politeama, o Cons. Carneiro da Rocha, diretor da Faculdade de Direito, postou-se ao lado da mocidade e falando, com autoridade, conseguiu aplacar os ânimos, já bastante excitados com a intervenção da cavalaria policial. (15)

Não seriam tais manifestações, tanto a feita a Severino Vieira quanto a feita à José Marcelino, resultantes de um aliciamento e de estarem os caixeiros industrializados pelos homens do alto comércio, num momento em que a Associação Comercial se achava inibida de aparecer publicamente em assuntos políticos pelo zelo de não perder sua auréola de neutralidade?

O fato é que, já eleito, José Marcelino, facilmente, solucionaria o impasse criado entre o seu antecessor e o comércio, mantendo-se entre ambos cordial relacionamento. Igual comportamento foi o da Associação dos Empregados no Comércio, representada na posse do novo governador e por ele visitada em despedidas ao fim de sua gestão.

Clima idêntico existiu durante o mandato de Araújo Pinho.

Em 1910, com visitas à sucessão, já começavam a agitar-se os meios políticos baianos. Assim, foi criado o Partido Democrata a fim de eleger J. J. Seabra, para o Executivo estadual (16).

Em meio às expectativas sucessórias, as “classes conservadoras” abandonaram a cultivada e propalada neutralidade, lançando a candidatura de Júlio Viveiros Brandão à Intendência Municipal, escolha oficialmente encampada na chapa do Partido Democrata.

Desde o ano anterior, já apareciam os sintomas das simpatias do comércio por aquele político. Ao desembarcar na Bahia, em 27 de

julho de 1909, para presidir a instalação da Junta Baiana, pró Hermes-Wenceslau, fora ele recepcionado por correligionários, estudantes de Medicina, de Engenharia e da Escola Comercial, cujos estandartes figuraram no préstito organizado em sua homenagem (17).

Entretanto, atitude singular assumiu a Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio: propôs que o órgão, abandonando sua neutralidade política, indicasse um de seus membros como candidato ao Governo: (18)

A proposta desta Diretoria para que esta Associação apoiasse do seu apoio independente e não partidário, a candidatura do Governo do Estado, de um eminente consórcio, alheio a ódios facciosos, incapaz de alimentar preconceitos e prevenções impostas, cheio de ardor pela causa pública e altamente convencida da necessidade de trabalhar e fazer progredir a nossa terra, longe de merecer a injustíssima balda de partidarismo com que a malevolência hipócrita e interessada a tentou desvirtuar, deveria, ao contrário, impor-se à clara consciência de nosso dignos consórcios como produto genuíno de patriótico desejo, que nutrimos de ver a Bahia finalmente livre das lutas estreitas em que se lhe vão consumindo as grandes forças, alçar-se sob a direção de um homem de nobres ideais, às alturas da verdadeira política, que não é outra cousa senão a arte gloriosa de conduzir os povos ao máximo desenvolvimento e à máxima civilização.

Desta política – arte de bem governar, arte de bem obedecer à lei, arte de exercer conscientemente, para o bem geral, as funções do voto – não sabemos por que alguém se envergonhará de ser adepto.

Com ela e por ela é que se conquistam todos os objetivos da liberdade e do adiantamento nas coletividades humanas. Sem ela e longe dela, num campo adubado pela indiferença, pela apatia, pelo desprezo dos negócios públicos, mediam a opressão e o atraso, a anarquia dos partidos cindidos em agrupa-

mentos de ambiciosos corruptores, a infecção do organismo social pelas misérias da politicagem inefreitada.

A politicagem! [...] Mas quem – verdadeiramente a engendra, que verdadeiramente lhe empresta forças, quem verdadeiramente apóia e a faz ousada e forte e vencedora senão essa famosa neutralidade, essa apregoada indiferença, vício perniciosíssimo que se acoberta com os nomes, que não lhe cabem, de isenção, de sobrançeria, de independência, para apresentar-se hoje em dia, como uma grande virtude social? Esta Diretoria não praticou um ato de partido, não se imiscuiu na disputa das facções políticas, não cedeu a ambições de ordem individual, quando apresentou aquela proposta: deu simplesmente uma prova do interesse com que se preza de encarnar o curso das coisas públicas na sua terra natal. Não se faz politicagem, porque fazer politicagem é buscar vantagens individuais e inconfessáveis, sob o pretexto de exercer o nobre mister da política; não fez partidarismo porque não se filia quem invoca, em bem de todos, o indistinto apoio dos cidadãos animados dos puros sentimentos de solidariedade social. Se estes sentimentos compenetrassem todos os que por aí lamentam os males públicos, desde a inconstância, a lentidão e a leveza da justiça até as estupendas e inacreditáveis barreiras – que os sistemas aduaneiro e tarifário opõem, como se foram criações de cruéis inimigos do país, ao nosso aperfeiçoamento mas vias da cultura, da riqueza e da civilização – certo, bem depressa abandonariam a preguiçosa e frouxa neutralidade mantenedora principal de tais misérias e procedendo com todos os assuntos políticos, isto é, concernentes à boa administração da causa pública com a mesma franqueza e sinceridade com que esta Diretoria julga haver procedido na apresentação de sua proposta, concorreriam pelo seu efetivo e perseverante esforço para a pronta reforma ou emenda dos erros que estão enterrando o desenvolvimento nacional... Assim pensou esta Diretoria ao deliberar a proposta que repeleste e nós queremos registrada como um esforço de nossa parte em favor dos interesses do Estado. (19)

Este pronunciamento da Diretoria, que não teve o endosso da entidade, denunciava, mais uma vez, a tática que o alto comércio vinha utilizando desde o caso com Luis Viana e por nós apontada anteriormente: a utilização dos caixeiros como “testas-de-ferro”.

O presidente da Diretoria da Empregados no Comércio não era outro senão Manoel Rodrigues Pedreira, membro da Associação Comercial e filho do Comendador Francisco José Rodrigues Pedreira, figura das mais expressivas dos meios capitalistas baianos. E quem poderia ser esse “eminente consócio” que a Empregados no Comércio lançaria como candidato ao Governo do Estado? Obviamente não se cogitaria de um caixeiro, mesmo porque os seus mais “Eminentes consócios” eram os próprios comerciantes.

Finalmente, a idéia não encontrou receptividade, provavelmente, porque, dentro do órgão, predominaria a mesma corrente de opinião que sustentava, na Associação Comercial, comportamento político velado e não ostensivo.

Anulada, portanto, a possibilidade de um candidato saído dos meios comerciais, se as duas associações não chegaram, abertamente, a recomendar o nome de Seabra, no pleito de 1911, não se pode eliminar a hipótese de que devem ter-lhe proporcionado forte base eleitoral. Atente-se para o fato de se encontrar como Diretor-Tesoureiro da Empregados no Comércio o negociante Fábio Carvalho, membro da Comercial, da qual fora Diretor em 1907. Era sócio da firma Carvalho, Irmãos & Cia (importadora e distribuidora atacadista) e filho do Coronel João Lopes Carvalho, um dos aderentes de Seabra desde a fundação do jornal *O Norte*, em 1905, do qual era acionista (20).

Seria o fato mera coincidência ou a presença de Fábio de Carvalho naquela Diretoria indicaria a ascendência da corrente seabrista dentro do órgão?

Eleito, o novo governador visitou a Associação dos Empregados em 20 de abril de 1912 e foi saudado pelo orador oficial Elísio José de Medeiros que não lhe regateou aplausos, embora insistisse no apartidarismo:

Cumpre-me deixar bem patente que a nossa Associação é completa, absolutamente alheia a quaisquer manifestações ou ingerência em assuntos político-partidários, estando este ponto claramente exposto na letra de seus Estatutos; portanto bem podereis ver Exm. Sr. Dr. Governador, não ser neste caráter que ela vos ajuíza e enaltece os reconhecidos méritos. Acima da personalidade política, ela aprecia a vossa superioridade como administrador, como um dos poucos filhos desta terra que se tem batido em proveito exclusivo do desenvolvimento material de que ela tanto necessita para progredir.

[...]

[...] Não bastasse todos esses benefícios que já tendes feito à Bahia e aí estaria para merecer toda a sua dedicação os enormes melhoramentos em execução na Cidade Baixa em breve transformada em um dos centros comerciais mais belos do mundo, melhoramentos estes que conseguistes, apesar da luta tenuíssima empenhada pelos filhos bastardos, dotando desta forma a Bahia de um forte elemento do progresso tempo no engrandecimento da laboriosa e honrada classe comercial. (21)

O discurso acima transcrito, conquanto, de início, insista no contrário, é, sem dúvida, político. Ressaltemos que nos benefícios operados pelo alvo de seus elogios nada existe que não seja especificamente do interesse dos comerciantes, ao lado de um completo silêncio em torno dos caixeiros, embora Seabra, retribuindo, se tivesse demonstrado “[...] penhorado com as manifestações como que lhe receberam as manifestações estas sempre apoiadas pela laboriosa classe caixeiral”. (22)

Posteriores desentendimentos entre Seabra e um grupo de capitalistas, provocados pelo caso do Hipotecário não repercutiriam na Associação dos Empregados no Comércio ou, pelo menos, não seriam capazes de alterar, dentro desta, o clima que lhe foi oficialmente favorável até o fim do governo (23).

Mais uma vez, somos levados a indagar sobre as correntes de influência dentro daquela entidade, trazidas de fora, e que teriam tido o poder de neutralizar a oposição de parte da Associação Comercial a Seabra. Talvez tenha pesado a presença de Karlos Weber, seabrista exaltado, na Diretoria da Empregados no Comércio, no ano de 1913. Era ele comerciante e simultaneamente filiado a ambas as sociedades.

Difícilmente encontraríamos uma resposta precisa à vista dos testemunhos disponíveis. A hipótese, entretanto, não nos parece descabida se levarmos em conta a maleabilidade do órgão diante de pressões oriundas dos meios patronais.

Sem ter Antônio Moniz, sucessor de Seabra, provocando pronunciamentos favoráveis ou adversos da Associação Comercial, nada também encontramos a respeito de parte da Empregados no Comércio, quando da eleição de 1915. Quatro anos mais tarde, seria diversa a disposição das forças políticas locais e ambas entrariam de rijo nas disputas sucessórias: primeiro, a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República; em seguida, a do Juiz Paulo Fontes ao Executivo baiano.

Desde o início de 1919, o grupo oposicionista a Antônio Moniz e ao seabrismo começou a movimentar-se nos meios políticos ativos da Bahia, em um dos quais – o das “classes conservadoras” – encontrou grande receptividade.

No dia 8 de janeiro, na Associação dos Empregados no Comércio, reuniram-se comerciantes e caixeiros para oficializar seu apoio a Rui Barbosa e apresentar os candidatos a deputados federais pelo 1º distrito. Foram oradores: pelo comércio, em geral, Ricardo Machado; pela Associação dos Empregados no Comércio, Antônio Costa de Matos. Os dois discursos têm conteúdo semelhante. Comparêmo-los:

Ricardo Machado:

[...] Parece uma decomposição social. As estradas de ferro com a maior desfaçatez dos interessados são alteradas nas suas bitolas para ter lugar a aplicação de material condenado

pelos competentes e daí a série de desastres e a morte ceifando vidas úteis e levando o infortúnio aos lares. O São Francisco completamente abandonado na sua navegação faz com que os Estados vizinhos, Rio e Minas, comecem a ser o escoadouro das energias dos nossos patrícios! A navegação para o litoral é desmantelada e vive-se em riscos de vida nesse material flutuante.

Ruas esburacadas, falta de asseio, não temos luz, não temos água, não temos esgotos e o pior de tudo, não temos para quem apelar [...]

Todos prosperam, só a Bahia vive completamente ao abandono, pois, apesar da prodigalidade dos orçamentos, as receitas apuradas excedem a esses orçamentos. Os interesses subalternos estão em jogo e dentro de uma política acanhada que tudo corrompe.

Vivemos sem bandeira, sem rumo e sem bússola e nos achamos à mercê das intempéries da sorte, pois prima-se pela falsidade, pelo filhotismo e pelo compadresco. Os processos eleitorais demasiado conhecidos e estão abaixo da crítica. Entretanto esta situação galvanizada tem responsáveis. Não será o povo? Absolutamente não... Os principais responsáveis são as classes conservadoras e o comércio por excelência que, possuindo as chaves de segredo, de tudo tem abdicado com uma indiferença e passividade que revoltam. Sois o tesouro de procriação constante, sois o sustentáculo do governo e limitai-vos nos momentos críticos a platônicos protestos.

Essa indiferença há produzido todo esse cortejo de males e desde que eu observo no comércio o desejo de despertar, sintetizado nesta grande reunião, com a independência que sempre caracterizou os meus atos, sem ligações partidárias e tendo por hábito não julgar os homens, mas combater-lhes os erros, inimigo por índole das curvaturas e dos interesses reservados, nada pretendendo senão o bem da coletividade, o respeito à lei e o acatamento aos homens, permitam as distintas corporações – Comerciantes e Auxiliares, que eu venha

lembrar-lhes que as Associações Comercial e dos Empregados no Comércio, em ação conjunta, apelem para os srs. comerciantes no sentido de facultar aos seus auxiliares o tempo necessário para serem qualificados no eleitorado do 1º distrito, possuindo destarte este comércio, com este primeiro passo, um eleitorado próprio e cuidando logo da sua representação a fim de que esses representantes, ouvindo continuamente – dentro dos institutos do comércio, possam enfrentar nos parlamentos as discussões, máxime nas ocasiões de orçamento [...]

Antônio Costa de Matos:

[...] Esta reunião não exclui quem quer que seja; reúne, sim, todos os de boa vontade em nossa classe. E eu começo por me congratular com a Bahia por ver reunida aqui esta plêiade de comerciantes ilustres e de caixeiros patriotas, todos dispostos a lutar pela Bahia que um grupo de desalmados está sacrificando, após tomá-la de assalto em infamante bombardeio... A Bahia, depois do bombardeio, desce à última humilhação. Enquanto ela mendigava a pasta da Agricultura, o Rio Grande a quem lhe ofereceram, recusou-a! [...]

Firmemos nós aqui, meus caros companheiros e senhores comerciantes, o pacto de honra de defender a Bahia das garras dos que a estão liquidando, como se fora massa falida ou avariada, e defendâmo-la nos nomes dos candidatos que se hão de converter assim: o eleitorado saiba cumprir o seu dever. (24)

Desses discursos, além da unanimidade nas acusações ao seabrismo na pessoa de Antônio Moniz, destaquemos:

a) A Associação dos Empregados no Comércio, tão mesu-reira a Seabra em 1912, logo após o bombardeio da cidade,

mostrava-se, em 1919, radicalmente contrária sobre o mesmo fato, atestando, mais uma vez, que suas posições mudavam ao sabor dos ventos soprados pela Associação Comercial;

b) O interesse do alistamento dos caixeiros para formar um “eleitorado próprio”, que, fatalmente, funcionaria como uma réplica urbana dos “currais eleitorais” do interior, garantiria um contingente seguro de votos para os representantes das “necessidades desse comércio”.

A partir daí, a “mocidade caixeiral”, em momento algum, se ausentaria das campanhas políticas daquele ano.

A 28 de janeiro, os auxiliares do comércio telegrafam ao senador Seabra e ao governador Antonio Moniz, exigindo-lhes apoio a Rui Barbosa:

A Classe Caixeiral aos Srs. Seabra e Moniz.

Subscrito por distintos auxiliares do comércio, foi ontem dirigido aos srs. Seabra e Moniz o seguinte telegrama:

Exmos. Srs. Drs. Antônio Moniz, governador do Estado e senador Seabra – Bahia. Os abaixo firmados, baianos, esperam que v. v. exas. ponham à margem os mesquinhos interesses políticos e cumpram antes os vossos deveres e da Bahia, apoiando a candidatura do gloriosos cons. Rui Barbosa, para chefe da Nação [...] (25)

Empregados do comércio fizeram parte da comissão de recepção ao candidato e, as “mocidades” acadêmica e caixeiral “formavam um batalhão patriótico” para montar à carruagem que conduziria Rui Barbosa pela cidade.

A efervescência política daquele ano culminaria na indicação do sucessor a Antônio Moniz do governo do Estado.

No dia 17 de outubro, homens de negócio, reunidos na Associação Comercial, decidiram adotar atitude firme diante da questão, lançando um candidato das “classes conservadoras” (26).

A Associação dos Empregados no Comércio e o Club Caixeiral foram imediatamente arrastados à liça, onde se alinharam ao lado as associações Comercial e União dos Varejistas e do Centro Industrial do Algodão.

Em novembro chegava Rui a fim de promover, nos sertões da Bahia, a campanha em prol do Juiz Paulo Fontes. Ao seu desembarque representou-se a União Caixeiral que, meses antes, nascera sob o signo de “exclusividade dos caixeiros”. Não escaparia, entretanto, à órbita de influência, dos patrões, e, daí, em diante, o jogo deles seria também o seu.

Após ter visitado várias cidades do interior, Rui Barbosa retornou à Capital, sendo recepcionado com discursos no Club Caixeiral (27).

Vitorioso Seabra no pleito de dezembro, os derrotados recorreriam à força que reservavam para a batalha final: os coronéis.

Movimento urdido por Simões Filho, com o fim de provocar a intervenção federal e impedir a posse de Seabra, a “reação sertaneja” contaria, igualmente, com o apoio da Associação Comercial.” (28)

Tornando-se cada vez mais ameaçadoras as notícias que anunciavam para breve a marcha do coronel Horácio de Matos, senhor das Lavras Diamantinas, sobre Salvador, a fim de obrigar Seabra a renunciar, o instituto do alto comércio manteve silêncio a respeito. Em vez dos patrões, por eles falaram os empregados:

Mensagem da classe caixeiral a Horácio de Matos.

A mocidade do comércio da Bahia sente-se possuída do mais intenso entusiasmo ao acompanhar a vossa ação patriótica, valente, heróica, denodada, nos sertões da nossa terra, onde os bravos sertanejos escreveram neste momento, sob a inspiração e o vosso comando essa epopéia deslumbrante e mag-

nífica em prol da emancipação desse abençoado e malbaratado trecho da federação brasileira.

Nos não podemos guardar por mais tempo dentro dos nossos peitos essa flama ardente de imenso transporte. Queremos dar a essa emoção violenta a expansão natural que ela requer. E assim foi que deliberamos levar até vós a manifestação do nosso indizível arrebatamento, comunicando-vos toda a nossa confiança na decisão inquebrantável do nosso ânimo cavalheiresco e nobre, empenhado enérgica e resolutamente na obra patriótica da reabilitação da Bahia, humilhada, degradada e espoliada por aqueles que retêm nas suas mãos o curso dos seus destinos, que não podem ser enterrados neste ignominioso cativo em que a trazem sujeita e aviltada.

12 de fevereiro de 1920.

a) Joaquim Manoel Campos
Antonio Diniz Gonçalves
José Lopes de Azevedo Castro
Arthur Carvalho
Júlio C. da Silva
Guttemberg Sampaio
Miguel de Menezes Silva (29)

O resultado de todas essas manobras foi mesmo a intervenção federal, inicialmente pretendida pelos adversários de Seabra e, em seguida, por estes repudiada porque o presidente da República a decretara para garantir a posse do eleito Antônio Moniz.

A Associação Comercial da Bahia passou a explorar o clima de tumultos criado com a chegada de J. J. Seabra no dia 2 de fevereiro. Os comerciantes cerraram suas portas até o dia 7. A União Caixeiral e a Associação dos Empregados no Comércio secundaram seus pedidos de interferência junto à Associação Comercial do Rio de Janeiro para que o Presidente Epitácio Pessoa desse garantias à praça baiana. Tudo isto, com o intuito de desgastar a figura política do recém-eleito governador e impedi-lo de tomar posse. Inutilmente, porém.

Reapareceram a Associação Comercial da Bahia e seus satélites em novas disputas ao fim do mandato de Seabra, em 1923, quando se apresentou Francisco Marques de Goes Calmon como seu sucessor.

Tal candidatura realizava um sonho das “classes governadoras”: um elemento saído de seu meio para reger os destinos do Estado (30).

No dia 15 de dezembro, a Associação União dos Varejistas recomendava em manifesto o nome de Goes Calmon. O mesmo faria a Comercial no dia 26 e, no dia seguinte, o Centro Político Caixeiral.

Esta entidade fora criada em agosto, com a finalidade de promover aquela candidatura, tendo seu presidente de honra na pessoa de Aurelino Leal ³¹, que, no momento exercia a Interventoria do Estado do Rio e que, em carta-manifesto, depositara sobre os caixeiros a responsabilidade de renovar a política baiana:

Uma carta-manifesto do Sr. Aurelino Leal.

[...]

A Bahia, que foi tão farta de estadistas no segundo reinado tem ainda homens que podem realizar essa obra fecunda. Para tanto bastará que eles se dêem as mãos, lealmente, unindo-se em torno de princípios práticos, de programas inteligentes, de ideais puros, de cuja objetivação eles devem ser instrumentos poderosos. No caso de nossa terra, toda a dispersão é um erro, toda dissociação uma imprudência, toda divisão um perigo.

A nova agremiação política que vai pleitear o governo do Estado, constituído de vários elementos de incontestável valor moral e eleitoral, caminha a passos acelerados para uma confraternização definitiva, não se sabendo, dentro em pouco, de onde vieram uns e outros, mas tendo-se a certeza de que todos rumaram o caminho que há de levar à grandeza e à glória da Bahia [...]

O Centro Político Caixeiral está em condições de prestar, pelo esforço e pela boa vontade de seus distintos membros este

grande serviço que não será menor à República por cuja grandeza e prosperidade muito pode a Bahia fazer pelas nossas mãos [...] (32)

Em atendimento, portanto, às solicitações do comércio e da facção política calmonista, viria à luz o manifesto do Centro Político Caixeiral:

À Mocidade do Comércio

O Centro Político Caixeiral, obedecendo à orientação política do seu Presidente de Honra, o eminente Sr. Dr. Aurelino de Araújo Leal e agindo em perfeita harmonia de vistas com as justas e nobres aspirações da Bahia, tem a honra de recomendar aos sufrágios dos seus leais agremiados e da mocidade do comércio o nome de Exmo. Sr. Dr. Francisco Marques de Goes Calmon, para Governador do Estado, às eleições de 29 do vigente, o que constituirá para cada baiano caixeiro-cidadão o natural cumprimento de um imperioso dever moral e cívico, colaborando, assim, na grande obra de restauração moral, política e administrativa da terra de RUI BARBOSA.

Às urnas, pois, patriotas baianos do comércio!

Bahia, 26 de dezembro de 1923

- Joaquim Manoel de Campos, Heron de Souza Macedo, Quintor Caffé Nascimento. (33)

O último signatário do manifesto, o Bacharel Quintor Caffé do Nascimento, fora um dos fundadores da União Caixeiral e, daí em diante, seria seu presidente e porta-voz. Assim, mais uma sociedade de trabalhadores do comércio era levada a participar dos lances políticos da classe dominante.

Elegeu-se Goes Calmon, e, no seu governo, esteve muito bem situada a Associação Comercial (34). Finalmente, ela sufragaria o nome de Vital Soares, indicado pelo primeiro, às eleições estaduais de 1927 e apoiaria o novo Governador até o fim de sua gestão, inclusive na sua candidatura à vice-presidência da República em 1930.

Outro não foi o procedimento dos caixeiros. A 30 de outubro de 1929, para os festejos do seu dia, na sede da União Caixeiral, estiveram presentes, entre outros, os representantes do governador do Estado e do Intendente da Capital, ocasião em que, pela entidade, falou Anfilóbio Brito e “ [...] referiu-se aos inúmeros serviços prestados pelo Sr. Governador àquela casa e concitou os caixeiros baianos a apoiarem a chapa nacional Júlio Prestes-Vital Soares”. (35)

Certamente, reconhecendo os políticos as potencialidades eleitorais das associações de caixeiros, deveriam tratá-las em bom nível de relacionamento, patrocinando, por exemplo, suas reivindicações. Entre estas, no ano de 1929, estavam: o projeto da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados do Comércio, elaborado pela Associação dos Caixeiros de Pernambuco e defendido na Câmara Federal pelo deputado Agamenon Magalhães e para o qual foi solicitado o apoio de Vital Soares (36); a regulamentação das horas de trabalho, que, obtida, suscitaria dos auxiliares do comércio manifestações do regozijo e agradecimentos ao Governador:

Recebidos no salão de honra do Palácio, em seu nome falou o Bacharel Quintor Café do Nascimento, presidente da União Caixeiral:

[...] Exmo. Sr. Dr. Vital Soares, eminente Governador da Bahia: o que os caixeiros baianos me ordenaram que dissesse a V. Exa., pesar da fraqueza da minha palavra, desnudada da eloquência dos grande oradores e sem o poder convincente dos que sabem doutrinar – foi que eu falasse de coração para coração, de alma para alma, transmitindo a V. Exa. o agradecimento sincero e perene dessa mocidade trabalhadora e disciplinada, que sabe vibrar, e que não aprendeu, ainda, a ser indiferente para com aqueles que, como V. Exa. merecem a sua admiração – nem ingrata para com o excelso Governador da Bahia que lhe atirou a luva da generosidade estendendo-lhe o manto de sua proteção salvadora. (37)

Na verdade, a conquista não se devia ao homenageado, conforme ele próprio declarou em discurso de agradecimento, mas fora uma norma geral para todo o país. O importante, porém, é que, devidamente explorada essa “proteção salvadora”, alguns votos lhe renderia a gratidão dos beneficiados. Sim, como afirmava a fala do seu representante, os caixeiros não lhe seriam indiferentes, mas, ao contrário, fiéis, assim como o todo sistema político da República Velha até os momentos finais.

Diante dos fatos expostos, temos que, indubitavelmente, os comerciantes era acompanhados pelos caixeiros, cujo movimento político se inscreve na trajetória da Associação Comercial da Bahia (38).

Contudo, para os empregados, teriam as referidas disputas e campanhas conteúdo significativo?

Recapitulemos alguns momentos marcantes:

A oposição a Luis Viana em 1899 se baseara em críticas à corrupção político-administrativa e à sua incompetência para solucionar os problemas econômicos.

A aliança com Seabra em 1910, resultaria de sua atuação nas Pastas da Justiça e da Viação, quando realizara melhoramentos na fisionomia urbana da cidade.

Em 1919, a candidatura Paulo Fontes se apresentara em nome de uma tenaz reação contra as deficiências de toda ordem do governo de Antônio Moniz e que punham obstáculos a um crescimento das atividades comerciais: precários serviços de transporte, iluminação, água etc; orçamentos mal distribuídos; conflagração entre os coronéis do sertão, que perturbava e, às vezes, paralisava as transações mercantis do interior; impostos elevados.

Eleito, Goes Calmon resumiria sua plataforma nas seguintes promessas: fortificar a federação; fixar, previamente, a receita; publicar, diariamente, os pagamentos feitos pelo Tesouro; fiscalizar a execução de contratos de obras públicas, precedida de concorrência; moralizar os negócios de Estado. Vital Soares nada mudaria em seu programa do governo (39).

Assim, o resultado de todo o desempenho político de empregados e patrões foi a defesa e a garantia dos interesses dos comerciantes. Em tudo isso, não houve lugar para possíveis aspirações próprias dos caixeiros.

Daí, nos ocorre indagar se, além dessa atividade política ancilar e oficial, não teriam eles desenvolvido uma outra, autônoma e de contestação.

A pergunta nos leva a abordar os caixeiros da Bahia na Primeira República por uma perspectiva de categoria social.

NOTAS

1. BEJAMIM, José Botelho. Breve notícia sobre o Estado da Bahia, Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1894. p. 146-148.
2. Informação fornecida por A.C., filho de J. J. R. C. que informa ter sido seu pai, quando caixeiro, um caso excepcional pois se dava a leituras no Gabinete Português.
3. Informação fornecida por K. W., J. R., R. P. M e A. C.
4. UCHOA, Rafael de Albuquerque. *A odisséia de um revolucionário*. Salvador: [s.n.], 1931. p. 24-25.
5. Alfredo de Queiroz Monteiro foi Conselheiro Municipal de 1912 a 1915 e de 1920 a 1927. Era um dos esteios do seabrismo na Bahia.
6. A BAHIA. 10 nov.1899.
7. O TREZE de novembro de 1899 na Capital da Bahia, 1900.
8. *Ibid.*, p. 121.
9. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1900, p. 4-5, grifo nosso.
10. A BAHIA. 21 jan. 1900.
11. JORNAL DE NOTÍCIAS. 21 jan. 1900. Grifo nosso.
12. Quando se fundou, em 1910, o Partido Democrata, chefiado por J. J. Seabra, o nome do conselheiro Luis Viana não foi incluído na Comissão Executiva porque isto descontentaria os comerciantes (ARA-GÃO,1923, p. 318).
13. A BAHIA. 2 out. 1900.
14. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1900-1901.
15. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 24 jul. 1903.
16. J. J. Seabra já era, então, ligado às altas esferas comerciais da Bahia, desde 1902, quando, Senador Federal, defendeu interesses das “classes conservadoras” locais. Em seguida, Ministro da Justiça da presidência Rodrigues Alves, ligaria seu nome à execução das Obras do Porto da Bahia, tornado-se credor de reconhecimento da Associação Comercial que o faria Sócio Honorário, em 1911. Já agora, era ele Ministro da Viação e, como tal, providenciou: reforma das Obras do Porto, construção da Avenida Jequi-taia e melhoramentos no Bairro Comercial, reclamados por aquele órgão.

17. A BAHIA. 28 jul. 1909.

18. O primeiro Estatuto da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, de 1900, era omissivo quanto a manifestações políticas. A reforma de 1903 proibiu a intervenção da Diretoria em pleitos sem ouvir, previamente, a Assembléia Geral. As disposições de 1915, que vigeriam até 1930, tratam a matéria desta forma: “Art. 75. Nenhum sócio poderá representar oficialmente a Associação, em qualquer movimento ou manifestação de caráter político, sob pena de ser eliminado;

Art. 76. É expressamente proibida a intervenção oficial da Diretoria em assuntos ou pleitos políticos.” Nisto, ela, praticamente, copiava a Associação Comercial da Bahia, cujos Estatutos também vedavam as incursões – nesse terreno.

19. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da diretoria*, 1910. p. 5-8.

20. CONTRATOS e distratos, 1906, n. 95.

21. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da diretoria*, 1912. p. 15-18. 22. Id., 1911, p. 14.

23. Em 1913, o Banco de Crédito da Lavoura foi transformado em Banco do Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado da Bahia, sendo seu incorporador o industrial Eduardo Guinle. Por uma das cláusulas do contrato as ações do Estado deveriam ser resgatadas com bonificação de 10% sobre a importância das entradas realizadas. Todavia, após a instalação do Novo Banco, fez-se um acordo entre ele e o Estado, no qual não se estipulava prazo para pagamento das referidas ações e bonificação.

Imediatamente, a Associação Comercial passou a considerar os novos termos contratuais como uma negociata, acusando o governo de abrir mão, indevidamente, de uma quantia provinda das rendas das exportações, retiradas das “classes conservadoras” sob a forma de impostos.

Além do mais, a transferência do controle bancário para um grupo econômico sulista, estranho aos meios baianos, fora mal vista, desde o início, pela Associação Comercial, da qual alguns membros haviam sido sócios do antigo Hipotecário (ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO NA BAHIA, 1913, SÁ, 1918).

24. A TARDE. 9 jan. 1919.

25. Id., 29 jan.1919.

26. Na verdade, a indicação do nome do Juiz Federal Paulo Fontes resultara de anterior acordo entre membros das “classes conservadoras” e políticos opositoristas como Otávio Mangabeira, Simões Filho, Pedro Lago, Rui Barbosa e outros.

27. Não encontramos reprodução dos discursos, apenas a informação de que foram preferidos.

28. A “reação sertaneja” foi urdida por Simões Filho a fim de provocar a intervenção federal e impedir a posse de Seabra. O movimento contou com o apoio da Associação Comercial, embora ela não o manifestasse de público. Chegou-se a propalar a notícia de que o comércio baiano financiava os coronéis sublevados. (ENTREVISTA do Gal. Cardoso de Aguiar ao Jornal O Paiz, apud BARBOSA, 1956, p. 37-39).

29. O IMPARCIAL. 19 fev.1920.

30. Goes Calmon era ligado a vários empreendimentos capitalistas: industriais, comerciais, bancários e securitários; procurador de firmas estrangeiras; advogado; professor (SANTOS,1991).

31. Aurelino Leal era adversário político de J. J. Seabra e foi um dos idealizadores da “Concentração Republicana”, coalizão das forças anti-seabristas, em 1923.

32. A TARDE. 15 ago.1923.

33. Id., 27 dez.1923.

34. Goes Calmon deu novo cunho à administração pública, tornando-a mais “empresarial” e, aparentemente, menos “política”. Entre os empreendimentos importantes do seu governo estão: reorganização das finanças, fazendo baixar a dívida interna do Estado; ampliação das rodovias no interior; instalação de caixas rurais de crédito em várias cidades; estímulo à exportação de artigos agrícolas, reduzindo-lhes os impostos; reforma dos serviços de esgoto e de abastecimento de água. Além disso, adotou o uso de ouvir os pareceres da Associação Comercial sobre várias questões que lhe interessavam como orçamentos,

construção de estradas etc. (SANTOS, 1991).

35. A TARDE. 31 out.1929.

36. Nesse sentido, o Bacharel Quintor Caffé do Nascimento, presidente da União Caixeiral, apelou ao Governador Vital Soares em sessão solene da inauguração do novo edifício da Sociedade Beneficência Caixeiral (A TARDE, 30 out.1929).

37. A TARDE.1 jul.1929.

38. SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. 2. ed. Salvador: ACB,1991.

39. PLATAFORMA de Vital Soares. *A Tarde*, Salvador, 6 dez.1927.

CAPÍTULO V: CATEGORIA SOCIAL

DA observação dos diferentes tipos de caixeiros revelados nas fontes escritas e nos depoimentos orais, somos levados a aceitar que os caixeiros de Salvador durante a Primeira República compunham uma categoria social heterogênea.

Aí havia uma minoria de empregados das casas comerciais mais importantes, onde desempenhavam a função de Guarda-livros, assim como havia os Primeiros Caixeiros ou Sócios Interessados no início ou já no meio de um raro e lento processo de capitalização.

Em seguida, vinha um grupo mais numeroso, composto pelos empregados do alto comércio (importação e exportação) ou de lojas de todo tipo, fosse na função de balconista ou de escritório, ou em ambas simultaneamente, que era o mais comum.

Finalmente, havia um maior contingente, constituído pelos empregados de estabelecimentos do tipo “secos e molhados”, vendas, armazéns, tabernas etc. Aqui se encontram espanhóis, alguns portugueses de entrada mais ou menos recente e brasileiros.

O reconhecimento da existência dessas três camadas nos sugere algo como uma estratificação dentro da categoria. Haveria, é

claro, uma certa fluidez e permeabilidade entre elas, dadas as expectativas e possibilidades de ascensão.

Reconhecendo-se a heterogeneidade do grupo ocupacional dos caixeiros, não há como não se lhe atribuir uma estratificação. Obviamente, se situavam na mesma camada os Guarda-livros que percebiam a remuneração mais alta (por serem mais raros e os mais qualificados) e os Primeiros Caixeiros. Mas não os balconistas que, de início, nem pagamento recebiam e executariam sempre tarefas de faxineiro a vendedor. Os primeiros, pelos padrões de vida material e certos valores, tenderiam a se aproximar dos patrões, enquanto os últimos, por alguns aspectos importantes da existência material, teriam mais afinidades com o proletariado urbano.

Esse grupo heterogêneo e fluido pode ser visto como uma espécie de encruzilhada social, por onde transitavam, ou onde estacionavam pessoas de origens familiares diversas.

Algumas informações contidas em duas fontes apontam para a existência de certos mecanismos de mobilidade social da cidade do Salvador e para o papel desempenhado pela ocupação dos caixeiros.

A sociedade da capital baiana na época tinha características tradicionalistas, e uma delas era o valor conferido à legitimidade de filiação.

Dentre os casamentos de caixeiros realizados de 1890 a 1930, compõem número relativamente reduzido os filhos ditos “naturais” ou “ilegítimos”. Excepcionalmente, temos maiores percentuais do início do período até 1898. A partir de 1925 a redução do número dos “ilegítimos” é pronunciada (1).

Existe algo de sugestivo na bastardia dos caixeiros. É o caso de A. V. M., filho ilegítimo de F. M. B. A., proprietário de engenho de açúcar e descendente de uma das tradicionais e prestigiosas famílias da Bahia. Seria a profissão do comércio o pólo de atração para essa gente que, via de regra, não teria recursos para chegar às escolas superiores como os seus meio-irmãos, os filhos legítimos?

A alternativa, possível era o ingresso no funcionalismo público. Já seria, porém, mais difícil, pois, apesar do sobrenome ilustre, que deveria pesar, havia dois fatores intervenientes: a política (às vezes favorável, às vezes fechada a um ou outro grupo de famílias) e a própria capacidade de absorção de mão de obra que teria de ser menor do que a do comércio. Deve-se, também, levar em conta que os ordenados dos funcionários menos graduados eram mais baixos do que os dos caixeiros. A única vantagem estava na estabilidade, não oferecida pelo comércio, o que fazia muitos destes empregados aspirarem a cargos públicos (2).

Para bastardos de pais ilustres não seriam desejáveis as ocupações manuais e braçais de fábricas e oficinas. Tais ocupações reservavam-se às camadas mais baixas da população, para as quais não se abriria o comércio, que resistia em admitir empregados fisicamente caracterizados por traços negróides acentuados.

Há indicações de uma predominância, quase exclusividade, de “brancos” na ocupação caixeiral: A. C. C. recordava-se que nenhum dos seus patrões aceitava pessoas de pele escura. Em uma das firmas, onde trabalhou, dos 34 empregados, havia apenas um negro, cuja função exclusiva era carregar lixo (3). Tal atitude prevaleceria, aliás, até data recente, encoberta pela exigência de “boa aparência”, o que desta qualidade excluía pessoas de traços fisionômicos menos europeóides.

Quanto às noivas dos caixeiros, é maior a incidência de filhas “naturais” ou “ilegítimas”, embora para estas, assim como para os noivos, tenhamos um descenso de 1925 em diante. Aqui também parece funcionar a profissão como um canal de acesso a status mais elevado para bastardas de sobrenomes ilustres como uma M. G. M. A, filha de J. M. S., sem filiação paterna declarada, que se casa, em 1908, com o caixeiro J. C. C., também ilegítimo (4).

A profissão dos pais dos caixeiros e das suas noivas é outro indicador significativo do status da categoria. Mais uma vez, recorramos ao *Registro de Casamento Civil*.

Os nomes dos pais dos nubentes aparecem precedidos, às vezes, dos seguintes títulos: acadêmicos (possuídos por médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros, advogados, juízes e desembargadores), professores primários e militares. Mencionam-se alguns comerciantes e ainda patentes não identificados, que atribuímos à Guarda Nacional (5).

A propósito de patentes da Guarda Nacional, não é de estranhar que fossem elas usadas e registradas em documento oficial. Na Primeira República, os proprietários rurais não eram os seus únicos usuários. Pessoas das mais variadas procedências compravam ou recebiam seus galões e, às vezes, ostentavam-nos sem possuí-los de direito. Podia acontecer que a imprensa, não sabendo que forma de tratamento dar a indivíduos quaisquer que não fossem professores, religiosos, doutores ou militares, antecedia os nomes não de um simples “senhor” mas presenteava,-os com um “alferes”, “tenente”, “capitão” ou “major”. Daí em diante, o agraciado poderia talvez manter a honraria, usando a patente sem maiores hesitações (6).

Assim, o mero registro de uma patente não nos permite tirar conclusões sobre a categoria social dos pais dos nubentes. Tanto poderiam ser homens de certas posses e alguma influência quanto simples cabos eleitorais pertencentes comumente às classes subalternas.

Contudo, os títulos e as patentes não definidas são mais frequentes na filiação paterna na noiva. Isso pode sugerir que elas proviriam talvez de diferentes segmentos da sociedade, enquanto os noivos teriam origens mais modestas.

Dentre as profissões dos pais das noivas não se podem esquecer os comerciantes. Já vimos no Capítulo III, entretanto, que eram insignificantes os números de casamentos de caixeiros com filhas de comerciantes.

Outro indicador social sobre as noivas dos caixeiros são as profissões das nubentes, declaradas no Registro de Casamento Civil. Aí o predomínio absoluto é a ausência de profissão. Quanto a ocupações e profissões declaradas aparecem as seguintes: professoras, que consti-

tuem quase sempre os maiores percentuais na série cronológica de 1890 a 1930; dentistas, farmacêuticas, costureiras e modistas, caixei-
ras, operárias, funcionárias públicas, capelistas, musicistas. Todas essas
profissões e ocupações, contudo, constituíam-se em raridades, exceto
as professoras.

Assim, a ausência de profissões das noivas sugere que as es-
posas dos caixeiros seriam apenas domésticas. Entretanto, para elas,
ainda havia sempre o exercício de atividades remuneradas dentro do
lar: confecção de roupas, bordados, doces etc. Isso aliás, seria funda-
mental para complementar o orçamento doméstico (7).

Pelo que se viu, a partir de alguns indicadores sociais, podere-
mos enquadrar os caixeiros em quatro situações.

1. Uma minoria insignificante sairia de famílias de recursos
financeiros medianos e gozaria de um status também mediano na
sociedade.

Eram os filhos dos portadores de títulos acadêmicos que,
por motivos para nós obscuros, se empregavam no comércio. A esse
respeito podem-se levantar hipóteses: insucesso nos estudos; desejo de
independência financeira perante os pais; necessidade de prover uma
parte de seu sustento porque ser filho de doutor ou bacharel nem
sempre corresponderia a uma situação econômica das melhores.

2. Os descendentes de famílias anteriormente importantes,
mas, já na época, empobrecidas e, às vezes, socialmente degradadas.

Exemplo concreto é o de M. M. S. que, proprietário de escri-
vos em S. Gonçalo dos Campos, se viu arruinado com o 13 de maio. Pai
de prole numerosa, passou a vegetar em Salvador, sem emprego ou
ocupação fixa, recebendo auxílio de parentes abastados, dentre os quais
o cunhado F. A. S. B. que, durante a Primeira República, foi grande
capitalista dos negócios de carne verde. Dois de seus filhos foram caixei-
ros e duas filhas casaram-se com caixeiros (8).

Nos depoimentos orais dos entrevistados encontramos ca-
sos parecidos.

J. A. G e P. M. G, ambos caixeiros, eram filhos de funcionário municipal (ex-seminarista) e netos, pelo lado materno, de homem de posses e figura proeminente da política local, que, ao morrer, já estava com os bens dilapidados. Duas irmãs dos caixeiros J. A. G. e P. M. G. casaram-se com homens da mesma profissão.

A. C. C. era filho de um senhor do engenho de Estância, Sergipe. Desentendendo-se com o pai e os irmãos, mudou-se para Salvador e aqui esteve empregado no comércio até o fim do período.

O pai de R. P. M. era um comerciante português que faliu quando o filho mal entrara na adolescência. Assim, foi ele trabalhar numa loja de tecidos aos catorze anos, enquanto seu irmão mais velho conseguiria formar-se em Medicina e ingressar no magistério superior, além de tornar-se figura de prestígio nos meios intelectuais baianos até a data do seu falecimento (9).

3. Os filhos de médios e pequenos comerciantes, que trabalhavam nos estabelecimentos dos pais, de quem esperavam ser os sucessores.

4. A maioria dos caixeiros, provavelmente provinda de meios obscuros: filhos de funcionários públicos menos graduados; jovens imigrantes de entrada recente na cidade (portugueses e espanhóis, majoritariamente) e que vinham para trabalhar em casas de comerciantes patrícios; rapazes pobres egressos de outras cidades do Estado e que vinham tentar a sorte na capital.

A história de vida de J. J. R. C. ilustra a fluidez da categoria e, ao mesmo tempo, nos põe a refletir sobre essa divisão em camadas, que, na verdade, tem um valor meramente modelar.

J. J. R. C. era egresso de uma família pobre da cidade de Ribeira do Pombal, interior da Bahia, filho de um escrivão do Cível, cujos ganhos não chegavam para o sustento da família. Aos 14 anos, o adolescente J. J. R. C. teve de ir para a cidade de Alagoinhas a fim de trabalhar no armazém de um parente em troca de casa e comida sem perceber qualquer remuneração em dinheiro.

Assim, dois anos depois, ele rumou a Salvador e foi trabalhar em um armazém de secos e molhados de um comerciante português no Mercado de Santa Bárbara, Baixa dos Sapateiros. Aí, a sua tarefa principal, inicialmente, foi a de limpar o chão. Em seguida, passou a servir ao balcão e, finalmente, tornou-se uma espécie de gerente ou primeiro caixeiro.

Já se destacava pela sua diligência perante o patrão, que lhe permitiu o namoro com a filha, que daria de bom grado em casamento ao seu caixeiro. Mas a moça era filha de união não legítima do português (casado em Portugal) com uma baiana e possuía características acentuadas de afrodescendência. Assim, o jovem caixeiro branco foi obrigado pela sua família, integrante de um meio social mais acanhado e provavelmente mais tradicionalista do que o de Salvador, a desistir do namoro e, assim, a deixar o emprego.

Logo, J. J. R. C. encontrou um lugar numa padaria que, dada a experiência anterior, passou a gerenciar.

Em seguida, foi trabalhar em outra padaria de propriedade de um português. Depois de algum tempo, o patrão viajou para Portugal, entregando a J. J. R. C a direção do negócio. Ao retornar da viagem teve a agradável surpresa de encontrar o estabelecimento em franca prosperidade. Sensibilizado, deu ao seu caixeiro, como prêmio, uma quantia significativa em dinheiro.

Dois anos depois, J. J. R. C. retornou à sua cidade natal e lá abriu uma loja de tecidos que tendeu a crescer. Próspero nos negócios, mudou-se, já casado, para uma cidade vizinha onde se tornou proprietário de muitas casas e terras (10).

De qualquer sorte, funcionando como veículo de ascensão ou sendo atestado de decadência social, a atividade caixeiral pode ser caracterizada como uma ocupação de setores das classes médias de Salvador na Primeira República.

Tomando, portanto, os empregados do comércio baiano como camadas de classes médias, consideremos, agora, a possibilidade

de se aplicar a seu comportamento político as afirmativas já feitas sobre o papel dessas classes médias no referido período histórico (11).

Nelson Werneck Sodré e Edgard Carone identificam-nas com o advento do novo regime em 1889 e, particularmente, com o Florianismo. Este é interpretado como a defesa da “economia de mercado interno” contra a “economia exportadora”; da burguesia nacional contra o latifúndio associado ao imperialismo (12).

Na Campanha Civilista vêem-se tentativas de ascensão da burguesia, acompanhada das “classes médias”, na sua tônica reformista de parte do sistema político, mediante: instituição do voto secreto, título e tribunal eleitorais (13).

As maiores manifestações de descontentamento das “classes médias”, segundo esses autores, estariam na inquietude dos anos vinte, eclodindo nos pronunciamentos tenentistas (14).

Interessa-nos aqui verificar em que medida os caixeiros da Bahia, enquanto camadas de “classe média”, seriam atingidos por tais movimentos.

Já demonstramos, no capítulo anterior, que sua atividade política oficial moldava-se pela dos patrões que se representavam, principalmente na Associação Comercial da Bahia.

Vejamos, agora, se, em outros episódios, estes de tendências mais populares, segundo essa linha historiográfica, os caixeiros teriam tido algum papel:

Da conspiração que culminou na derrubada de Deodoro da Fonseca, em 1891, recusou-se a Associação Comercial da Bahia a participar, e, a respeito, nenhuma fonte indica presença de caixeiros. Igualmente, desconhecemos referências ao seu comportamento em face do florianismo, possível “intervenção de classe média” no poder, segundo os citados historiadores.

As notícias da imprensa baiana sobre a Campanha Civilista nada informam sobre a presença de caixeiros ou de sociedades caixeiros no Teatro Politeama, onde Rui Barbosa leu sua plataforma, no dia 15 de janeiro de 1910. Nem a presença da Associação Comercial, acres-

centemos. Na circunstância, aliás, estavam esta e a dos Empregados no Comércio dentro da zona de influência do seabrismo, sustentáculo da candidatura Hermes da Fonseca da Bahia.

Quanto aos movimentos tenentistas, foram eles repelidos pelo comércio na Bahia e, ao menos oficialmente, pelos seus subordinados:

Em 17 de agosto de 1924, comerciantes e caixeiros dirigiram à Associação Comercial a seguinte mensagem:

Ilmos. Srs. Presidentes e Diretores da Associação Comercial, 17/8/24 – Os signatários do presente, negociantes no Comércio desta Capital, premidos de comoção patriótica, pela violação da ordem constitucional da Nação, com os odiosos acontecimentos do Estado irmão de S. Paulo, incontestavelmente à frente da nossa evolução econômica, vêm solicitar uma urgente e imediata união da classe comercial, com o fim da organização da defesa preventiva e policial desta cidade, caso o Governo do Estado venha a precisar de ir com a Brigada policial em auxílio do Governo Federal ou da defesa do interior, no acatamento da ordem, com a garantia da liberdade de circulação nas nossas empresas de viação. É intuitiva a necessidade da organização fraternal de um corpo de patriotas, para prestigiar os Governos da União e do Estado, em oposição aos elementos subversivos e desocupados que a pojeira da rebeldia dos boateiros inconscientes pode exacerbar. Sobretudo ainda a eminência da agravação das dificuldades da vida doméstica e comercial, trazidas pela demora justificada da compressão de uma revolta que tanto prejudica o progresso da Nação e especialmente de S. Paulo, a que por tradição histórica deve a Bahia preito de gratidão. Um movimento, pois, neste sentido da nossa classe é indispensável e urgente e, estamos certos, muito concorrerá para o predomínio da Lei e da Ordem no nosso querido Estado. (15)

A Diretoria da Associação Comercial que, em telegrama, já hipotecara perante o presidente Arthur Bernardes “incondicional solidariedade”, teceu comentários elogiosos à idéia exposta nessa mensagem, idéia que, entretanto, não se chegou a concretizar. Aplaudiu ainda o governador Goes Calmon pelo auxílio da Brigada Policial baiana ao governo de Sergipe contra o levante tenentista nesse Estado. Ao retornar, foi a Polícia Baiana recebida com festas solenes, promovidas pela Associação Comercial que, ainda, gratificou as praças com a soma superior a trinta e oito contos de réis, arrecadada entre os negociantes (16).

Idêntica atitude foi a da Associação dos Empregados no Comércio que, também por telegrama, solidarizou-se com Arthur Bernardes e se fez presente nas homenagens ao destacamento policial baiano:

Possuídos do mais natural entusiasmo que afetou a quantos presenciaram a chegada dos soldados baianos que foram com a polícia em defesa da Legalidade, tomamos parte saliente nos festejos da recepção, quando foi da vez que a Polícia Baiana regressou ao interior do Estado, depois de ter marchado contra os revoltosos nas fronteiras sul e norte do País (17)

Não seríamos originais ao apontar a simplificação de se identificar tenentismo e “classes médias”. Boris Fausto considera “problemático imputar às classes médias brasileiras da década de vinte uma ideologia em que o “elitismo e a centralização aparecem como traços essenciais.” (18) O mesmo autor, contudo, não elimina de todo a possibilidade de existirem, em certas camadas, simpatias pelas promessas de uma “salvação militar”.

Vimos acima que uma das entidades caixerais, obedientes aos patrões, condenou o movimento. Já referimos, porém, que todas as sociedades de caixeiros representavam uma parcela diminuta da população total da categoria.

E, assim, entre os caixeiros, isoladamente, de modo difuso e informe, não surgiriam idéias reformistas ou, pelo menos, não lhes seria comum um sentimento de identificação com os tenentes?

A matéria não é de fácil verificação, pela carência de fontes escritas. Por isso, mais uma vez, recorramos aos depoimentos orais:

J. R., em suas reminiscências, comenta que foi a favor dos tenentes porque “eles queriam melhorar”: “mais moralidade, mais honestidade”; mas não se recorda do que eles prometiam concretamente. Alguns poucos de seus colegas simpatizavam com o movimento, “talvez porque o povo sempre foi simpático ao Exército ou talvez por uma questão de mocidade”.

Ao se fazer à fonte a devida crítica, torna-se difícil separar o que pensava o informante naquele momento daquilo que sua atual perspectiva pode ter injetado nas memórias.

Já outro informante, K. W., declarou que os caixeiros eram contrários aos tenentes e favoráveis “à Constituição”. Seu juízo, entretanto, mais uma vez, pode estar condicionado ideologicamente, uma vez que, na época do movimento, ele já era comerciante e tinha certa influência na Associação dos Empregados no Comércio que, como vimos, oficializou o repúdio dos caixeiros ao Tenentismo (19).

Não se elimina, porém, a possibilidade daquelas “simpatias” que, talvez, não chegassem à tona pelo controle sofrido dos patrões ou mesmo pelo baixo grau de politização que mantinha submersas preocupações dessa ordem.

Mas, abstraindo-se, de momento, as atitudes repressivas dos comerciantes, mais provável é que os caixeiros da Bahia, por todos os condicionantes concretos de sua existência, tenham continuado na mesma esfera ideológica da Associação Comercial que, aliás, se comporia com o governo estadual e, indiretamente, com o federal, a partir daquele mesmo ano de 1924, sob o coro de aplausos das sociedades caixeiras.

Se não apareceram nos episódios políticos contestatórios, porventura, teriam os caixeiros participado dos “movimentos de mas-

sa”, “manifestações de povo” que Edgard Carone cita entre os exemplos da insatisfação das camadas mais baixas das populações urbanas contra a “ganância dos exploradores” que “leva classes médias e populares a revoltas e protestos permanentes”? (20)

No Capítulo I, fizemos referências à generalizada alta de preços que assinalou a conjuntura econômica baiana na Primeira República.

Já vimos que a Primeira República foi marcada em Salvador pô uma elevação geral de preços de produtos de exportação, assim como os importados e os produzidos dentro do estado.

Essa alta constante nos preços de gêneros de primeira necessidade, cujo consumo estava nos hábitos alimentares da população, criaria descontentamento nas faixas da população que viviam de rendimentos fixos.

Assim, a cidade do Salvador conheceu ao longo da Primeira República um clima de inquietação social, detectável em muitas manifestações vinculadas às dificuldades de sobrevivência: comícios, passeatas, violências de rua em graus variados, movimentos contra a carestia de vida.

O exame dessas manifestações não revela, porém, em momento algum, a presença de trabalhadores do comércio (21).

No ano de 1913, os caixeiros chegaram a ser diretamente convocados pela direção do Comitê Popular Contra a Carestia de Vida, juntamente a artesãos, operários, funcionários públicos, comerciantes, empregados do setor de transporte, vendedores de rua, carroceiros e caixeiros.

Mas os caixeiros não iriam participar de um movimento que se voltava contra comerciantes, seus patrões, designados às vezes como “punhado de exploradores”, fazendo-se referência aos que negociavam com gêneros alimentícios (22).

Novas manifestações de rua ocorreram em 1917, quando, durante a Primeira Guerra Mundial, se agravaram as dificuldades de abastecimento.

O movimento de 1917, pelo seu caráter de violência contra estabelecimentos de comércio, dificilmente poderia contar com a participação de caixeiros. Pelo aspecto político assumido, deixa de ser exclusivamente uma “reivindicação de classes médias e populares” como a enquadraria Carone, conquanto não se desconheça que o seu apropriação por uma facção política dissidente pode significar a apreensão daquelas mesmas “classes” como uma força de reserva para os embates dentro da classe dominante na disputa do poder (23).

Pelo que ficou dito sobre a ausência dos caixeiros da Bahia em movimentos políticos contestatórios ou em “sublevações de massa”, tomados estes por uma linha historiográfica como típicos de “classe média” da Primeira República, consideramos que tal concepção deve ser matizada quanto às condições específicas de cada uma das camadas componentes e quanto às diversas realidades regionais do Brasil.

No caso particular dos caixeiros da Bahia, configura-se, de preferência, a situação apontada por Francisco Weffort para as classes médias brasileiras em geral, naquela época, isto é, a incapacidade de escapar aos limites impostos pela classe dominante (24).

Ainda permanecem obscuros alguns ângulos da problemática levantada. Destes, se destacam os referentes aos padrões de vida dos caixeiros, resultado da carência documental informativa de salários, moradias, gastos, etc. Sem dúvida, esta é uma lacuna importante e que, se preenchida, nos permitiria melhor situá-los no quadro da sociedade da Salvador da Primeira República que, aliás, ainda requer estudos em vários aspectos.

Entretanto, tendo caracterizado o grupo sob outros aspectos, podemos afirmar:

Os caixeiros constituíam um grupo comparativamente numeroso em decorrência da supremacia do comércio sobre as outras atividades urbanas.

Nem por isso, contudo, isto é, pela simples força de número, chegaram a impor-se perante outros grupos da sociedade da época,

uma vez que estavam estritamente subordinados e dependentes dos patrões pelas formas de relacionamento impostas por muitas condições.

No conteúdo de tal relacionamento, achavam-se as expectativas de ascensão profissional e social que sempre atuaram no sentido de mantê-los presos aos mecanismos de domínio dos patrões, às vezes, domínio de classe.

Sem estar claramente definida a sociedade de Salvador da época, considerê-mo-la uma sociedade de classes, dentre as quais se incluíam os caixeiros, de um modo geral, não em uma única e compacta, mas em camadas de classe média, uma vez que a própria categoria profissional era estratificada, como de resto ocorreria e ocorre em muitos grupos ocupacionais e profissionais.

Em situações históricas concretas, os caixeiros de Salvador desmentiram, na prática, as afirmativas que atribuem às camadas médias urbanas um papel de contestação ao primeiro regime republicano. Ao contrário, não transcenderam a esfera conservadora dos patrões, cujo setor mais representativo, naqueles quarenta anos de história da cidade, foi o alto comércio.

Assim, não conseguindo escapar aos limites da classe dominante, os caixeiros fizeram o seu jogo. E na medida em que era aquela o esteio da conservação, igualmente conservador foi o seu papel na Bahia da Primeira República.

Seria necessário esperar o avanço do tempo para a criação de novas redes de relações sociais em Salvador e que os **caixeiros**, já agora **comerciários**, adquirissem atitudes novas em face do trabalho, da política e da sociedade.

NOTAS

1. REGISTRO de Casamento Civil, 1890-1930.
2. Informação fornecida por J. R.
3. Informação fornecida por A. C. C.
4. REGISTRO de casamento civil, livro 39-33, 1908.
5. Id., 1890 -1930.
6. “A extinção da Guarda Nacional trouxe dissabores a políticos e a quem nunca pensou em coisas públicas”. Aos primeiros secou de uma fonte perene de favores. Aos demais arrebatoou esperanças do prestígio no quartelão de residência. É que tinha seus sedutores amavios uma patentezinha, verdadeira ou imaginária. Não de perguntar-me alguns curiosos se não estou enganado no último termo. Responde-lhes: - Não senhores, é a pura verdade. Patentes imaginárias. Digo-lhes com experiência de velho fabricante delas desde que na imprensa ingressei. Não por gosto; mas, por obrigações do alto [...] Fosse eu noticiar uma assembléia partidária ou de devoção graúda e até comendas a quantos lá estivessem! [...] O figurino era o mesmo. De acordo com a idade. De vinte a vinte e cinco anos: alferes e tenente. Daí aos trinta, capitão. Indivíduo grisalho, de calças brancas e chapéu conservador: major. Se possuía rendas e chapéu conservador: Se alargava a bolsa à caixa da agremiação e nascera além-mar: comendador. Este galardão surgia de longe em longe, como mais alta distinção concedida a generoso abastado. “Houve época em que muita gente de conta própria se patenteou, dando em resultado medidas oficiais contra os simuladores que chegaram à perfeição de envergarem fardamento e trazerem ordenança em público”. (VIANA, 1984, p. 136).
O jornalista Lulu Parola satirizou em versos o barateamento da instituição:
“Você não é o meu tenente
Da guarda [...] de toda gente [...]
Perdoe-me, então, cavalheiro.
Mas, você, sem ter patente,
Não pode ser brasileiro” (SALVADOR, 1954, p. 45)
7. Informação fornecida por K. W. R. P. M.: sua esposa fazia trabalhos de confecção e bordados de roupas infantis para uma loja da cidade.
Além disso, no conjunto da economia e da sociedade, as mulheres já tinham na Primeira República um papel que é comumente esquecido porque se trata de uma sociedade tradicionalista, e não se espera encontrar nela comumente um papel economicamente mais ativo entre as mulheres:
“Mas juntando-se ao trabalho fabril de artesanato doméstico, pode-se atribuir às mulheres de Salvador na Primeira República um importante papel produtivo, que, certamente, não correspondia às suas posições subalternas na sociedade” (SANTOS, 1990, p. 262).
8. Informação fornecida por B. L. G. S., da qual uma irmã se casou com um filho de M. M. S.
9. Informação fornecida por B. G. G. S., de A. C. C., e de R. P. M.
10. Informação fornecida por A. C., filho de J. J. R. C.
11. Como representantes dessa linha de interpretação podem ser citados: Edgard Carone, Nelson Werneck Sodré e Hélio Jaguaribe.
12. “No governo, o chefe e o militar, e o seu grupo representavam o reformismo típico da classe média, interpretando o esforço da burguesia ascensionista”. (SODRÉ, 1994, p. 213)
13. “Historicamente, esta campanha tem significado particular: a rutura das cúpulas faz com que estes Estados apliquem toda sua potencialidade econômica e política na disputa eleitoral; o enfraquecimento da máquina coercitiva permite nova exploração das camadas populares urbanas; e Rui Barbosa apresenta pela primeira vez um programa governamental, naturalmente só de caráter reformista. São estes os fatos que dão ao movimento o seu aspecto nacional e popular.” (CARONE, 1969, p. 228).

14. “O exame dos documentos que contém marcas da orientação política do tenentismo deixa transparecer, claramente, o sentido da vanguarda burguesa que os rebelados militares representavam o que não constituía originalidade na história brasileira. Aqui, realmente, a pequena burguesia, mais antiga do que a burguesia, de há muito aparecida no palco – como força interessada em alterações estruturais.” (SODRÉ, 1994, p. 281-282).

“Mas a classe média reagia de maneira muito diferente e suas reações é que vão pontilhar os acontecimentos e sinalizar as mudanças por que o Brasil passa, naquela etapa... O fenômeno típico da fase seria o tenentismo [...] O Tenentismo, fenômeno típico da classe média” (SODRÉ, 1964, p. 320)

“Assim, o movimento tenentista, surgindo de divergências dentro do próprio grupo e revelando preocupações sociais e políticas, mostra, por suas manifestações esporádicas, o pensamento romântico e pequeno-burguês da identificação entre indivíduo e situação histórica.” (CARONE, 1970, p. 365).

15. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1924. p. 44-46.

16. *Ibid.*

17. ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DA BAHIA. *Relatório da Diretoria*, 1924-1925.

18. FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 69.

19. Informação fornecida por J. R. e K. W. Os demais informantes declararam nada saber a respeito.

20. CARONE, E. *A República Velha; instituições e classes sociais*, 1970, p. 184.

21. SANTOS, M. A. da S. *A República do Povo*, 2001.

22. *Ibid.*

23. *Ibid.*

24. WEFORT, 1968 apud. Boris F. *A Revolução de 30*, 1970. 82-83.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando H. Mendes de. *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1967.
- ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. *Revista de Economia e Finanças*, Salvador, v. 4, 1952.
- AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1958.
- AMARAL, Brás Hermenegildo do. *História da Bahia do Império à República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- ANDREONI, João. *Cultura e opulência de Brasil*. Introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo: Nacional, 1967.
- ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus governadores na República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- AZEVEDO, T. Família, casamento e divórcio no Brasil. *Journal of Inter-American Studies*, v. 3, n.2, p. 213-237, abr. 1961.
- BARBOSA, Olímpio. *Horácio de Matos: sua vida e suas lutas*. Salvador: Era Nova, 1956.
- BARBOZA, Mário Ferreira. *Aspectos econômicos e financeiros do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931.
- BRAGA, Célia Maria Leal. *Estratificação social e estrutura de classes*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.
- BENJAMIM, José Barreto. *Breve notícia sobre o Estado da Bahia: sua geographia physica, política, riquezas naturaes, leis principaes, esboço histórico, etc.* Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1894. 67 p.
- CALMON, Francisco Marques de Goes. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a História de 1808 a 1899*. Salvador: Imprensa Oficial, 1925.
- CARONE, Edgard. *A Primeira república: texto e contexto*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- _____. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CATARINO, José Martins. *Compêndio universitário de direito do trabalho*, São Paulo: Jurídica e Universitária, 1972. v. 1.
- FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

- FREYRE, Gilberto. *Inglês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948.
- _____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1962.
- _____. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.
- IANNI, Otávio. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo: Nacional, 1972.
- LEAL, Hamilton. *Aurelino Leal: sua vida, sua época, sua obra*. Rio de Janeiro: Agir, 1968.
- LIMA, Herman. *Poeira do tempo*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1967.
- LIMA, José Francisco da Silva. Há Bahia de há 66 anos, reminiscências de um contemporâneo. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 15, n. 34, 1908-1909. José Francisco da Silva Lima era conhecido sob o pseudônimo de Senex.
- LUKÁCKS, Giorgy et al. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MARQUES, Xavier. *O feiteiro*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- MATTOS, Waldemar. *Panorama econômico da Bahia: 1808-1960*. Salvador: Manu: 1961.
- MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.
- MARQUES, Xavier. *O feiteiro*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.
- MENSAGEM apresentada pelo Exm. Snr. Dr. Francisco de Goes Calmon, Governador de Estado da Bahia à Assembléia Geral Legislativa por ocasião da abertura da 2ª reunião ordinária da 18ª legislatura em 7 de abril de 1926. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926.
- PINHO, Péricles Madureira de. *São assim os baianos*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- PLATAFORMA de Vital Soares. *A Tarde*, Salvador, 6 dez.1927.
- PRADO, Roberto Barreto. *Direito do trabalho*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.
- QUINTAS, Amaro. A revolução praieira. In: Hollanda, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: Brasil Monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. v 2. (História geral da civilização brasileira ; t.II)
- RECENSEAMENTO do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920: população do Brasil por estados, municípios e distritos, segundo grau, de instrução por idade, sexo e

- nacionalidade. Rio de Janeiro: Ministério de Agricultura Indústria e Comércio, 1925-1929.
- REIS, Antônio Alexandre Borges dos. *Almanaque administrativo, indicador, noticioso e comercial do Estado da Bahia para 1919 -1920*. Salvador: Reis & Companhia, 1919.
- ROSA, Ferreira da. *A arte de ser caixeiro*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1902.
- SÁ, José de. *O bombardeio da cidade e seus efeitos*. Salvador: Oficinas do Diário da Bahia, 1918.
- SALVADOR. Diretoria de Serviços de Estatística. *Anuário estatístico de 1924 e 1925*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1926. v. 2 p. 68.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Diretoria do Arquivo, Divulgação e Estatística. *Cantando e rindo*. Salvador, 1954
- SAMPAIO, Teodoro. *O estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. 2. ed. Salvador: ACB, 1991
- _____. *A república do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador, EDUFBA, 2001.
- _____. *Comércio português na Bahia (1870-1930)*. Salvador: Manoel Joaquim de Carvalho, 1977.
- _____. Novas e velhas ocupações na Salvador Republicana (1890-1930). In: Ana Fernandes; Marco A. F. Gomes. (Org.). *Cidade & História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: ANPUR, 1992. p. 257-272.
- SENNA, Ernesto. *O velbo comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier Irmãos, 1910.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário de língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1890. v. 1.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- _____. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SUSSEKIND, Arnaldo et al. *Instituições de direito do trabalho*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966. v. 1

- TAVARES, Luis Henrique Dias. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1966.
- TOURINHO, João Gonçalves. *História da sedição na Bahia em 24 de novembro de 1891*. Salvador: Lito-Tipografia de J. G. Tourinho, 1893.
- O TREZE de novembro de 1899 na Capital da Bahia. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1900.
- UCHOA, Rafael de Albuquerque. *A odisséia de um revolucionário*. Salvador: [s.n.], 1931.
- VIANNA, Antônio. *Casos e coisas da Bahia*. Salvador, 2. ed. Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o estado da Bahia*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1893.
- VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim: crônicas de costumes*. Salvador: Itapuã, 1973.
- VIEIRA, Francisco Domingos. *Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa*, Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873. v. 2.
- VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia do século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. 1.

FONTES MANUSCRITAS, IMPRESSAS E ORAIS

MANUSCRITAS

Registros de Casamento Civil:

Registro de Casamento Civil, anos de 1890- 1910. Disponível no Arquivo Municipal de Salvador.

Fórum Rui Barbosa. Cartório da 5ª Vara de Família e Sucessão. *Registro de Casamento Civil*, anos de 1910 a 1930. Livros numerados de 1 a 77.

Arrolamento das Casas de Negócio, anos de 1890, 1894, 1896, 1900, 1905, 1910, 1915, 1925 e 1930. Disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia.

Livros de Notas, anos de 1890, 1900, 1910, 1920, 1930. Disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia

Eduardo Fernandes & Cia. (Salvador), *Diários*.

IMPRESSAS

Associação dos Empregados no Comércio da Bahia. *Relatório da Diretoria*, anos de 1900 a 1930 -1931.

Sociedade Beneficência Caixeiral. *Relatório da Diretoria*, anos de 1898, 1900, 1907, 1911 e 1925.

Associação Comercial da Bahia. *Relatório da Diretoria*, anos de 1890 a 1930.

PERIÓDICOS

Diário da Bahia

Diário de Notícias

A Tarde

A Bahia

O Imparcial

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, n. 31-34.

Almanaque administrativo, indicador, noticioso, comercial e literário do estado da bahia, anos de 1898 a 1920.

Anuário Estatístico. Bahia, anos de 1924 -1925, 1928 e 1929 -1930.

Diário Oficial do Estado da Bahia. Edição comemorativa do centenário, 2 jul. 1923.

ORAIS

No campo da história social, as fontes escritas muitas vezes não dão respostas às indagações que lhes faz o historiador. Essas fontes, enquanto registros, tendem a privilegiar, personalidades dominantes dos meios políticos, econômicos ou intelectuais e via de regra, omitem, o homem comum, o anônimo.

Daí surgiu a necessidade do recurso à tradição oral, conservada em informantes vivos, sobreviventes da época estudada e que, pelas suas memórias de experiências pessoais como empregados do comércio, se constituem “histórias de vida” ou que, pela convivência com situações ou pessoas da época em foco, pudessem fornecer informações não encontradas em documentos escritos.

Assim, levando em conta a experiência própria ou de pessoas próximas na ocupação de caixeiro; ainda a lucidez mental e a fidelidade de memória capazes de permitir a reprodução do todo e de alguns pormenores das experiências relatadas, foram selecionados os seguintes informantes:

Informação fornecida por A. C. C.: Caixeiro Aposentado

A. C.: Comerciante, filho do ex-caixeiro e comerciante falecido J. J. R. C. Seu depoimento reproduz as narrativas do pai e foi importante para o universo da pesquisa porque representou a única experiência do setor Comercial de secos e molhados. O relato de tal experiência foi necessário para estabelecer tipos e comparar relações de trabalho e “modi vivendi” dos caixeiros do comércio retalhista com os de outros ramos na cidade.

B. L. G. S.: Irmã dos falecidos ex-caixeiros J. A. G e P. M. G., que se tornariam despachante da Alfândega e funcionário municipal, respectivamente.

Informação fornecida por J. R.: Caixeiro aposentado.

K.W.: Ex-caixeiro e comerciante aposentado. R. P. M.: Ex-caixeiro e funcionário municipal aposentado.

Este livro foi publicado no formato 15x22cm
Miolo em papel pólen 75 g/m²
Tiragem 300 exemplares
Impresso no setor de Reprografia da Edufba
Impressão de capa e acabamento: Cian Gráfica

Nos anos da Primeira República (1889-1930) a cidade do Salvador era a capital de um Estado agromercantil. Aí não se processaram transformações significativas na estrutura ou na composição demográfica, herdando-se situações provindas dos tempos imperiais. Seu crescimento demográfico foi lento, e, no limiar da Revolução de 30, a cidade apresentava no todo uma fisionomia marcada pelo marasmo se comparada com outros centros do país, como Rio e São Paulo.

As rendas das atividades econômicas da cidade provinham primeiramente do comércio de exportação e importação, e todos os setores da atividade mercantil desde as casas que vendiam para as praças internacionais e de lá adquiriam mercadorias, passando pelas grossistas e chegando até as retalhistas tenderam a se espalhar pela cidade.

Assim, as profissões e ocupações ligadas ao comércio cresceram numericamente, e aqueles que ali trabalhavam tornaram-se um grupo sócio-profissional muito característico do período. No nível de trabalhadores nada havia de comparável numericamente ao operariado fabril do Rio e São Paulo. Os caixeiros, contudo, por força da importância do comércio, aparecem com forte visibilidade em diversas fontes documentais da época, principalmente na imprensa e em certos momentos mais agudos dos embates sociais gerais e das disputas político-partidárias das oligarquias então dominantes.

A dimensão do papel desses caixeiros na economia, na política e na sociedade da Salvador da Primeira República é a questão central que o autor traz à tona de suas reflexões.

ISBN 978-85-232-0618-5



9788523206185